

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa

Ester Virgínia Santos

**A CRIAÇÃO ESTÉTICA REVELA A FACE POLÍTICA DE  
OSWALDO FRANÇA JÚNIOR**

Belo Horizonte  
2013

Ester Virgínia Santos

**A CRIAÇÃO ESTÉTICA REVELA A FACE POLÍTICA DE  
OSWALDO FRANÇA JÚNIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientador: Audemaro Taranto Goulart

Belo Horizonte  
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237c Santos, Ester Virginia  
A criação estética revela a face política de Oswaldo França Júnior / Ester Virginia Santos. Belo Horizonte, 2013.  
94f..

Orientador: Audemaro Taranto Goulart  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. França Júnior, Oswaldo, 1936-1989. 2. Literatura brasileira. 3. Política na literatura. 4. Ditadura. 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Goulart, Audemaro Taranto. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 869.0(81)

Ester Virgínia Santos

**A CRIAÇÃO ESTÉTICA REVELA A FACE POLÍTICA DE  
OSWALDO FRANÇA JÚNIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa.

---

Professor Doutor Audemaro Taranto Goulart (Orientador) – PUC Minas

---

Professora Doutora Raquel Beatriz Junqueira Guimarães – PUC Minas

---

Professora Doutora Letícia Malard - UFMG

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2013.

Ao José Jairo, meu grande incentivador.  
À minha mãe, de quem herdei o gosto pela leitura.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Audemaro Taranto Goulart, pela orientação segura e pela compreensão nos momentos difíceis.

Ao professor Oswaldo França Neto, que se empenhou na obtenção dos documentos constantes da pasta funcional de seu pai, arquivados no Comando da Aeronáutica, e que, tão gentilmente, cedeu-me cópia integral de toda a documentação.

## RESUMO

Esta dissertação realizou um estudo sobre a obra do escritor Oswaldo França Júnior, focalizando, sobretudo, os aspectos políticos que nela subjazem. Seu objetivo foi evidenciar que o contexto histórico-político vivido pelo autor e as vicissitudes por que passou foram fundamentais para o estabelecimento do fecundo diálogo entre realidade e ficção, característico de sua obra. Também objetivou averiguar como e em que medida as situações histórico-políticas desencadeadas desde a tomada do poder pelos militares em 1964 até a redemocratização do país foram problematizadas na obra ficcional do autor. Foram realizadas pesquisas sobre o autor no Acervo de Escritores Mineiros da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, nos arquivos funcionais existentes no Ministério da Aeronáutica, bem como exames em livros, sítios na *internet*, jornais e outros veículos de comunicação a fim de se capturar entrevistas ou manifestações públicas do autor. Com vistas à contextualização da pesquisa, também foram consultadas obras sobre a história recente do país, especificamente relativas às décadas de 1960 a 1980. Ademais, foram lidas todas as obras publicadas pelo autor. Os resultados revelam a rica dimensão da obra de um escritor engajado, habilidoso, sensível e consciente dos problemas de seu tempo que, apesar dos rigores da censura, foi capaz de contorná-la para fazer da literatura um verdadeiro veículo de conscientização das massas ao desconstruir em seus textos as ideias difundidas pelas classes dominantes no período militar e estampar a verdadeira realidade de um período tão conturbado da história-político brasileira.

Palavras-chave: Oswaldo França Júnior. Literatura. História. Aspectos políticos. Ditadura. Período militar.

## **ABSTRACT**

This paper conducted a study on the work of the writer Oswaldo França Júnior, focusing, particularly, political aspects that underlie it. His goal was to demonstrate that the historical and political context experienced by the author and the vicissitudes of his life were fundamental to the establishment of a fruitful dialogue between reality and fiction, which is a feature of his work. It also aimed to determine how and to what extent the historical-political situations triggered since the seizure of power by the military in 1964 to the democratization of the country were problematized in the fictional work of the author. Research about the author was carried out in the Mineiros Writers Collection of the Central Library (Federal University of Minas Gerais), in functional files existing in the Air Ministry, as well as on books, websites, newspapers and other media in order to find out interviews or public statements of the author. With the intention of contextualizing the study, researches were done on the recent history of the country, specifically relating to the decades from 1960 to 1980. Furthermore, all the works published by the author were read. The results reveal a rich dimension of the work of a writer engaged, skilled, sensitive and aware of the problems of his time; despite the rigors of censorship, he was able to get around it to make literature a true vehicle of awareness of the masses and deconstructing in his texts the ideas disseminated by the ruling classes in the military period and stamp the true reality of a period so troubled in the Brazilian political history.

Keywords: Oswaldo França Júnior. Literature. History. Political aspects. Dictatorship. Military period.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 O ESCRITOR .....</b>	<b>12</b>
<b>3 O ESCRITOR E O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO .....</b>	<b>14</b>
3.1 A repressão estudantil .....	22
3.2 A repressão política .....	24
<b>4 ASPECTOS POLÍTICOS DA OBRA DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR.....</b>	<b>30</b>
4.1 Um voo panorâmico sobre o princípio do período militar brasileiro .....	30
4.2 Um retrato das revoltas estudantis .....	53
4.3 Arbitrariedades e torturas policiais .....	62
4.4 Revolução cubana: realidade ou utopia? .....	67
4.5 Capitalismo <i>versus</i> Socialismo .....	73
4.6 A conscientização da desigualdade entre empregador e empregado .....	74
4.7 O selvagem e o civilizado.....	82
4.8 A oposição vence a ditadura .....	88
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende analisar a obra de Oswaldo França Júnior a partir de seus aspectos políticos.

A literatura política, como forma de resistência, certamente não foi a escolhida por França Júnior, que sempre privilegiou temas humanos e sociais. Não obstante, há que se reconhecer que o debate político, de alguma forma, sempre esteve presente em suas obras.

Não havia como ser diferente. Educado em escolas militares, o ex-piloto da Força Aérea Brasileira, iniciou sua carreira literária a partir de sua expulsão das Forças Armadas, justamente quando os militares tomaram o poder, em 1964.

Em princípio, isso poderia parecer uma contradição, mas apenas revela o que Oswaldo França Júnior sempre foi: um homem questionador e, sobretudo, preocupado com os princípios legais e com o destino político do país. E é essa predisposição ao questionamento, que acabou por resultar na sua exclusão da vida militar, que permanece presente ao longo de toda a sua literatura.

Sua produção literária, muito bem acolhida em vida, tanto pela crítica quanto pelo público, granjeou-lhe prestígio nos círculos literários nacionais e até mesmo internacionais.

Seu segundo romance, *Jorge, um brasileiro*, vencedor, em 1967, de um dos maiores prêmios literários brasileiros, o *Walmap*, foi traduzido para o alemão, inglês e espanhol, sendo publicado pela editora Edition Suhrkamp, de Frankfurt, com o título *Jorge der Brasilianer*, pela editora E. P. Dutton, de Nova Iorque, com o título *The Long Haul*, e pela Casa de las Américas, de Cuba, com o título *Carga Pesada*. Foi, ainda, adaptado para a televisão, inicialmente para o programa *Caso Especial*, da Rede Globo, que, posteriormente, deu origem ao seriado *Carga Pesada*. Recebeu, ainda, adaptação cinematográfica, resultando no filme homônimo, dirigido por Paulo Tiago.

O romance *O homem de macacão*, publicado no Brasil em 1972, foi traduzido, em 1986, para o inglês e publicado pela editora Ballantine Books de Nova Iorque com o título *The Man in the Monkey Suit*.

Ganhou, ainda, traduções para o inglês e o francês, em 1990, o romance *No fundo das águas*, aqui publicado em 1987, recebendo, respectivamente, os títulos *Beneath the Waters* e *Au Fond des Eaux*.

A convite do governo cubano França Júnior integrou, em 1985, a comissão julgadora do Prêmio Literário Casa das Américas. Recebeu, em 1988, o prêmio “Os melhores de 1987”,

concedido pelo jornal *Estado de Minas*. Em 1988 dirigiu-se para a Alemanha para ministrar cursos sobre o romance *Jorge, um Brasileiro* e sobre literatura brasileira.

No entanto, esse reconhecimento parece não ter sobrevivido à sua morte, ocorrida tragicamente em 1989. Paulatinamente, o escritor vem sendo desprezado pela crítica literária. Some-se a isso o fato de as instituições de ensino superior terem escasseado as indicações de suas obras para concursos vestibulares. Tem-se mesmo a impressão de não mais haver interesse editorial na reedição de seus livros. Isso, talvez, explique o desconhecimento de sua obra pelas novas gerações.

Deveras, a leitura do conjunto de seus textos revela um escritor engajado, habilidoso no domínio da escrita, e, acima de tudo, consciente dos problemas de seu tempo. Divisa-se mesmo um quê de universalidade em sua obra.

Ao contrário de produzir uma literatura simplista – como alguns críticos chegaram a observar –, sua redação clara e objetiva converge para a boa fluência da narrativa, resultando num texto vivo e cativante, a todos acessível. Não é exagero afirmar que França Júnior democratiza a linguagem. Longe de ser simplista, traz à luz um trabalho incansável, exaustivo mesmo, com as palavras. Isso é demonstrado pelo fato de, ao revisar um texto seu, reduzir a cerca de dez páginas, o que antes estampara em cem.

Como se demonstrará, suas obras são pontuadas de reflexões que colocam em xeque o regime político então vigente e as práticas militares adotadas com o fim de garantir sua manutenção.

Dada a multiplicidade de leituras que a obra de França Júnior enseja, a perspectiva ora apresentada busca constituir mais um contributo para sua ampla compreensão, o que certamente a enriquece. Além disso, resgata um escritor talentoso, sob todos os aspectos, que incompreensivelmente tem sido relegado a plano secundário nas letras nacionais.

Objetiva-se na presente pesquisa demonstrar que o contexto histórico-político vivido por Oswaldo França Júnior, bem como as vicissitudes por ele sofridas, foram determinantes para a demarcação do discurso que perpassa sua obra e nela operam, não raramente, como mecanismo do diálogo entre realidade e ficção. Com efeito, os aspectos políticos retratados na produção literária do romancista não podem ser considerados de somenos importância quando comparados aos aspectos humanos e sociais. Ao contrário disso, são tão relevantes quanto estes.

Mais especificamente, o presente trabalho procurará demonstrar que o engajamento militar, a exclusão da Força Aérea Brasileira logo após o golpe de 1964 e a experiência civil

num regime político militar apresentaram reflexos significativos, se não determinantes, não só na vida pessoal de França Júnior, como também em sua produção literária.

Também constitui objetivo deste trabalho investigar em que medida as situações histórico-políticas desencadeadas desde a tomada do poder pelos militares em 1964 até a redemocratização do país foram problematizadas na obra ficcional do autor.

Buscar-se-á demonstrar o diálogo entabulado entre realidade e ficção tendo em vista os acontecimentos que marcaram a vida política do país nas décadas de 1960 a 1980 e sua abordagem na obra ficcional, de modo a evidenciar que o discurso histórico deixa-se permear explicitamente pelo discurso ficcional, “sem que isso signifique, necessariamente, alusão à mentira ou a falsidades históricas”. (SOUZA, 2002. p. 80).

No tocante à metodologia, foram realizadas pesquisas sobre o autor no Acervo de Escritores Mineiros da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. Também foi feito contato com o Ministério da Aeronáutica a fim de que fosse disponibilizado o inquérito administrativo militar que culminou com a expulsão de França Júnior das fileiras da Força Aérea Brasileira. Face à negativa de fornecimento de qualquer documento a não parentes do militar, foi feito contato com o filho do romancista – Oswaldo França Neto – a fim de que este solicitasse ao Comando da Aeronáutica os documentos em questão. Somente então foi disponibilizada a pasta funcional, na qual estavam ausentes os autos do inquérito administrativo.

Além disso, foram realizadas pesquisas em livros, sítios na *internet*, jornais e outros veículos de comunicação a fim de se capturar entrevistas ou manifestações públicas do autor.

A contextualização da pesquisa baseou-se na leitura de obras sobre a história recente do país, especificamente tratando do período que vai das décadas de 1960 a 1980.

Foram lidas todas as obras publicadas pelo autor, selecionando-se, a partir daí, aquelas que guardavam pertinência com o objetivo da presente pesquisa.

Em seu desenvolvimento, o trabalho contará com três capítulos. No primeiro, intitulado *O escritor*, serão explorados aspectos biográficos. No seguinte – *O escritor e o contexto histórico brasileiro* –, far-se-á a exposição e a análise do momento histórico por que passava o Brasil e suas possíveis implicações na vida do escritor. Já o terceiro capítulo – *Aspectos políticos da obra de Oswaldo França Júnior* – cuidará da dimensão política ínsita em sua obra.

Diante da impossibilidade de se dissociar a obra de França Júnior de sua experiência de vida e do contexto histórico brasileiro, ambos determinantes de sua cosmovisão, e tendo

em vista o objetivo proposto na presente pesquisa, serão os dois primeiros capítulos dedicados à vida do escritor e aos acontecimentos políticos nacionais mais relevantes no período em que sua obra foi produzida. Pretende-se, assim, demonstrar que a obra franciana, a despeito de ficcional, traz um panorama sócio-político do Brasil nas décadas de 1960 a 1980.

Por sua vez, o terceiro capítulo entrelaça os anteriores realçando as obras em que a visão política do autor se faz evidenciada.

A atuação dos militares no período imediatamente posterior ao golpe de 1964, a forma de condução dos inquéritos que visavam à exclusão de militares supostamente opositores do regime e a censura por eles imposta, serão alguns dos temas abordados na análise do romance *O passo-bandeira: uma história de aviadores*.

O movimento estudantil desencadeado após o golpe militar – que tem o seu auge no ano de 1968 – e a brutalidade da repressão policial aos estudantes serão objeto de estudo a partir do romance *Um dia no Rio*.

A leitura crítica das duas obras antes mencionadas, associada à dos romances *Jorge, um brasileiro* e *Aqui e em outros lugares*, revelará as arbitrariedades policiais ocorridas no período ditatorial, mormente a tortura, “método investigativo” comumente utilizado durante o regime militar.

A contraposição entre os regimes capitalista e socialista, que se acentuou com a chamada Guerra Fria e dividiu o mundo em dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, respectivamente, será estudada tendo por base os romances *Recordações de Amar em Cuba*, *Jorge, um brasileiro* e *Os dois irmãos*.

Por fim, a redemocratização do país, com a eleição de um presidente civil após duas décadas de regime militar, será analisada tendo em vista o romance *Recordações de Amar em Cuba*.

## 2 O ESCRITOR

Nascido na cidade mineira do Serro, em 21 de julho de 1936, Oswaldo França Júnior ingressou, aos dezessete anos, na Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica, em Barbacena, onde permaneceu por três anos. No Rio de Janeiro, após mais três anos de estudo, concluiu o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, em 18 de dezembro de 1958. Especializou-se em pilotagem de caça, exercendo a função de piloto de caça e instrutor de voos até 1964.

Nesse ano, sob a acusação de subversivo, Oswaldo França Júnior foi excluído da Aeronáutica e proibido de exercer a profissão de aviador, inclusive na aviação civil.

Aos vinte e oito anos, casado e pai de três filhos, viu-se compelido a iniciar atividades bem diferentes daquela para a qual fora preparado desde a adolescência.

Apesar das inúmeras tentativas, o ingresso nos quadros de empresas privadas sempre lhe foi vedado. Sobre ele pesava a mácula da subversão e exclusão das Forças Armadas e, num regime político ditatorial, não havia postos para expulsos da carreira militar.

Sem alternativas, restou-lhe apenas se direcionar para o serviço autônomo, no qual, entre as muitas atividades desempenhadas, viu-se desde proprietário de carrinhos de pipoca até corretor de imóveis, passando por comerciante de queijos, frotista de táxi e dono de banca de revistas.

Com o intuito inicial de obter renda, enveredou-se também para a carreira literária, tendo Rubem Braga como seu primeiro incentivador. Foi a ele que, por ocasião de uma viagem a negócios ao Rio de Janeiro, França Júnior entregou aproximadamente setenta contos para que fosse avaliada a possibilidade de publicação. Descartando-a, o experiente escritor o aconselhou a escrever um romance, alguma coisa que mexesse com o público. Foi assim que nasceu *O viúvo*, publicado em 1965, pela Editora do Autor, então fundada por Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos.

Em 1967, publicou *Jorge, um Brasileiro*, romance que lhe valeu o prêmio *Walmap*, após submeter-se a uma comissão julgadora formada pelos já consagrados Jorge Amado, Guimarães Rosa e Antônio Olinto. Como não poderia deixar de ser, é a partir de então que sua carreira literária se consolida.

Na sequência publicou *Um dia no Rio* (1969), *O homem de macacão* (1972), *A volta para Marilda* (1974), *Os dois irmãos* (1976), *As lembranças de Eliana* (1978), *Aqui e em outros lugares* (1980), *À procura dos motivos* (1982), *O passo-bandeira – Uma história de*

*aviadores* (1984); *As laranjas iguais: contos* (1985), *A árvore que pensava* (1986), *Recordações de amar em Cuba* (1986), *No fundo das águas* (1987) e *De ouro e de Amazônia* (1989).

Em 1986, já findo o governo militar, o Ministério da Aeronáutica, pela portaria GM1, de 21 de março, o promoveu, na inatividade, ao posto de Coronel, a contar de 25 de dezembro de 1981.

Faleceu em 1989, poucos dias depois de ter concluído seu último romance, num acidente automobilístico, ao retornar de uma noite de autógrafos na cidade mineira de João Monlevade.

### 3 O ESCRITOR E O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, inicia-se a celeuma decorrente da investidura do vice-presidente João Goulart no cargo de Presidente da República.

Nas quase duas semanas decorridas entre a renúncia e a posse do novo presidente “barricadas subiram e armas foram distribuídas em Porto Alegre, greves eclodiram, particularmente no Rio de Janeiro e lutou-se pela legalidade, por uma Assembleia Nacional Constituinte ou pela tomada de Brasília.” (PEREIRA NETO, 2009, p. 27-28).

O fato se explica porque, à época, os candidatos a presidente e vice-presidente não concorriam em chapa única. Havia os candidatos à presidência e, desvinculados desses, os candidatos à vice, sendo eleito o mais votado em cada qual dessas eleições. João Goulart concorreu à vice-presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Ocorre que, no período eleitoral, seu partido recebera o apoio dos comunistas, gerando com isso a desconfiança dos militares que, em sua maioria, acreditavam vir deles uma ameaça à democracia e à segurança nacional. É o que revela Elio Gaspari ao citar trecho do documento redigido pelo então coronel Ernesto Geisel, datado de 1960:

Em 1960, o coronel Ernesto Geisel, chefe da seção de informações do gabinete do ministro da Guerra, denunciava o apoio dos comunistas (“os vermelhos”) ao PTB do candidato a vice-presidente João Goulart (“demagogos oportunistas”), advertindo, num documento confidencial intitulado *Expansão do Comunismo no Âmbito Nacional*, que “não estará muito remota a oportunidade almejada pelos comunistas para o desencadeamento da segunda etapa de sua estratégia: a da subversão social e conquista do poder no Brasil, pela força, se necessário. (GASPARI, 2002-a, p. 221-212).

Com uma forte rejeição a João Goulart, os ministros militares decidiram impedir sua posse. Os legalistas, por sua vez, liderados pelo governador gaúcho Leonel Brizola – cunhado de João Goulart –, defendiam o cumprimento da Constituição e a ascensão do vice-presidente.

Começa, então, uma movimentação militar contra o governo do Rio Grande do Sul. O comandante da Base Aérea de Porto Alegre ordena que Oswaldo França Júnior e outros tenentes preparem um bombardeio ao Palácio do Governo gaúcho.

Em entrevista concedida a Geneton Moraes Neto, França Júnior relata, com detalhes, as circunstâncias em que foi dada a ordem de eliminar Leonel Brizola:

Eu servia no Esquadrão de Combate, em Porto Alegre. Era a unidade de combate mais forte que existia entre o Rio de Janeiro e o Sul. Era o 1º do 14º Grupo de Aviação. A gente usava um avião inglês que, na FAB, recebeu o nome de F-8. Logo

depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, Brizola fez a Cadeia da Legalidade através das emissoras de rádio e se entrincheirou no Palácio do Governo, em Porto Alegre. O comandante do meu esquadrão nos reuniu e disse: “Acabamos de receber uma ordem para silenciar Brizola. Vamos tentar convencê-lo a parar com esse movimento de rebeldia. Se ele não parar com essa campanha, vamos bombardear o Palácio e as torres de transmissão da rádio que ele vem usando para fazer a Cadeia da Legalidade. Vamos fazer tudo às seis da manhã. Vamos tentar dissuadir Brizola até essa hora. Se não conseguirmos, vamos bombardear.” Nós ouvimos essas palavras do comandante. Todo oficial tem uma missão em terra, além de ser piloto de esquadrão. Eu era chefe do setor de informação. Recebi ordens de calcular o quanto de combustível ia ser usado e quanto tempo os aviões poderiam ficar no ar. Dezesesseis aviões foram armados para a operação. Pelos meus cálculos, a gente ia pulverizar o Palácio do Governo. Um ataque para acabar com tudo o que estivesse lá. Não ia haver dúvida. Os aviões foram armados. Nós nos preparamos. Colocamos as bombas e os foguetes nos aviões. Ficamos somente esperando chegar a hora, quando o dia amanhecesse. (MORAES NETO, 1997, p. 88).

Não obstante, a “Campanha da Legalidade” contava com a simpatia de um grupo de sargentos das Forças Armadas. Os militares incumbidos de executar a tarefa começam, então, a questionar a legalidade da ordem superior. Eles percebem que, cumprindo-a, estariam contrariando a Constituição Federal que previa como sucessor natural do Presidente da República o seu vice.

Antevendo o massacre que estava prestes a ocorrer, e convencidos da ilegalidade da ordem, os militares responsáveis pelo apoio de solo cuidaram de esvaziar os pneus dos aviões, impedindo a decolagem e, conseqüentemente, o bombardeio na hora marcada.

Na mesma entrevista antes mencionada, França Júnior explica as razões que levaram à sabotagem das aeronaves:

Durante o tempo em que ficamos esperando, nós todos sabíamos que iríamos matar muita gente. Num ataque como aquele ao Palácio, bombas e foguetes caíam na periferia. Muitas pessoas iriam ser atingidas. Além de tudo, Brizola estava com a família no Palácio, cercado de gente. Havia gente armada lá, mas não ia adiantar nada, diante do ataque que iríamos deflagrar com nosso tipo de avião. Podia ser que um ou outro avião caísse, o que não impediria de maneira nenhuma o ataque e a destruição do Palácio. E aí começou o questionamento. O militarismo tem dois alicerces básicos: a disciplina e a hierarquia. Você não pode mexer nesses dois alicerces. (...) Mas, diante de nós, os tenentes que íamos fazer o ataque, e não estávamos incluídos na alta cúpula, apresentou-se uma incoerência: se o presidente da República, chefe supremo das Forças Armadas, renunciou, automaticamente quem deve assumir é o vice-presidente. Nós nos perguntávamos ali: por que o Estado-Maior – que não fica acima do presidente da República – pode determinar que um vice-presidente não pode assumir? Então, há uma incoerência interna na hora de obedecer a uma ordem assim. Por quê? Porque aquela ordem, em princípio, já quebrava a hierarquia, a base do sentimento militar. Nós começamos a pensar. Mas íamos decolar, sim, para o ataque! Durante a noite, no entanto, houve um movimento inteligente, partido principalmente do pessoal da base. O avião de caça só leva uma pessoa, o piloto. Mas é necessário ter uma equipe grande de apoio no solo. E essa equipe de apoio, formada principalmente de sargentos, impediu a decolagem dos aviões. Os sargentos esvaziaram os pneus. E trocar de repente todos os pneus dos

aviões de combate é um problema técnico complicado e demorado. Os aviões, assim, ficaram impedidos de decolar na hora do ataque. (MORAES NETO, 1997, p. 89).

A ordem de bombardear foi posteriormente revista pelo comandante, mas os oficiais que de alguma forma estiveram envolvidos com a sabotagem não saíram ilesos. Quando do golpe militar de 1964, que pôs fim ao governo de João Goulart, foram todos aliados das Forças Armadas.

O golpe militar de 1964 era inevitável. Viria de um lado ou do outro, já que era arquitetado não só pela oposição, mas também pelo próprio presidente João Goulart – ou Jango, como era chamado desde a infância.

Conforme explica Elio Gaspari (2002-a, p. 47-49), Goulart assumira a presidência da república, após uma crise que quase mergulhou o país numa guerra civil, sob a condição de governar sob o regime parlamentarista, “cuja essência residia em permitir que ocupasse a Presidência desde que não lhe fosse entregue o poder”.

Só recuperou os poderes presidenciais em janeiro de 1963 quando, chamados a votar em plebiscito, os brasileiros optaram pelo regime presidencialista.

Em outubro desse ano, possivelmente já visando um golpe, Jango solicita ao Congresso a decretação do estado de sítio. Nem mesmo a esquerda o apoia no seu intento. Percebendo que sem o respaldo esquerdista não alcançaria seus propósitos, pende para o seu lado. Propõe, então, no princípio de 1964, reformas de base e assina decretos que autorizam a desapropriação de terras ociosas às margens de rodovias federais e a encampação das refinarias particulares de petróleo.

A crise era intensa não só no campo político, mas também no setor econômico. A inflação estava descontrolada, a renda dos brasileiros diminuía sensivelmente, as greves aumentavam, o déficit do governo, que gastava demais, só crescia.

O Congresso – conservador – não parecia disposto a aprovar os projetos “esquerdistas”. As divergências travadas entre o presidente e o Congresso pareciam indicar que Jango pretendia permanecer no poder a despeito de a Constituição Federal então vigente vedar-lhe a reeleição. A esquerda se mobilizava nesse sentido defendendo uma reforma constitucional que assegurasse a Goulart a possibilidade de participar das próximas eleições presidenciais.

Interessante observar que relatório secreto da CIA, enviado à Washington em novembro de 1963, noticia que um golpe militar era visto pelo presidente como a melhor

solução para a crise política e econômica que assolava o país. É o que afirma Geneton Moraes Neto, em seu *Dossiê Brasil*:

A CIA registrou, num relatório secreto produzido em novembro de 1963, a intenção do então presidente João Goulart de “dar um golpe” para tentar resolver a crise institucional em que o país estava mergulhado. O plano de Goulart, se existiu, não deu certo: os seus adversários é que deram o golpe, no dia 31 de março de 1964. Goulart vivia na corda bamba desde que desembarcou no Palácio do Planalto no vácuo deixado pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961.” (MORAES NETO, 1997, p. 103).

O documento mencionado, arquivado no Arquivo de Segurança Nacional, em Washington, hoje aberto ao público, registra como certo o planejamento do golpe por Goulart. O trecho extraído da parte final do relatório confirma essa assertiva:

Paulo Schilling [assessor de Brizola] disse que Brizola não acredita na intenção de Goulart de renunciar. Numa checagem, alguns de seus contatos militares disseram que o general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, vem trabalhando em tempo integral na montagem de um movimento golpista. Goulart acredita que um golpe militar é a única saída para a atual situação e somente ele tem o poder suficiente para mudar o sistema de governo. (...) Schilling disse que Brizola acredita que Goulart pensa que pode fazer avanços sob um regime autoritário, mas a situação do Brasil sofrerá poucas mudanças, a não ser que Goulart peça a ajuda da esquerda. Tudo o que Goulart conseguirá é a remoção de seus inimigos políticos. Schilling disse que o grupo de Brizola e a Frente de Mobilização Popular estão trabalhando para tentar tirar vantagem de qualquer golpe militar iniciado por Goulart. (...) Planejam atuar através da União Nacional dos Estudantes, a Confederação Geral dos Trabalhadores e os grupos de sargentos que Brizola e a Frente de Mobilização Popular controlam. (NETO, 1997, p. 104-105).

O governo norte-americano desde 1962 receava que o Brasil estivesse caminhando para uma ditadura pessoal e populista do presidente João Goulart. O embaixador americano Lincoln Gordon já articulava com o então presidente Kennedy o fortalecimento da “espinha militar” brasileira e a disposição em apoiar qualquer tipo de ação militar contra a esquerda e contra o que eles acreditavam ser a entrega do país aos comunistas. (GASPARI, 2002-a, p. 59-60).

É sabido, contudo, que os opositores do governo de Goulart agiram com mais presteza, efetivando o golpe militar que implicou na deposição do presidente em 31 de março de 1964.

Dois generais mineiros – Carlos Luiz Guedes e Olympio Mourão Filho – deflagraram a revolução no dia 30 de março de 1964, com o apoio do então governador Magalhães Pinto. Em princípio, o levante não contou com a credibilidade dos generais ligados ao governo, que preferiram desdenhar seus dois articuladores. Também era tida por precipitada pelos generais

que se opunham ao presidente. Castello Branco, por mais de uma vez, tentou segurar o levante mineiro. (GASPARI, 2002-a, p. 70).

Os Estados Unidos, por sua vez, viam esse movimento reacionário como uma oportunidade única, que não poderia ser desperdiçada. Uma mensagem enviada de Washington ao embaixador Gordon no dia 31 de março de 1963 vem assim redigida:

O dilema que temos pela frente é:  
 nossa preocupação de não deixar a oportunidade passar, pois ela pode não voltar;  
 nossa preocupação de não pôr o governo americano à frente de uma causa perdida.  
 Sugerimos, portanto, que não sejam mandadas novas mensagens a governadores ou militares brasileiros até que tenhamos tido a oportunidade de chegar a uma decisão com base nesta teleconferência e em outros acontecimentos durante o dia.  
 (...) Você já mandou recado aos governadores enfatizando a necessidade de criação de um governo que possa dizer-se legítimo.” (GASPARI, 2002-a, p. 100).

Conhecendo ou não o apoio norte-americano, o fato é que os militares articuladores do golpe parece terem prescindido dele para o desfecho que lhes foi favorável.

Pode-se afirmar que o golpe de 1964 em muito decorreu da insatisfação dos militares, especialmente dos oficiais, provocada pela mitigação, no governo Goulart, dos princípios básicos em que se sustenta o regime militar, quais sejam, hierarquia e disciplina.

Isso vinha acontecendo desde a ascensão de Goulart ao poder. Seu marco inicial, contudo, figura um pouco antes de sua posse, ou seja, quando da sabotagem dos aviões que bombardeariam o Palácio do Governo gaúcho, em evidente afronta às ordens do comando superior, então determinado a silenciar Brizola e colocar fim à Campanha da Legalidade.

A fragilização da hierarquia militar nesse período encontra-se bem sintetizada por Gaspari:

Desde 1961, quando os sargentos foram peças importantes para neutralizar a ação de oficiais que pretendiam impedir a posse de Jango, algumas unidades viviam sob uma espécie de duplo comando. Centenas de oficiais suportaram situações vexatórias. Numa unidade da Vila Militar havia sargentos que não cumpriam escalas de guarda e mantinham paióis particulares. Um deles ameaçara os “senhores reacionários”: “O instrumento de trabalho dos militares é o fuzil.” Outro, eleito deputado, falava em “enforcamento dos responsáveis pela tirania dos poderes econômicos”. (...) Os marinheiros usavam a rede de transmissão dos navios para comunicar suas palavras de ordem e, pelo menos uma vez, abriram o cofre do Conselho do Almirantado para copiar a ata de uma reunião secreta. (GASPARI, 2002-a, p.91).

Enquanto os oficiais viam sua autoridade corroída com a complacência de um governo aliado à esquerda comunista, a associação dos marinheiros e um grupo de sargentos paulistas recebiam elevadas quantias do Gabinete Civil da Presidência. (GASPARI, 2002-a, p.92).

Não bastasse, após a prisão, determinada pelo Ministro da Marinha, de doze marinheiros que transformaram a Associação dos Marinheiros numa entidade parassindical, monitorada pelo Partido Comunista, sargentos, cabos e marujos se amotinaram e obtiveram do Gabinete Militar da Presidência a transferência dos marinheiros presos para os quartéis do Exército e, logo depois, sua soltura.

O Ministro da Marinha pediu demissão e nenhum outro oficial da ativa se dispôs a ocupar seu posto. Jango teve que buscar nos quadros da reserva o novo ministro. A crise se agravava.

Por fim, no dia 30 de março de 1964, em meio à crise militar que se instalara em decorrência da prisão dos marinheiros e do pedido de demissão do Ministro da Marinha, Jango discursou, no salão do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, para um auditório de suboficiais e sargentos das forças armadas, deixando evidente que aceitava o agravamento da crise militar e que se posicionava em desfavor do oficialato.

O coronel da Aeronáutica Lino Teixeira já havia alertado o Ministro da Justiça do governo Jango – Abelardo Jurema – que “em defesa da hierarquia militar, seria capaz de se juntar aos piores adversários do governo.” (GASPARI, 2002-a, p.56).

Foi o que ocorreu. Iniciado o levante pelos generais mineiros, e percebendo a inércia do presidente – em muito decorrente da inabilidade do chefe do Gabinete Militar, general Assis Brasil, que acreditava ter um “dispositivo militar” em número mais que suficiente para assegurar a Jango a lealdade dos quartéis – os oficiais, pouco a pouco, tomaram o lado dos golpistas.

Alguns, como o general Amaury Kruehl, comandante do II Exército, em São Paulo, e o ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, antes de aderir à revolução ainda tentaram evitar a deposição do presidente apresentando-lhe um ultimato para que rompesse com a esquerda. A negativa explícita de Jango sentenciava sua derrocada do poder. Como resumiu Elio Gaspari (2002-a, p. 92), “um governo que tolerava a indisciplina não deveria acreditar que seria defendido de armas na mão por militares disciplinados, obedecendo a ordens de hierarquia.”

Efetivado o golpe, este contou com insignificante resistência, dada a falta de confiança tanto da esquerda quanto da direita no presidente Goulart.

A esquerda temia que Jango a traísse. No meio da tarde do dia 31, o deputado Max da Costa Santos, petebista radical, estava certo de que Mourão seria esmagado em poucas horas e mostrava-se preocupado “com a força que Jango terá nas mãos”. Às 23 horas, depois de receber instruções da direção do Partido Comunista, o secretário do comitê universitário do Rio de Janeiro, José Salles, reuniu à porta da Faculdade

Nacional de Filosofia o comando dos estudantes que a haviam ocupado e disse-lhes que evitassem radicalizar, pois Jango controlara a situação e poderia usar seu fortalecimento para golpear a esquerda. A direita tinha o mesmo receio.” (GASPARI, 2002-a, p. 86-87).

Conforme assinala Ridenti (1993, p. 150), o golpe de 1964 acarretou a expulsão formal de 122 oficiais das Forças Armadas. Publicadas em 11 de abril, essas expulsões foram seguidas de outras tantas ainda no mesmo ano.

Gaspari, por sua vez, afirma que:

Nas Forças Armadas 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos vivos, com pagamento de pensões aos familiares. Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva. Somados todos os expedientes, expurgaram-se 24 dos 91 generais. (GASPARI, 2002-a, p. 131).

Janaína de Almeida Teles, a seu turno, apresenta impressionante estatística do período ditatorial:

(...) cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura; milhares de presos políticos foram submetidos a torturas; há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos; 7.367 pessoas acusadas e 10.034 afetadas na fase de inquérito, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional; houve quatro condenações à pena de morte; 130 banidos; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos; milhares de exilados; e centenas de camponeses assassinados. (TELES, 2009, p. 151-152)

Nas Forças Armadas foram mantidos apenas os oficiais que explicitamente aderiram aos golpistas. França Júnior não integrava este rol. Estava entre os excluídos.

Conforme publicação no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 1964 foi reformado em decorrência da conclusão do processo administrativo militar número 143-9 através de ato cuja cópia se encontra anexada a sua pasta funcional (obtida junto ao Comando da Aeronáutica), assim redigido:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, §1º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, tendo em vista o que foi apurado em investigações sumárias de que trata o Decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964, RESOLVE REFORMAR nos mesmos postos e sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos, os.....

Primeiro-Tenente	Aviador	OSWALDO	FRANÇA
JÚNIOR.....	fazendo jus aos proventos de seus postos, proporcionais aos seus anos de serviço. Brasília, DF, 3 de setembro de 1964, 143º da		

Independência e 76° da República. (a) H. CASTELLO BRANCO – Maj Brig – WANDERLEY. Carimbos: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Publicado no Diário Oficial de 4 SET 1964. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA Registrado no livro de registro n.o 17 fls 44 Em 16 de setembro de 1964.

Se, logo após sua exclusão, viu-se como um “morto-vivo”, já que fora impedido de exercer qualquer atividade ligada à aviação, tomou rumo bem diverso de alguns de seus colegas que viram na luta armada única forma de sobrevivência, como acentuou Elio Gaspari:

Desde abril de 1964, a luta armada transformara-se numa alternativa de sobrevivência para centenas de profissionais. O governo Castello Branco expurgara 738 suboficiais, sargentos e cabos das Forças Armadas. Deles, 347 foram condenados à prisão pelas auditorias militares. Na Marinha licenciaram-se 963 marujos e fuzileiros. Num só processo, sentenciaram-se 284 alistados a penas superiores a cinco anos de reclusão. A reorganização da vida desses punidos era perversamente dificultada. Todos perderam o emprego, muitos perderam também a profissão e qualquer direito trabalhista. As punições eram um estigma na busca de serviço, e as condenações tornavam-se um estímulo à vida clandestina. Aquilo que décadas de organização sistemática não haviam sido capazes de dar à cerebral esquerda brasileira, os militares ofereceram de mão beijada: um braço armado. (GASPARI, 2002-a, p. 180-181).

Não obstante, apesar da quantidade de excluídos das Forças Armadas, pode-se dizer que foi mínimo o número de oficiais que se aliou a grupos guerrilheiros ou a movimentos de oposição, embora de significativa importância a participação daqueles que optaram por integrá-los. É o que conclui Marcelo Ridenti:

Constata-se pelos dados que relativamente poucos “oficiais militares” foram processados, em 1964 e após essa data, por atividades de oposição ao regime militar (119 oficiais entre 7.365 denunciados judicialmente, 1,6% desse total). Dos 119 oficiais processados, apenas 32 o foram por supostas ligações com organizações de esquerda (30, se excluídos os nomes repetidos nos processos referentes a cada organização), dentre os quais, 14 por vinculação com grupos guerrilheiros urbanos. Apesar do destaque de alguns ex-oficiais na chamada luta armada contra a ditadura civil-militar, caso notório do capitão Lamarca, do coronel Cardim e do major Cerveira, não se pode dizer que os oficiais expulsos das Forças Armadas aderiram em número significativo às organizações guerrilheiras. (RIDENTI, 1993, p. 150).

Vale observar que nem mesmo Luiz Carlos Prestes via na luta armada a melhor forma de derrotar ou alcançar o poder. Em reunião com o secretário-geral do Partido Comunista soviético – Nikita Kruchev – Prestes relata terem concluído que “quando falamos em luta armada, falamos de luta de grandes massas e não de ações sectárias de alguns comunistas. Porque isto seria uma aventura. Realizar o trabalho de massas é a melhor forma de preparar a insurreição.” (GASPARI, 2002-a, p. 176-177).

Como a maioria dos reformados, França Júnior preferiu não integrar as fileiras das organizações de esquerda, tampouco as da luta armada. Optou por fazer literatura.

A maioria de suas obras foi publicada na vigência do regime militar brasileiro, especialmente no pós-68, quando já vigia a Lei de Imprensa, restringindo o acesso à informação, e a Lei de Segurança Nacional, que cerceava liberdades civis.

É nesse período, conhecido como “anos de chumbo”, que o governo acentua a repressão contra os estudantes e os acusados de crimes políticos.

### **3.1 A repressão estudantil**

A União Nacional dos Estudantes - UNE, que teve sua sede no Rio de Janeiro atacada e incendiada por um comando paramilitar no dia seguinte ao do golpe (1º de abril de 1964) e acabou proibida de funcionar nesse mesmo ano em razão da publicação da Lei número 4.464/64 (BRASIL, 1964), continua, na clandestinidade, organizando protestos e manifestações estudantis.

A tentativa de despolitizar o meio acadêmico, almejada pela publicação da lei supramencionada e pela posterior extinção das entidades estudantis estaduais, não alcançou seu intento. Ao contrário, acabou por surtir consequências inesperadas e indesejadas para o regime vigente, conforme lembrou Elio Gaspari ao comentar os efeitos gerados pela extinção da UNE:

Seu efeito imediato foi uma inibição temporária da esquerda acadêmica. O efeito profundo foi bem outro. Colocou-se gradativamente o movimento estudantil na clandestinidade, juntando-o aos partidos comunistas, ao radicalismo brizolista e, sobretudo, às centenas de sargentos e suboficiais que haviam sido expulsos das Forças Armadas. (GASPARI, 2002-a, p. 226).

Em 28 de março de 1968, durante as preparações para um ato público, num restaurante estudantil conhecido por Calabouço, os estudantes são surpreendidos pela Polícia Militar. Em meio a pedradas e tiros, um fere fatalmente o estudante Edson Luis de Lima Souto, então com 17 anos de idade. O episódio é assim relatado por Gaspari:

Ao anoitecer do dia 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, uma tropa da Polícia Militar atacou um grupo de estudantes que pediam melhores instalações para o restaurante do Calabouço. Nele, havia mais de dez anos jovens de todo o Brasil comiam por dois cruzeiros a bandeja. (...) Os estudantes jogavam pedras contra os PMs, e um aspirante atirou. Acertou o peito de Edson Luis de Lima Souto, de dezessete anos, protótipo do “calaboçal”. Migrante nortista, pobre e secundarista,

não tinha militância política. Defendia o restaurante onde comia e fazia biscates. Os colegas levaram-no para a Santa Casa de Misericórdia, a três quarteirões de distância, mas ele já chegou morto. Pela primeira vez desde 1964 surgia um cadáver na luta entre o regime e os estudantes. Os jovens – alguns deles ligados a organizações clandestinas – impuseram à polícia uma derrota inicial e decisiva. Conquistaram o cadáver. A PM tentou levá-lo para o Instituto Médico Legal, mas os estudantes foram para a Assembléia Legislativa, usando-o como arfete. Sem camisa, Edson Luis foi colocado sobre uma mesa. No dia seguinte o Rio de Janeiro acordou com aquele garoto morto nas primeiras páginas dos jornais. (...) Ele haveria de se tornar a encruzilhada de todas as raivas. (GASPARI, 2002-a, p. 278).

No dia seguinte ao homicídio, aproximadamente cinquenta mil pessoas participaram do enterro. Acendia-se o pavio da revolta estudantil que resultou na detenção, só nesse ano, de aproximadamente três mil estudantes.

Gaspari (2002-a, p. 256-257), demonstrando que parte da esquerda estava disposta a lutar, afirma que “entre março e o final de junho de 1968, o centro do Rio tornou-se cenário rotineiro de choques da polícia com estudantes. Num só dia [1º de abril de 1968] chegaram a dois hospitais fluminenses 56 feridos. Trinta eram policiais.”

Os estudantes estavam dispostos a radicalizar. No dia 19 de junho, mil e quinhentos estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em assembleia, hostilizaram, com vaias e insultos, não só o reitor como também o corpo docente. Fiando-se na palavra do reitor, retiraram-se da assembleia na noite do dia 20 na certeza de que não sofreriam qualquer tipo de represália. Estavam equivocados. A polícia militar os perseguiu, espancou e humilhou. A elite do Rio de Janeiro amanheceu em polvorosa. Dessa vez eram os seus filhos os alvos da repressão militar.

Os estudantes não se deram por vencidos, e dessa vez tinham o apoio da população. Saíram novamente às ruas do Rio, “numa manifestação que, ao contrário das anteriores, foi reprimida a bala pela polícia. A truculência provocou revolta na população, que passou a atirar objetos das janelas dos prédios.” (PILAGALLO, 2004, p. 58). A confusão, iniciada às nove da manhã, só cessou no fim da tarde “com uma carga de cavalaria da Polícia Militar. No fim da jornada havia mais mortos: um PM com a cabeça esmagada por um tijolo jogado do alto de um edifício e três estudantes, entre os quais uma jovem, Maria Ângela Ribeiro, alvejada na frente por um policial.” (GASPARI, 2002-a, p. 293-294).

Nessa mesma noite, conhecida como “sexta-feira sangrenta”, começaram as articulações para uma passeata que seria, até então, o maior ato público contra o regime militar. A “Passeata dos Cem Mil” aconteceu no dia 26 de junho, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, contando com a participação de artistas, intelectuais, religiosos e professores.

Esse ato, contudo, não impediu a prisão de 920 estudantes durante o XXX Congresso da UNE realizado num sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo. “O movimento estudantil se acabara. (...) Nos seis anos seguintes, militando em agrupamentos armados ou na guerrilha rural, morreriam 156 jovens com menos de trinta anos. Deles, pelo menos dezenove estiveram em Ibiúna.” (GASPARI, 2002-a, p. 325).

### 3.2 A repressão política

A tortura, que sempre foi “método investigativo” rotineiro da polícia brasileira contra os acusados de crimes comuns, chega à máxima sofisticação com o regime militar.

A tortura não é aplicada apenas como punição física, intimidação ou forma de obter informações. Ela serve a tudo isso e vai além: a intenção manifesta é destruir o indivíduo, tirar-lhe o chão, anular-lhe as referências, levá-lo à degradação, roubar-lhe a condição humana, massacrá-lo fisicamente e liquidá-lo psicologicamente. (JORDÃO, 2005, p. 162).

Tendo sua gênese no governo Castello Branco, a utilização da tortura no interrogatório de presos políticos ganha respaldo legal com a publicação, no governo Costa e Silva, do Ato Institucional número 5, que suspendeu inúmeras garantias constitucionais, inclusive a de concessão de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional. Três meses depois, a prática é ainda mais favorecida, ficando os encarregados de inquéritos políticos autorizados a prender quaisquer cidadãos por sessenta dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. (GASPARI, 2002-a, p. 293-294).

Contrariando vozes, como a do ex-presidente João Baptista Figueiredo, que sustentaram que somente o “pessoal de baixo” praticou a tortura, o jornalista Antonio Carlos Fon, demonstra em sua obra *Tortura: A História da Repressão Política no Brasil*, publicada em julho de 1979, que

o aparato repressivo da ditadura havia sido uma estrutura pensada e desenvolvida de modo sistemático e organizado, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, e que ele não fora um “desvio” ou uma “anomalia” da ditadura militar, mas, ao contrário, representava um fruto do sistema de poder que se impusera com o golpe – particularmente após o Ato Institucional n. 5. (...) que a tortura não decorreria de “excessos” de militares e policiais mais afoitos ou mais afeitos à violência, mas sim de uma concepção de poder que encarava a dissidência como crime e transformava os opositores em “inimigos internos”. (MAUÉS, 2009, p. 111).

Nessa prática foram doutrinados oficiais e sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Chegaram a participar de curso de técnicas de tortura, no qual o tenente Ailton Joaquim demonstrava, em dez jovens presos acusados de crimes políticos, o que se fazia clandestinamente no país. Eis o relato do que ocorreu no dia 08 de outubro de 1969 (primeiro dia após a posse do novo presidente – general Emílio Garrastazu Médici) em curso realizado no quartel da Vila Militar, em horário de expediente:

Os presos foram enfileirados perto do palco, e o “tenente Ailton” identificou-os para os convidados. Tinha três sargentos por acólitos. Com a ajuda de slides, mostrou desenhos de diversas modalidades de tortura. Em seguida os presos tiveram que ficar só de cuecas. Maurício Vieira de Paiva, 24 anos, quintanista de engenharia, foi ligado a um magneto pelos dedos mínimos das mãos. Era a máquina de choques elétricos. Depois de algumas descargas, o tenente-mestre ensinou que se devem dosar as voltagens de acordo com a duração dos choques. Chegou a recitar algumas relações numéricas, lembrando que o objetivo do interrogador é obter informações e não matar o preso. Murilo Pinto da Silva, 22 anos, funcionário público, ficou de pés descalços sobre as bordas de duas latas abertas. Pedro Paulo Bretas, 24 anos, terceiranista de medicina, foi submetido ao esmagamento dos dedos com barras de metal. Outro preso, um ex-soldado da Polícia Militar, apanhou de palmatória nas mãos e na planta dos pés. “A palmatória é um instrumento com o qual se pode bater num homem horas a fio, com toda a força”, explicou o tenente. No pau-de-arara penduraram Zezinho, que estava na PE por conta de crimes militares. Ailton explicou – enquanto os soldados demonstravam – que essa modalidade de tortura ganhava eficácia quando associada a golpes de palmatória ou aplicações de choques elétricos, cuja intensidade aumenta se a pessoa está molhada. “Começa a fazer efeito quando o preso já não consegue manter o pescoço firme e imóvel. Quando o pescoço dobra, é que o preso está sofrendo”, ensinou o tenente-professor. O Exército brasileiro tinha aprendido a torturar. (GASPARI, 2002-a, p. 361-362).

Tornam-se corriqueiros os relatos de presos submetidos a torturas policiais por meio de choques elétricos, pancadarias, afogamentos, estupros, entre outras formas.

Com o apoio financeiro de empresas nacionais e estrangeiras, são montados, em 1969, sistemas mais “eficazes” de repressão aos movimentos de esquerda, baseados na tortura. É a conhecida “Operação Bandeirante” desencadeada após a fuga do capitão Lamarca. Sob o comando de um oficial do Exército passaram a trabalhar policiais, escreventes e delegados das polícias estaduais, em sua maioria recrutados nos quadros das delegacias de roubos, famosas pela violência e corrupção de seus agentes. É nesse contexto que aparece, encarnando a figura de combatente ao terrorismo, um dos mais cruéis torturadores do regime militar - o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, com atuação no DOPS de São Paulo.

No artigo *Homenagem sombria – Torturador é nome de rua*, Deonísio da Silva (2008) afirma que, segundo relatos dos presos políticos, eles eram obrigados a assistir a sessões de tortura de companheiros de cárcere e às vezes de cela. Relata a ex-presa política Neide Regina

Cousin Barriguelli: “Se alguém abaixasse a cabeça diante de um preso ensangüentado, o delegado Fleury nos segurava pelo rosto e nos forçava a olhar”.

É nesse mesmo contexto de repressão e violência que, em outubro de 1975, doze jornalistas foram presos no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo. Um deles, Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, não resistindo às torturas que lhe foram impostas, morreu no mesmo dia em que foi encarcerado. Em comunicado oficial, o Exército apresentou o suicídio como causa da morte do jornalista. A classe média reage. Herzog representava três pilares de extrema importância para o que se entendia por cidadania: era trabalhador honesto, chefe de família respeitável e cumpridor dos deveres públicos.

A palavra *cidadania* carregou simbolismo explosivo naqueles dias, porque veio associada à ideia de visibilidade e respeitabilidade do atingido. Herzog não era um opositor que vivia clandestinamente, sem imagem pública. Era um profissional respeitável (o pilar do trabalho), cumpridor dos deveres perante as autoridades (respeito ao Estado) e se apresentou voluntariamente no DOI-Codi no dia 25, não subvertendo a ordem vigente. Então, se nas dependências do Exército aconteceu a morte do jornalista – quando era justamente ali que deveria receber a proteção do Estado –, o subversivo passou a ser o próprio governo que comandava o aparelho repressivo. (MORAES, 2009, p. 60).

Cinco dias após a morte de Herzog aproximadamente oito mil pessoas participaram de um culto ecumênico pela memória do jornalista no qual a classe média intelectualizada da cidade de São Paulo manifestava expressa indignação com a truculência da violência dirigida contra um dos seus. É “a primeira grande manifestação política contra a ditadura militar desde as manifestações estudantis de 1968.” (MORAES, 2009, p. 49). A repercussão da morte de Herzog se não foi capaz de pôr fim imediato ao regime então vigente, representou marco importantíssimo para o início da queda do regime ditatorial. Isso porque, em decorrência da mobilização social

todo o corpo social teve de se deslocar: o governo, tentando recuperar a sua imagem, iniciou um inquérito policial-militar para dar satisfação à opinião pública; os jornais da grande imprensa saíram da letargia em não denunciar crimes políticos para uma posição de cautela e apoio ao projeto de “distensão” (o caso do jornal *Folha de S. Paulo* é típico); o MDB, dividido entre moderados e autênticos, viu ressuscitar o tema dos direitos humanos, apagado pela própria cúpula partidária; a OAB sentiu o discurso liberal encontrar mais ressonância na defesa de uma nova ordem legal e democrática (a revalorização do *habeas-corpus*); a Justiça Federal mostrou independência perante o Poder Executivo no julgamento da sentença favorável à viúva de Herzog em 1978; os estudantes novamente se reagruparam na União Nacional dos Estudantes em 1977, na Pontifícia Universidade Católica (quando foram reprimidos com a invasão da universidade); a Igreja, dividida em alas, continuou a disputa contra o governo, quebrando aos poucos a Doutrina de Segurança Nacional; e os sindicatos ficaram mais confiantes com a conquista de

novos espaços diante do exemplo da atuação dos jornalistas que denunciaram o crime. (MORAES, 2009, p.59).

O regime ditatorial foi, aos poucos, perdendo seus sustentáculos. As arbitrariedades cometidas, principalmente a tortura, começaram a ser divulgadas em importantes veículos da imprensa estrangeira, especialmente nos Estados Unidos, despertando reação negativa em diversos segmentos. O presidente Geisel assim sintetizou os motivos que levaram à inviabilidade da manutenção desse regime:

A abertura era inevitável. Ao longo do tempo, era inevitável. Porque o regime de exceção, num país do tamanho do Brasil, não pode se perpetuar. Inclusive, o efeito nas relações exteriores se faria sentir. A começar pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos, que tinham sido favoráveis, no início, à revolução de 64, com o decorrer do tempo começaram a dar demonstrações de que não eram mais favoráveis ao nosso regime. (COUTO, 1998, p. 232).

No fim do governo Geisel foi aprovada a Emenda Constitucional número 11, de 13 de outubro de 1978 (BRASIL, 1978), que revogava, a partir de janeiro do ano seguinte, todos os atos institucionais e complementares ainda em vigor, inclusive o mais temido deles, o AI-5, utilizado por quase uma década como instrumento de intimidação, limitação e restrição da liberdade, até mesmo dos membros do Poder Judiciário.

Em 29 de dezembro desse mesmo ano são revogados os “decretos de banimento de mais de cem exilados, a maioria constituída de ex-prisioneiros políticos trocados pela libertação de embaixadores estrangeiros sequestrados no período 1969-1970.” (COUTO, 1998, p. 252).

Em 28 de agosto de 1979, primeiro ano do governo Figueiredo, depois de amplamente discutida de forma a conciliar os interesses civis e militares, é sancionada a Lei de Anistia – Lei número 6.683/79 (BRASIL, 1979) – permitindo o retorno ao Brasil de antigos líderes políticos e reduzindo as penas dos terroristas. Chamada de “anistia parcial”, ela

não anistia os participantes da guerrilha envolvidos em “crimes de sangue” nem manda libertar automaticamente os condenados por tentativa de reorganização de partido político ilegal, nos termos da Lei de Segurança Nacional. Os militares afastados por motivos políticos passam a receber aposentadoria, ao invés de pensões parciais, vedada sua reintegração às Forças Armadas. Quanto aos funcionários públicos civis, inclusive diplomatas e professores universitários, podem reassumir as funções, desde que haja aprovação de comissão de inquérito especial. E, muito importante, inclui dispositivo que contempla também os autores de crimes praticados por intermédio do aparelho repressivo, inclusive tortura, ao anistiar “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Anistiou bilateralmente. (COUTO, 1998, p. 252).

Oswaldo França Júnior também é alcançado pelos efeitos da anistia. Consta de seus documentos funcionais cópia da Portaria DIRAP número 7423-RC, datada de 1º de setembro de 1980, incluindo o Primeiro Tenente Aviador na reserva remunerada, a contar de 28 de agosto de 1979,

de conformidade com o artigo 4º da Lei n. 6683, de 28 Ago 79; artigo 21, §1º, item I, do Decreto n.º 84.143, de 31 Out 79, combinado com o Parecer n.º N-39-CGR, de 04 Jul 80, com os proventos a que fizer jus na forma da Lei n. 5787, de 27 Jun 72, alterada pelo Decreto-Lei n.º 1693, de 30 Ago 79.

Concebido visando a transição para uma sociedade aberta, desde que isso não passasse pela responsabilização dos envolvidos na repressão política, o aludido diploma legal cuidou de obstar a investigação do passado negando “aos familiares de mortos e desaparecidos políticos a possibilidade de conhecer a verdade sobre esses crimes e de contar sua história, dificultando a constituição da memória, seja no âmbito individual, no das pessoas diretamente envolvidas, como no público, o da sociedade.” (TELES, 2009, p. 151). Apesar disso, estava dado um dos maiores passos do regime militar no sentido da transição para a democracia.

O Congresso Nacional, em 1980, aprova as eleições diretas para Governador, prática extinta desde 1965. As eleições livres acontecem no ano de 1982.

Defensor da democracia, França Júnior apoia explicitamente a candidatura de Tancredo Neves (pelo PMDB) ao governo do Estado de Minas Gerais, assinando, juntamente com intelectuais, artistas e professores, o Manifesto dos Intelectuais que, segundo o próprio escritor, atuou como “divisor de águas na campanha” e frustrou a eleição do então candidato dos militares.

Em 1983 inicia-se um movimento dos partidos opositores visando eleições diretas também para a Presidência da República. O ano de 1984 é marcado pela campanha das “Diretas Já”, maior movimento nacional de rejeição à continuidade do regime militar.

Apesar de vencida no Congresso Nacional a proposta de escolha do Presidente de República por voto popular, o Colégio Eleitoral elege, em outubro de 1984, o candidato da oposição Tancredo Neves. É o fim do regime militar brasileiro.

Restaurada a democracia através de um processo de transição pacífico, que, se de um lado atendeu aos apelos da sociedade civil, de outro assegurou aos militares a impunidade em

relação aos crimes praticados na vigência do regime ditatorial, ainda hoje se veda, em nome da segurança nacional, o acesso do público a documentos do período militar.

As Forças Armadas preservam seus segredos. Ora respaldadas na lei, ora amparadas por uma burocracia infinita, esmeram-se em recusar pedidos de informações acerca de atos praticados na vigência do regime ditatorial.

A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) que, em tese, deveria proporcionar aos cidadãos brasileiros o acesso amplo e irrestrito aos fatos que lhes foram omitidos em determinado período, parece, na verdade, conferir às Forças Armadas respaldo legal para recusar sua divulgação.

Prova disso é que, para melhor embasar o presente trabalho, foi solicitado ao Comando da Aeronáutica cópia integral do processo número 143-9 que implicou na reforma do então Primeiro Tenente-Aviador Oswaldo França Júnior. Como resposta o Comando informou que

de acordo com o artigo 55 do Decreto 7724, de 16 de maio de 2012, a consulta a informações pessoais por terceiros não é autorizada por 100 anos, salvo quando autorizada por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem. Se o titular estiver morto ou ausente, os direitos à informação se estendem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes e aos ascendentes. Se o caso da senhora estiver entre os citados acima, precisamos de um documento que comprove o parentesco com o Tenente Oswaldo França Júnior. Neste caso, a senhora precisa abrir uma nova solicitação, escanear o documento e enviá-lo em anexo.

Diante da negativa, nova solicitação foi encaminhada ao Ministério da Aeronáutica, desta vez pelo filho de Oswaldo França Júnior – Oswaldo França Neto – o qual, em tese, poderia ter acesso irrestrito às informações pleiteadas.

Surpreendentemente, o Comando da Aeronáutica informou-lhe não ter localizado o processo que resultou na exclusão de seu pai, França Júnior, dos quadros militares. Prontificou-se, contudo, a fornecer cópia dos documentos existentes em sua pasta funcional. Entre eles não consta cópia do aludido processo.

A verdade do que se passou nos quartéis nos idos de 64 resta intocada. A obra de Oswaldo França Júnior, contudo, a despeito de sua ficcionalidade, é capaz de nos conduzir por alguns dos misteriosos caminhos do período ditatorial no Brasil revelando uma realidade que, mais de vinte e cinco anos após o fim da ditadura, ainda se pretende ocultar.

## 4 ASPECTOS POLÍTICOS DA OBRA DE OSWALDO FRANÇA JÚNIOR

Os múltiplos aspectos da política brasileira, com todas as suas mazelas, se não são o principal tema das obras de França Júnior – este atribuído às questões humanas e sociais –, estão presentes em maior ou menor grau ao longo de toda a sua literatura. O próprio escritor, em entrevista concedida à revista cultural e literária *Bodoque*, questionado sobre até que ponto a política estaria envolvida em sua obra, assim reconhece:

(...) Mas a política está sempre presente em qualquer obra. Sempre que escrevemos estamos refletindo, de um modo ou de outro a nossa realidade política. É impossível escrever um romance sem deixar nele o registro das condições de vida, de trabalho. Os valores sociais. Sob este aspecto, então, a política está sempre envolvida. Em qualquer livro de qualquer escritor. (FRANÇA JÚNIOR, 1979-b).

Escritor da condição humana, parece impossível dissociar boa parte de sua obra do contexto sócio-político brasileiro. É o que se passará a demonstrar.

### 4.1 Um voo panorâmico sobre o princípio do período militar brasileiro

Diante da informação oficial de não localização do inquirido que resultou na exclusão de França Júnior da Força Aérea brasileira, não se pode dizer, com certeza absoluta, que os fatos apresentados no romance *O passo-bandeira* refletem, *ipsis literis*, o ocorrido na Aeronáutica no ano de 1964.

Todavia, como sobram elementos no texto que permitem identificá-lo como um romance autobiográfico, pode-se afirmar que a narrativa constitui um relato, se não fiel, muito próximo dos acontecimentos vividos e presenciados pelo escritor no ano do golpe militar. Enfoca, portanto, o conturbado período político brasileiro, no qual, mesmo nos quadros das Forças Armadas, empregou-se, já logo após a tomada do poder pelos militares, a técnica ditatorial consistente em silenciar os opositores e possíveis dissidentes como forma de assegurar aos golpistas sua permanência no poder.

Tomando como referência o texto de Philippe Lejeune – *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* –, pode-se constatar que *O passo-bandeira* é, de fato, um romance autobiográfico, ou seja, um texto de ficção “em que o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e personagem, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la.” (LEJEUNE, 2008, p. 25).

A possibilidade de considerá-lo uma autobiografia fica afastada uma vez que o nome do personagem – Paulo César – não coincide com o nome do autor. É o que se extrai da seguinte assertiva:

No caso do nome fictício (isto é, diferente do nome do autor) dado a um personagem que conta sua vida, o leitor pode ter razões de pensar que a história vivida pelo personagem é exatamente a do autor: seja por comparação com outros textos, seja por informações externas, ou até mesmo pela própria leitura da narrativa que não parece ser de ficção (como quando alguém diz: ‘Eu tinha um grande amigo a quem aconteceu ...’, e começa a contar a história desse amigo com uma convicção inteiramente pessoal). Ainda que se tenha todas as razões do mundo para pensar que a história é exatamente a mesma, esse texto não é uma autobiografia, já que esta pressupõe, em primeiro lugar, uma identidade assumida na enunciação, sendo a semelhança produzida pelo enunciado totalmente secundária. (LEJEUNE, 2008, p. 25).

O pacto romanescos, ao contrário, fica evidenciado não só pela não identidade de nomes do autor e do personagem, bem como pelo atestado de ficcionalidade representado pelo subtítulo “romance” na capa da obra. Lejeune sustenta que, diferentemente da autobiografia, o romance autobiográfico comporta graus, de modo que “a ‘semelhança’ suposta pelo leitor pode variar de um vago ‘ar de família’ entre o personagem e o autor até uma quase transparência que leva a dizer que aquele é o autor ‘cuspido e escarrado’. (...) Já a autobiografia não comporta graus, é tudo ou nada.” (LEJEUNE, 2008, p. 25).

Embora tenha o autor refutado o pacto autobiográfico em *O passo-bandeira*, uma vez que deu ao personagem um nome diferente do seu e fez constar da capa do livro o atestado de ficcionalidade representado pelo subtítulo “romance”, impossível não se vislumbrar no texto um alto grau de semelhança entre a vida de Paulo César e a do próprio romancista.

A biografia de França Júnior, à época de sua expulsão das Forças Armadas, brevemente apresentada neste trabalho e facilmente comprovada a partir do exame de documentos e entrevistas arquivados no Acervo de Escritores Mineiros da Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais e em sua pasta funcional, parece quase que inteiramente reproduzida no romance *O passo-bandeira*.

Supõe-se, inicialmente, em razão do título da obra, que o romance terá como história central o voo de um avião com problemas em um de seus equipamentos, qual seja, o passo bandeira, que deve ser colocado em uma determinada posição da hélice para evitar o superaquecimento de um dos motores da aeronave quando o outro deixa de funcionar. Não obstante, essa é apenas uma, entre as muitas outras histórias relatadas no texto. E nem se pode

dizer que seja a mais importante vez que não ocupa sequer um terço da narrativa. Garante, contudo, o caráter ficcional da obra.

Por outro lado, narrativas aparentemente secundárias estabelecem um consistente diálogo entre a literatura e a história recente brasileira, caracterizado pela presença de um personagem que, confundindo-se com o autor, vivencia ou presencia um dos mais importantes momentos da política nacional – o golpe militar de 1964 e as consequências dele advindas. Realidade e ficção se misturam para, na voz de um personagem ficcional, apresentar o testemunho de um militar que, por não ter aderido explicitamente ao regime ditatorial, viu-se submetido a um inquérito previamente arquitetado para excluí-lo da Força Aérea Brasileira.

Narrado em terceira pessoa, a obra tem como personagem principal o ex-piloto de caça Paulo César. A narrativa principia relatando que esse personagem havia pertencido à Força Aérea durante quinze anos e que no “expurgo dos esquerdistas e comunistas que houve nas Forças Armadas quando os militares substituíram o Presidente civil por um general, ele se viu acusado de subversivo e expulso.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 7).

A trajetória inicialmente narrada se confunde com a vida autor que, também piloto de caça, viu-se excluído das Forças Armadas sob a acusação de subversivo, quando do golpe militar de 64 que depôs o presidente civil João Goulart para empossar o General Castello Branco.

Com o nítido intuito de negar a natureza autobiográfica do romance, o autor vale-se de alguns recursos que vão além da divergência entre seu nome e o nome do personagem. É o caso, por exemplo, da não correspondência dos nomes da mulher e dos filhos e do número de filhos: enquanto o autor tinha três filhos, o personagem do romance só tinha dois quando da sua expulsão da Aeronáutica.

Também casado e com filhos, Paulo César, como França Júnior, resolve se mudar de cidade após a exclusão das Forças Armadas. Paulo César se muda para a capital de São Paulo. França Júnior mudara-se para Belo Horizonte/MG. Em ambos os casos, contudo, o destino é o Estado natal e uma cidade previamente conhecida.

Paulo César, como o autor, não conseguia emprego, primeiro porque “o que realmente havia aprendido era voar, e isso ele não podia mais fazer, estava proibido.” Segundo porque “nas raras ocasiões em que surgia um emprego a que podia se candidatar, solicitavam o *curriculum vitae*. E ele perdia a vaga. Todos tinham medo de dar emprego a um ex-militar cassado como subversivo.” ((FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 8).

O impedimento de voar imposto ao escritor é relatado por Oswaldo França Júnior em entrevista veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, que circulou em 14 de setembro de 1982:

O brigadeiro, depois de ouvir o piloto de caça e instrutor de vôo, deu-lhe a notícia: ‘O senhor aguarda uns dias, mas se prepare, porque vai ser excluído da Força Aérea.’ O piloto de caça procurou os motivos e não os encontrou. ‘Por que, brigadeiro, por quê?’ O brigadeiro não se constrangeu: Por nada. Não o queremos mais na FAB. É só isso.’ Eram os últimos dias de abril, há 18 anos.  
- Como não pude mais voar, eu que só sabia voar, tornei-me escritor (...). (SANTAYANA, 1982).

Paulo César chega a conseguir emprego numa companhia aérea, não para voar, mas para chefiar o departamento de navegação. No entanto, quando se apresenta para ocupar seu cargo é informado de que não poderiam contratá-lo em razão de um decreto do Presidente da República em que se ampliavam as restrições aos excluídos da Aeronáutica, determinando que eles “também não podiam exercer, em todo o território nacional, qualquer atividade ligada à aviação.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 9).

França Júnior se viu na mesma situação, como se pode extrair do artigo veiculado na *Folha de São Paulo* em 1982:

Desempregado, com três filhos, Oswaldo França Júnior soube que não estava só excluído das fileiras militares, mas lhe haviam proibido o céu. Não podia exercer quaisquer atividades ligadas à aviação. Eram aqueles tão próximos tempos em que, a pátria salva, os punidos encontram raros amigos. Os outros nunca estavam, e, na rua, ficavam cegos, surdos e apressados. Quem lhe daria emprego?  
- Mexo daqui, mexo dali, em ofícios meio marginais, nunca estáveis, e chego à conclusão de que deveria buscar um meio de vida que não dependesse de patrão. (SANTAYANA, 1982).

Anulada qualquer perspectiva de exercer atividade ligada à aviação, Paulo César, como o autor, resolve, então, dedicar-se a atividades autônomas. Assim é que se envereda na corretagem de imóveis.

O narrador heterodiegético, que relata uma história à qual é estranho, esclarece que não raro o personagem era procurado por pessoas dispostas a sair para a luta armada e que insistiam para que ele entrasse para seus quadros. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 9).

O relato das razões que levavam Paulo César a não integrar movimentos armados de esquerda pode muito bem explicar os motivos pelos quais os grupos guerrilheiros do Brasil contavam com tão poucos ex-militares expulsos das Forças Armadas em 64 e até mesmo

esclarecer o motivo pelo qual Oswaldo França Júnior nunca aderiu a qualquer movimento que tivesse por finalidade atacar diretamente as Forças Armadas.

Conhecedores das técnicas de luta utilizadas por grupos guerrilheiros bem sucedidos, os militares eram também conhecedores das ideias difundidas pelos mais importantes teóricos sobre o assunto. Tinham, assim, plena consciência de que o Brasil ainda não estava preparado para aderir à luta armada. A narrativa deixa evidente que o personagem Paulo César compartilhava a mesma opinião externada por Luiz Carlos Prestes quando se encontrou com Nikita Krushev, qual seja, a de que a luta armada deve ser entendida como uma luta de grandes massas e não de ações sectárias de alguns comunistas:

Pessoas que estavam dispostas a sair para a luta armada contra o nosso Governo volta e meia o procuravam. Elas o procuravam e insistiam para que entrasse em seus quadros. Paulo César havia feito cursos antiguerrilhas quando na Aeronáutica. (...) Havia participado de várias manobras de luta antiguerrilheira na Amazônia, no Nordeste, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, e feito palestras sobre isso. Havia lido, estudado as teorias de Mao Tsé-tung, Che Guevara, Lawrence da Arábia, Ho Chi Minh. Conhecia os princípios e as técnicas de luta que os grupos de guerrilhas mais bem sucedidos haviam utilizado. Era, então, uma pessoa bem-informada sobre o assunto. Quando aqueles que pregavam a luta armada o procuravam, ele ouvia o que tinham a dizer e respondia:

- Não adianta. Não vai dar certo.

E expunha as razões que o levavam a pensar assim. Explicava que o Brasil não tinha ainda as condições.

- Não tem as condições objetivas – falava, empregando um termo usado por todos os teóricos dos movimentos revolucionários.

As discussões, às vezes, prolongavam-se. Alguns chegavam a dizer que durante a própria luta essas condições objetivas se criariam.

- Num país com o tamanho do nosso? Com as diferenças regionais que temos, e sem um invasor, um inimigo comum? – Paulo César perguntava. – Como essas condições irão se criar?

- A gente vai lutando e elas vão aparecendo. Vão se formando – eles diziam. – O povo vai compreendendo nossas intenções e nos apoiando.

- E vocês vão resistir por quanto tempo? – Paulo César falava.

Perseguidos por toda parte, com a censura deixando ir a público somente o que era de interesse do Governo, como iam convencer a maioria da população de que era preciso fazer as mudanças dando tiro, arriscando tudo que possuíam? E ele argumentava:

- A maioria não sentiu nem que é imprescindível mudar. Estão ainda acreditando na propaganda do Governo. Acreditando no milagre, no paraíso de amanhã.

E dizia que a condição primordial para se pensar em luta armada era ter o povo apoiando o movimento.

- Apoio da maioria. Eles têm que estar com raiva do Governo.

E para se chegar a esse ponto era necessário que o povo não tivesse mais nenhuma esperança.

- Nenhuma esperança de conseguirem mudar o que está aí, a não ser pegando em armas – ele dizia.

E perguntava por que não começavam campanhas para esclarecer o povo. Campanhas contra a censura, contra as limitações ao Congresso.

- A hora de sair dando tiros não chegou ainda – explicava.

- Fazer isso que você está querendo vai demorar demais – eles diziam.

E muitos se confessavam dispostos a pegar em armas e iniciar a luta de qualquer maneira.

- É uma pena, mas vai morrer todo mundo – Paulo César comentava.

E quando via nos jornais, mais tarde, as notícias das mortes nos tiroteios com as Forças de Segurança, ou nas anunciadas tentativas de fuga, olhava as fotos e muitas vezes se lembrava das fisionomias. E lamentava o preço que estavam pagando. Alguns chegaram a lhe propor:

- Você não quer participar da luta armada, tudo bem. Mas pelo menos pode nos ajudar em alguns planos de ação.

Paulo César examinava os planos e eram ataques a quartéis do Exército e a outras instalações militares.

- Está errado – ele dizia. – Brigar com as Forças Armadas sem o apoio da população é suicídio.

E falava para eles:

- Mesmo se existissem as condições para a guerra revolucionária, deviam-se evitar as ações contra as Forças Armadas até o último momento. E dizia ainda:

- Enquanto os militares não se sentirem realmente ameaçados não se empenharão contra vocês.

E, neste caso, as possibilidades de irem ampliando os quadros, irem aprendendo com a própria atividade clandestina, seriam bem maiores. Eles não concordavam com seus pontos de vista e foram deixando de procurá-lo. E Paulo César, às voltas com a luta pela sua sobrevivência econômica, tomava conhecimento do que andavam fazendo e lamentava tudo aquilo.

- São corajosos – dizia para si mesmo. – São corajosos, mas impacientes e insensatos. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 9-12).

Não é demais afirmar que as razões expostas pelo personagem refletem o pensamento do autor e acabam por justificar sua opção por fazer literatura em vez de aderir à luta armada ou integrar movimentos de esquerda. Por certo, a literatura representa não apenas uma oportunidade de fuga à realidade, como também – e sobretudo – relevantíssimo veículo de conscientização das massas.

Vale lembrar que a obra de Oswaldo França Júnior é estruturada de forma a atingir a grande massa de brasileiros. Como afirmado por Antônio Olinto (1988, p. 8) ao prefaciar o livro *Jorge, um brasileiro*, a democratização literária se acentua com a publicação de *Dom Quixote* e pode muito bem ser vista nos textos de França Júnior que, valendo-se de uma linguagem e de um estilo acessíveis ao homem comum, revela personagens que o leitor pode, com facilidade, enxergar em pessoas que ele conhece ou com quem convive. São personagens do cotidiano de todos nós. E mais: remete o leitor, a partir de histórias com as quais ele pode se identificar, à verdade da realidade política brasileira.

O que França Júnior já constataria a respeito dos movimentos oposicionistas, o jornalista Flávio Tavares, em suas surpreendentes *Memórias do Esquecimento*, acaba por reconhecer: foram ingênuos ele e todos aqueles que a essa luta se entregaram. Assim é que ele afirma:

E nós? Nós fomos vítimas da ditadura, sim, mas, também, vítimas de nós mesmos, da nossa pressa infantil e dos nossos dogmas, que não eram infalíveis mas

inventados. Vítimas da apressada doação e da nossa ingênua generosidade, dessa rebeldia inata que não nos deixava passivos frente à mistificação. Vítimas do medo da sociedade por inteiro, ou – mais que tudo – vítimas da prostituição da política, ou vítimas do medo oportunista do emergente setor empresarial de negócios, que se serviu do Estado e se apoiou nos favores dos burocratas que mandavam no Estado para multiplicar a fortuna pessoal. (TAVARES, 1999, p. 265-266).

O narrador esclarece que Paulo César continua se dedicando à corretagem de imóveis. Faz o curso de engenharia, mas conclui que ganhará mais como corretor. Como quer iniciar o próprio negócio, aceita ser transferido para Belo Horizonte, onde a firma em que trabalhava estava abrindo uma filial. Sua mulher, Ludmila, já insatisfeita por morar em São Paulo, recusa a se mudar para um lugar que ela considera ainda pior. Na verdade ela nunca se conformara com a expulsão do marido das Forças Armadas. Também não aceita o fato de ele ter se formado no curso de engenharia e continuar exercendo a profissão de corretor. Ela privilegia o *status*, Paulo César o retorno financeiro. A mulher controla, com extremo rigor, a organização da casa e a educação dos filhos. Os filhos, por sua vez, são extremamente dedicados aos estudos “e estavam sempre recebendo louvores como os primeiros de suas classes” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 14). Paulo César via nisso uma fuga à tirania e às pressões da mãe. Mudando-se para o Rio de Janeiro com os filhos, Ludmila começa a trabalhar e, após um desentendimento, ela propõe a separação. Paulo César prontamente concorda. A mulher constata que ele já tinha outra. Era verdade.

Os desentendimentos conjugais também fizeram parte da vida do escritor, culminando com a separação de sua primeira esposa. Além desse ponto de contato entre o personagem e o escritor, observa-se que, assim como os filhos de Paulo César, também os filhos de França Júnior eram extremamente dedicados aos estudos. Prova disso é que seu filho Oswaldo França Neto obteve, em 1983, a primeira colocação de sua turma no aclamado curso de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. (CNPQ, 2013).

Depois do fim de um relacionamento de dois anos com uma assistente social, Paulo César é procurado por Suzana, uma moça de vinte e dois anos, funcionária de um banco no qual ele era correntista.

Suzana o convida para falar sobre a profissão de aviador para a sua turma da faculdade de relações públicas. Em princípio ele resiste em aceitar o convite, explica que há doze anos já não é mais aviador e acaba protelando a resposta para o dia seguinte. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 24).

Paulo César vai embora pensando se haveria algum interesse político no convite, se pretendiam debater com ele as razões que o levaram a ser expulso da Aeronáutica. Como concluiu que não havia, decidiu aceitar. O narrador revela que

ele não se sentia muito à vontade em ter aceito o convite. Não gostava de lembrar-se do seu tempo de Aeronáutica. Lembrar-se de que fora impedido, sem nenhum motivo lógico, sem nenhuma razão concreta, de exercer uma atividade da qual ele gostava muito, deixava-o irritado. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 26).

Ao que tudo indica, França Júnior compartilhava esse mesmo sentimento, esquivando-se de falar sobre os motivos de sua expulsão. Não se localizou nas entrevistas por ele concedidas qualquer afirmação no sentido de assumir-se ou não subversivo no período que antecedeu sua expulsão da Aeronáutica. Também não há relatos de como se desenvolveu o processo de investigação sumária e quais questionamentos lhe foram feitos. A única menção que o escritor faz sobre o assunto diz respeito à conclusão do processo e ao comunicado de sua expulsão na já mencionada entrevista à *Folha de São Paulo*.

Só duas décadas depois de sair da Aeronáutica vem a público o livro *O passo-bandeira* que, sob o pretexto de contar a história de um avião em pane sobre a floresta amazônica, apresenta ao leitor fatos possivelmente ocorridos com o escritor e que, até então, ele tinha se esquivado de mencionar publicamente. Reflexo, talvez, de uma memória traumática desse período que culminou com seu impedimento de “exercer uma atividade da qual ele gostava muito” e para a qual se empenhou muito em sua juventude, como o personagem do romance.

Essa impossibilidade de pôr no papel uma história vivida ou testemunhada, que certamente interessaria ao público conhecer, não acometeu apenas França Júnior. O já citado jornalista Flávio Tavares, por exemplo, levou trinta anos para conseguir escrever sobre essa mesma época e testemunhar a crueldade das torturas a que foi submetido aqui e no Uruguai e as suas frustrações em relação à luta armada. Pode-se pensar que as razões expostas por Tavares, adiante transcritas, explicam perfeitamente o motivo pelo qual só se viabilizou a publicação do romance *O passo-bandeira* depois de decorridos vinte anos da expulsão de França Júnior da Aeronáutica:

São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A idéia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomeçar. Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo: o que queria e desejava agora me impacientava em seguida e me cansava e aborrecia logo adiante.

Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer. Por que lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? (...) Para que recordar a pressa urgente das ações armadas, em que a audácia e a rapidez eram nossa única arma imbatível para compensar a improvisação e a inferioridade numérica e tecnológica? Para que pensar na nossa entrega e aventureirismo? Para que lembrar a brutalidade da ditadura – agora velha e carcomida – se, na época, nós mesmos só fomos admitir e comprovar que era brutal, e absolutamente boçal, na dor do choque elétrico nos perfurando o corpo? (...)

Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso tentei esquecer. (...)

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um escravo demente da mente. (TAVARES, 1999, p. 11-13).

É de ver que essa dificuldade de reproduzir, através da linguagem, situações vividas ou presenciadas, caracteriza o que Wittgenstein chamou de “fracasso do dizer”.

O professor Audemaro Taranto Goulart, em suas *Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida* (2003), é bastante esclarecedor ao apresentar os estudos que precederam a teoria da desconstrução de Derrida, e que, de certa forma acabam por explicar essa dificuldade dos escritores em traduzir por meio de palavras aquilo que só pode ser mostrado.

O texto de Goulart procura mostrar que as conclusões de Derrida no sentido de que toda linguagem é metafórica e que as palavras não têm a capacidade de expressar tudo o que se quer por elas exprimir, não se apresentam tão originais e inovadoras como poderia parecer num primeiro momento. Na verdade a teoria da desconstrução deixa ver suas origens principalmente nos trabalhos desenvolvidos no campo da linguagem pelo filósofo alemão Husserl e pelo austríaco Wittgenstein.

A partir da análise dos estudos de Husserl, principal nome no desenvolvimento da fenomenologia, cuja finalidade consiste na descoberta das essências, o ilustre professor ressalta que, para se captar a essência do que está nos objetos faz-se necessário o afastamento de postulados e pressupostos que se cristalizam sobre eles impedindo que se tenha uma visão em profundidade daquilo que se oferece ao exame do indivíduo.

Para se alcançar esse afastamento Husserl recomenda que se proceda às chamadas reduções fenomenológicas, ou seja, para “ir até as coisas”, há que se eliminar preconceitos e suspender o assentimento em torno de tudo aquilo que não seja plenamente evidente (ROVIGUI, 2001, p. 375). Impõem-se, pois, as reduções históricas, eidética e transcendental. A primeira implica no afastamento das opiniões e posições filosóficas já emitidas. A redução eidética considera apenas a essência dos objetos, prescindindo da existência do eu, dos atos apreensivos e dos próprios objetos. A redução transcendental, por sua vez, reduz o conteúdo dos objetos à consciência, sendo esta que atribui sentido ao mundo das essências. Daí a

afirmação do filósofo no sentido de que todo fato científico é resultado de uma atuação humana, motivo pelo qual se pode concluir que não há  *fatos*  científicos, mas sim  *atos*  científicos.

Ressalta, ainda, o professor Audemaro Taranto que o fundamento da concepção filosófica de Husserl é compreender o mundo como algo que só ganha sentido através da consciência e que o mundo acaba sendo um produto da significação. Sustenta que, ao se tomar a questão da significação, resultado de um intenso trabalho de descrição dos fenômenos, vai-se observar uma aproximação entre a fenomenologia de Husserl e a filosofia de Wittgenstein. No pensamento deste último a linguagem ocupa posição central. O mundo e a linguagem podem ser considerados pelo sujeito empírico na escala dos fenômenos, mas também são dotados de uma essência que só se dá a ver ao sujeito transcendental. Wittgenstein, ao fazer a distinção entre dizer e mostrar defende que o dizer é da ordem fenomênica enquanto que o mostrar pertence ao sujeito transcendente. Esse conflito prenuncia o “fracasso do dizer”, e, conseqüentemente, da linguagem, mas é dele que decorre a possibilidade de se conhecerem as fronteiras do dizível. Ao se verificar que a linguagem é incapaz de dizer o que apenas se mostra, o sujeito empírico acaba por ser substituído pelo sujeito transcendental que poderá contemplar o silencioso mundo do transcendente, o qual só pode ser visto corretamente em silêncio.

Na primeira fase do pensamento de Wittgenstein, mais especificamente do exposto no *Tractatus Logico-Philosophicus*, constata o filósofo austríaco que “existe com certeza o indizível” e conclui que o problema da filosofia consiste na distinção entre o que pode ser dito por meio de proposições, isto é, mediante a única linguagem que existe, e o que não pode ser dito, mas apenas mostrado.

Nesse sentido, tomando por base o pensamento de Husserl, somente o distanciamento dos fatos vividos e presenciados por França Júnior lhe possibilitaria ter uma visão mais aprofundada dos acontecimentos que perpassaram o ano de 1964. A descoberta da essência de um período que se pretende relatar muito provavelmente restaria fracassada caso não tivesse o escritor empreendido o afastamento necessário à eliminação de preconceitos e de ressentimentos pessoais que certamente o acometeram no período que sucedeu o golpe militar. Mas, mesmo esse afastamento não possibilitou ao escritor expor tudo o que queria ou tudo o que o público dele esperava. Tomando por base os estudos de Wittgenstein fica evidenciado, então, que, de fato, há o “indizível”. E o fracasso do dizer se revela não só nas várias tentativas frustradas, relatadas por França Júnior, em trazer a público uma obra que tivesse

como tema a aviação, mas também em apresentá-la sem a completude de detalhes que se esperava de um ex-aviador expulso das Forças Armadas.

Embora receoso de fracassar na sua exposição, já que não lhe agradava lembrar sua história, mas compelido a satisfazer a bela moça que lhe fizera o convite, o personagem Paulo César acaba por aceitar fazer a palestra sobre a profissão de aviador. O diálogo travado entre ele e os alunos fornece ao leitor possíveis respostas que o escritor ainda não pudera explicitar. E é somente através da voz do personagem Paulo César que Oswaldo França Júnior parece ter conseguido relatar episódios que tanto o afetaram e expor pontos de vista que certamente lhe eram muito caros.

Questionado sobre a acusação de subversivo, Paulo César afirma: “Não, eu não me julgava subversivo.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 27).

Mas, ao responder a outro aluno se a atividade de aviador não era alienante, se não deixava a pessoa apenas dentro do seu mundo, alheia ao que acontece em volta, ele responde que à primeira vista pode até parecer. E conclui: “Mas não se esqueçam que não somente eu, mas vários outros deste meio foram expulsos no último movimento militar por serem considerados subversivos.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 28).

Isso indica que, apesar de não se considerar subversivo, ele não se considerava alienado da realidade política da época. O que parece estar implícito nessa resposta é que o simples fato de ter consciência dos problemas do país era suficiente para ser considerado subversivo pelos militares.

Essa ambiguidade do discurso de Paulo César, que ao mesmo tempo em que nega se julgar subversivo, implicitamente reconhece a possibilidade de poder ser considerado como tal, parece se dever à incapacidade da linguagem de dar conta do real ou, quem sabe, revelar uma dissimulação levada a cabo pelo escritor para continuar evitando adentrar um tema que não lhe agrada expor.

Como adiante se demonstrará, em diversas outras passagens do romance é possível se deparar com o discurso ambíguo do personagem que, ao mesmo tempo em que defende a educação militar, repudia a educação repressora; que ora exalta e ora critica a atuação dos militares; que ao mesmo tempo em que parece se sentir plenamente realizado por ter se libertado das amarras da Força Aérea, deixa transparecer uma ponta de saudade dos tempos em que era militar.

Gilles Deleuze explica essa incapacidade a partir do paradoxo apresentado por Lévi-Strauss sob a forma de uma antinomia:

dadas duas séries, uma significante e outra significada, uma apresenta um excesso e a outra uma falta, pelos quais se relacionam uma a outra em eterno desequilíbrio, em perpétuo deslocamento. Como diz o herói de *Cosmos*: signos significantes, sempre existem em demasia. É que o significante primordial é da ordem da linguagem; ora, seja qual for a maneira segundo a qual é adquirida a linguagem, os elementos da linguagem são dados todos em conjunto, de uma só vez, já que não existem independentemente de suas relações diferenciais possíveis. O significado em geral, porém, é da ordem do conhecido; ora, o conhecido acha-se submetido à lei de um movimento progressivo que vai por parte *partes extrapartes*. E sejam quais forem as totalizações operadas pelo conhecimento, elas permanecem assintóticas à totalidade virtual da língua ou da linguagem. (DELEUZE, 2011, p. 51).

Não é demais afirmar que tendo sido excluído da Aeronáutica e vivido as agruras impostas a um ex-militar durante o regime ditatorial, França Júnior possuía muitos significantes. Faltavam-lhe, contudo, significados. Isso porque apesar da totalização operada pelo conhecimento do período militar, não era possível fazê-lo coincidir com a totalidade virtual da língua. Em razão disso, a dificuldade de o escritor em expressar através da linguagem, a experiência vivida.

Como já exposto, essa incapacidade da linguagem de dar conta do real foi enfatizada não só por Husserl e Wittgenstein, como também pelo filósofo Jacques Derrida para quem as palavras não têm a capacidade de expressar tudo o que se pretende exprimir através delas, de modo que palavras e conceitos não comunicam o que prometem.

Como explica o professor Audemaro Taranto Goulart (2003), tomando por base a filosofia ocidental, que sempre trabalhou com relações binárias originadas da lógica, Derrida começa seu questionamento. Para o filósofo essas relações acabavam por impossibilitar o surgimento da diversidade propiciada pela linguagem uma vez que partiam do pressuposto segundo o qual a realidade apresentada (de acordo com os princípios da lógica) é sempre coerente e verdadeira. Derrida coloca em xeque a noção de que uma coisa ou é verdadeira ou é falsa, ou é positiva ou negativa. Questiona, enfim, dicotomias como claro-escuro, alto-baixo, finito-infinito, bem-mal, etc. Para ele o que importa é pensar no quanto as palavras podem significar e não no que elas significam. E, pensando na riqueza de significados da linguagem, propiciada pelas ambiguidades e pelos jogos de associação, não é difícil para ele constatar a impossibilidade de se pensar num significado fixo ou numa interpretação única para um texto.

E é isso que parece ocorrer no romance *O passo-bandeira*. Nesta obra França Júnior é capaz de, recorrendo às ambiguidades do discurso e das situações, demonstrar quão incoerente era a realidade que se apresentava no período pós-64. Não é demais frisar que a ambiguidade mais evidente do texto consiste na crítica à atuação dos militares na condução dos inquéritos

instaurados durante a ditadura militar e a apologia à atuação desses mesmos militares no desempenho de suas atividades rotineiras, como, por exemplo, o comando de aeronaves. Desse modo o escritor rompe com a dualidade militar bom ou competente *versus* militar mau ou incompetente.

Retomando a sequência do romance vê-se que, quando discutiam sobre a necessidade de se manter uma força aérea no país, uma moça comenta que não adianta discutir esses assuntos, que a opinião deles não vai pesar em nada, Paulo César afirma que adiantava sim.

Que tudo adiantava ser discutido, debatido.

- Assim é que vão se formando, vão se difundindo as idéias.

- E daí? – a aluna o interrompeu. – Fica tudo do mesmo jeito.

- Do mesmo jeito não – ele contestou. – Quanto maior número de pessoas dando palpites, falando que têm essa ou aquela opinião, explicando seus pontos de vista, mais pressão se faz. Mais as coisas se esclarecem.

E disse que as pressões da opinião pública é que de uma forma ou de outra levam às mudanças políticas.

- É que influenciam o Governo – comentou. (FRANÇA JÚNIOR, 1984,p. 29-30).

Fica explícita, aqui, uma vez mais, que a luta defendida pelo escritor é a de conscientização das massas.

Ao abordar tema relacionado à interferência do ambiente na rapidez de certos aprendizados, Paulo César aproveita para falar “como julgava que uma educação opressora interferia na capacidade de adaptação das pessoas às novas técnicas. Na aceitação de novos hábitos, novos procedimentos.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 32).Ele afirma que, de certo modo, onde houver mais liberdade vai ser mais fácil formar pilotos. Esclarece, contudo, que se referia à educação da família e não à disciplina militar. Afirma, ainda, que, “segundo o seu ponto de vista, a disciplina militar na aviação era uma disciplina consciente e racional.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 32).

Evidente, portanto, que o personagem não contesta a disciplina militar, ao contrário, aprova as normas de disciplina empregadas no curso de formação militar. O que ele critica é a educação familiar repressora. Esse mesmo ponto de vista, consistente na rejeição à educação familiar opressora já fora exposto por França Júnior em outro romance.

O repúdio ao excesso de restrições impostas pela família aparece logo em sua primeira obra – *O viúvo*. Lançado em 1965, o romance, desenvolvido em forma de diário, apresenta a trágica história de Pedro, narrador-personagem, que, após a morte da esposa, encontra nos filhos – Tânia e Ronaldo – a razão para viver. E é na educação deles que Pedro revela todo o seu ideal de vida, fundado, basicamente, na liberdade com responsabilidade. Não é a

obediência irrestrita que é ensinada às crianças. A repressão não faz parte de seus métodos de educação. Limites somente lhes são impostos quando absolutamente necessários para evitar que elas se prejudiquem:

Antes de ir para a rua, a Teresa veio me avisar que o Ronaldo havia se machucado com o martelo e que então ela havia escondido não só o martelo como o cinzeiro, que por duas vezes quase caíra no pé de Tânia. Ordenei que devolvesse o martelo e o cinzeiro aos meninos e disse que quando eles sentirem que é perigoso brincar com alguma coisa, eles mesmos abandonarão o brinquedo. E também que é bom já irem aprendendo a não se machucarem. Fui para perto dos meninos e permaneci lá até ela devolver o martelo e o cinzeiro. (FRANÇA JÚNIOR, 1975, p. 83).

E ainda:

A Teresa passou chorando e eu disse para ela parar com aquilo e que não era por sua culpa que a menina havia se metido debaixo da cama. ‘Mas se eu estivesse lá, a coitadinha não teria entrado debaixo da cama.’ Discutimos, e não consegui convencê-la a parar de se culpar. Disse-lhe então que ela não está deixando os meninos fazerem o que querem. Que está tolhendo os movimentos dos garotos e que já lhe avisei que os deixe livres. Deixe que façam o que quiserem desde que não se prejudiquem. (FRANÇA JÚNIOR, 1975, p. 91).

Nada poderia ser tão sutil e ao mesmo tempo tão revelador: o que prejudica os homens não é a liberdade, mas a irresponsabilidade. E o que se vê no desfecho de *O viúvo* é uma atuação irresponsável do poder público, que ineficiente e omissa na prestação e fiscalização dos serviços que lhe cabem, coloca em risco a integridade física, mental e até mesmo a própria vida das pessoas que dele dependem.

O tema enfocado em seu romance de estreia, que põe em evidência a defesa da liberdade humana desde a mais tenra idade como forma de se alcançar o conhecimento e, conseqüentemente, a realização pessoal, pode muito bem revelar que, desde o princípio, demonstrou o escritor uma necessidade de encontrar a si mesmo.

Com o seu “eu” esfrangalhado em razão de um regime que lhe amputou a liberdade profissional, e ainda sem respostas concretas que pudessem explicar o sofrimento que lhe acometia em razão do impedimento de voar, França Júnior parece ter buscado a atividade literária como forma de aplacar a angústia existencial a que fora exposto logo após o golpe de 1964.

Em seu ensaio *Tópicos de Literatura Portuguesa – O concurso dos sujeitos no nascimento e no desenvolvimento da literatura portuguesa* o Professor Audemaro Taranto Goulart explica com maestria que

as questões relacionadas ao que o autor escreve, qual o seu ofício e para quem escreve parece terem como resposta o enfrentamento de uma angústia existencial, o desconhecimento que o sujeito tem sobre a sua própria identidade. Isso é que gera a impossibilidade de responder à notável pergunta: “quem eu sou?” (GOULART, 2012, p. 11).

Para o mestre, “a literatura se enquadra no rol de mecanismos com que lida o ser humano, no sentido de encontrar respostas para incontornáveis dúvidas que o atormentam.” (GOULART, 2012, p. 3). E afirma ainda que “a arte trabalha no sentido de tomar os elementos em desequilíbrio nas relações conflituosas para articulá-los de forma a mostrar que novos caminhos e novas experiências se oferecem para a busca do equilíbrio.” (GOULART, 2012, p. 4).

A obra de Oswaldo França Júnior confirma essa assertiva. Ao enveredar-se para o mundo literário, talvez como forma de refugiar-se da realidade que se lhe apresentara com a expulsão da Força Aérea, o escritor passa, incessantemente, a buscar a si mesmo como forma de reencontrar o equilíbrio que fora abruptamente abalado pelo regime militar.

A leitura dos textos de França Júnior, mormente de seu romance *O passo-bandeira*, representação maior de superação de uma experiência que em princípio pareceu traumática ao escritor, dá conta de que “é possível ao sujeito, inicialmente tomado de um sentimento de horror, encontrar o equilíbrio numa reflexão que lhe ensina resistir aos terríveis instintos destruidores do homem”. (GOULART, 2012, p. 4).

Esse equilíbrio é demonstrado pelo escritor ao narrar o final do debate entre o personagem Paulo César e os alunos do curso de Comunicação. Nesse momento, o personagem já falava sobre a Aeronáutica sem lembranças ruins e sem as irritações que normalmente sentia.

O mesmo parece ter acontecido com França Júnior. Certamente aguardado pela crítica literária como uma obra bombástica, capaz de trazer a lume as mazelas das Forças Armadas, *O passo-bandeira* remete o leitor a histórias comuns de aviadores, sem denegrir, em nenhum aspecto, as instituições militares. Até mesmo nos momentos em que relata como transcorreu o interrogatório do personagem no processo de investigação que resultou na sua expulsão, o autor evita a crítica pejorativa.

O personagem por ele criado relembra, em conversa com Suzana, momentos engraçados como aquele em que “estragaram a passagem do major em cima das autoridades” nas comemorações do sete de setembro quando alguém falou no microfone a palavra “urubu”,

provocando a dispersão de todos os vinte e quatro aviões em formação que sobrevoariam o palanque.

Ele fala sobre os tipos de voo, sobre as dificuldades que às vezes se têm em reconhecer as fronteiras, sobre a sensação que se tinha, nos voos muito altos, de pertencer a todo o universo. “Ele ia discorrendo sobre esses fatos e Suzana olhava-o com atenção. Na verdade falava de coisas do seu tempo na Aeronáutica que não havia falado antes com ninguém. Nem com Ludmila durante todos aqueles anos em que estiveram casados.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 41).

Já morando com Suzana, Paulo César recebe da secretária um número de telefone e um recado para ligar para uma determinada pessoa. Ele liga e fala com seu amigo de Aeronáutica – Haroldo Bastos – que estava de passagem por Belo Horizonte. Combinam encontrar-se à noite. Não se viam desde a época anterior aos inquéritos para expulsar os esquerdistas e comunistas. Antes, sempre recusava encontrar-se com Haroldo ou com qualquer conhecido da Aeronáutica:

Algumas vezes Paulo César teve notícias dele passando por São Paulo e deixando recados na firma onde trabalhava. Mas Paulo César evitava encontrá-lo. Não desejava avistar-se com ele nem com ninguém que havia conhecido na Aeronáutica. Estava naquela fase de muito aperto, ganhando pouco, trabalhando durante o dia, estudando à noite, e não desejava nenhum contacto com qualquer pessoa que lhe fizesse lembrar a grande diferença entre a sua vida de antes e a daquele momento. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 62-63).

Oswaldo França Júnior já havia expressado em seu conto *Povo da redoma*, abaixo transcrito, esse sentimento pós-expulsão, em que se misturam vergonha e tristeza.

#### Povo da redoma

Um homem vivia na redoma de vidro e lá ele não era considerado uma pessoa de bem. Os bons eram os quietos, os que não se moviam. Os que se deixavam ficar inertes. O ar era pouco e o valor consistia em se movimentar e respirar o menos possível. O homem, por não seguir o exemplo dos bons da redoma de vidro, foi expulso. E sentiu-se mergulhado na vergonha e na tristeza. No mundo fora da redoma ele se movimentou livremente e se tornou um dos bons. E se esqueceu do mundo de onde viera. Um dia, ao passar ao lado da parede de vidro, viu a quietude de seus antigos companheiros. Tentou convencê-los a sair dali. Gritou e falou do ridículo daquelas atitudes. Mas eles não se moveram. Não lhe deram respostas. Continuaram quietos e inertes

como era exigido dentro da redoma. (FRANÇA JÚNIOR, 1996, p. 45-46).

Parece inevitável relacionar o conto *Povo da redoma* com o mito platônico da *Caverna*, sintetizado pelo Professor Audemaro Taranto Goulart da seguinte forma:

Vivendo acorrentados desde a infância num habitáculo subterrâneo, os homens estavam impedidos de ver o que se passava fora da caverna. Estando de costas para a entrada, eles só podiam perceber a sombra dos que passavam, numa espécie de passarela que se colocava entre a entrada da caverna e uma fogueira acesa. Nessas condições, os prisioneiros jamais veriam outra coisa que não as sombras e falariam delas como se fossem objetos reais.” (GOULART, 2012, p. 6).

Assim como, no mito, não se concebia uma realidade possível fora dos limites da caverna, no regime ditatorial brasileiro também os militares não viam além da caserna.

Mas, do mesmo modo como acontecera com o homem do conto, também o personagem Paulo César descobre que, se em princípio, só experimentou tristeza, humilhação e dificuldades quando foi expulso da vida militar, a vida civil acabou por lhe oferecer oportunidades infinitamente superiores àquelas que se lhe apresentavam na caserna.

Livre das amarras impostas pelo militarismo, ele se tornou um homem melhor, de modo que o contato com seus antigos amigos, que antes evitava a todo custo, agora acabava por lhe trazer enorme satisfação. O contato restabelecido com Haroldo, que ainda pertencia aos quadros da Aeronáutica, permitiu-lhe constatar que, liberto daquele mundo de restrições, hierarquia e submissão, seu horizonte se ampliara, trazendo-lhe não só tranquilidade financeira, mas uma riqueza de experiências pessoais possíveis somente fora dos círculos militares.

Essa inquietude do homem, que não conseguia permanecer inerte, como era exigido na redoma de vidro, bem pode ser associada à inquietude de Oswaldo França Júnior que, questionador, acabou expulso da redoma que envolvia os militares. O espírito inquieto de França Júnior e a sua propensão ao questionamento ficam evidenciados não só no episódio da sabotagem dos aviões quando da renúncia de Jânio Quadros, por ele relatado em entrevista, mas também na voz do personagem por ele criado em *O passo-bandeira* que também em razão de seu espírito inquieto fez com que fosse visto pelos militares como transgressor e perigoso.

A condução do inquérito que culminou com a expulsão do personagem Paulo César das Forças Armadas, se não pode ser diretamente confrontada com a que resultou na expulsão de França Júnior (uma vez que oficialmente a Aeronáutica informou que não localizou o

processo de investigação sumária), pode muito bem indicar algumas das razões que levaram o autor a ser considerado subversivo. Refletem, ainda, o momento político do Brasil logo após o golpe militar, no qual, ou se aderiria explicitamente ao golpe, ou se era considerado inimigo político. Os trechos adiante transcritos dão uma ideia clara de como agiam os militares para afastar dos seus quadros as pessoas que eles consideravam, ou suspeitavam, opositoras ao novo regime.

Paulo César lembrou como atitudes normais, corriqueiras, passam a ser encaradas como indícios de intenções muito perigosas. E falou das várias vezes durante os interrogatórios em que ele pensou:

- Esse pessoal está maluco.

Havia ocasiões em que chegava a achar graça de tudo aquilo. E perguntou ao Haroldo se ele lembrava-se dos quadros de avisos do esquadrão quando serviam em Salvador.

- Você lembra que em Salvador o quadro de avisos era de minha responsabilidade?

Haroldo recordava-se, e ele disse que nos interrogatórios apresentavam-lhe algumas fotografias desses quadros de avisos.

- Estavam de olho na gente desde aquela época – comentou.

Haviam-lhe mostrado as fotos com círculos vermelhos marcando alguns recortes de jornais e revistas. Recortes que ele colocava nos quadros para torná-los mais atraentes.

- Amenizar a leitura. Não ficar somente aquele monte de avisos e ordens de serviço.

O Coronel Ladeira mostrava as fotografias dos quadros e perguntava se eles eram de sua responsabilidade.

- Eu olhava e respondia que era, é claro.

Depois o coronel pedia ao Paulo César para confirmar se os recortes tinham sido escolhidos e colocados por ele.

- Sim senhor. Fui eu que escolhi e coloquei – Paulo César dizia.

O coronel, então, perguntava por que havia escolhido notícias sobre petróleo, controle das comunicações, problemas energéticos, declarações de políticos contra remessas de lucros. Declarações de líderes sindicais.

- Eu falava que os recortes eram sobre todos os assuntos – Paulo César explicou.

- E lá em Salvador nunca disseram nada a você sobre isso, disseram? – Haroldo perguntou.

- Nunca – Paulo César respondeu. – Pelo contrário, todos gostavam.

E explicou que até o Major Vladimir, comandante do esquadrão na época, parava para ler os quadros. Disse que apontou para o Coronel Ladeira os outros recortes que tratavam de futebol, de música, de cinema, mostrando que escolhia todos os assuntos que estavam com mais evidência nos jornais e revistas.

- Mas o Ladeira queria saber era sobre os outros.

Paulo César explicava ao coronel que eram notícias que na época chamavam mais a atenção, apenas isto. Que não havia nada de especial na escolha desta ou daquela matéria.

- Ele, aí, dava a sua conclusão – Paulo César contou. – Dizia que eu estava pregando reformas políticas.

Que uma pessoa para colocar num quadro de avisos de uma unidade militar assuntos polêmicos como aqueles era porque desejava pregar um movimento de reformas.

Reformas das leis, capitão. Das bases legais do país.

E o Paulo César respondia:

- De modo nenhum, coronel. Eu não tinha essa intenção.

O Coronel Ladeira argumentava que nesse caso aquilo era um reflexo da vontade inconsciente de Paulo César. Com todas aquelas evidências, e ele ainda não admitindo que estava pregando mudanças políticas, havia somente uma conclusão a

se chegar: era um reflexo do inconsciente de Paulo César. Um reflexo da sua vontade interna. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 94-95).

O personagem relata, ainda, outro absurdo perpetrado pelo coronel-inquisidor:

E contou sobre a insistência do Coronel Ladeira para que ele confirmasse uma reunião a que havia comparecido no Rio, na casa de uma senhora.

- Uma tal de Dona Izebe.

Ele não havia comparecido a nenhuma reunião e nem conhecia ninguém com esse nome. E falava isso, mas o coronel insistia, não aceitava sua resposta. Um major tinha entrado na sala do interrogatório, entregue algumas cópias xerox ao coronel e conversado baixo com ele durante alguns instantes. Depois saiu e o Coronel Ladeira aproximou-se de Paulo César e fez a pergunta sobre a reunião. E afirmava que nessas reuniões discutiam-se reformas do modelo político do país.

- E eu negava – Paulo César disse. – Negava conhecer essa tal senhora e ter comparecido a qualquer lugar para discutir política.

O coronel informou que as pessoas, ao entrarem na casa, colocavam o nome e o endereço numa folha de presença.

E me mostrou uma das folhas de xerox com nomes e endereços. E o meu estava lá.

Paulo César reconheceu que a letra era igual à sua.

- E o coronel afirmava que a lista era das pessoas presentes à tal reunião.

Paulo César explicou que não mentia nas respostas. Não precisava.

- Mas a letra parecia realmente ser minha, e eu não compreendia como o meu nome tinha ido parar naquela lista.

Ele não havia comparecido a nenhuma reunião e nem se lembrava daquela mulher. E o coronel insistindo.

- Fiquei preocupado – ele disse. – Sei como são feitos os interrogatórios.

Por mais de uma vez nos esquadrões tinha sido chefe do Setor de Informações e sabia como as perguntas eram dirigidas.

- Naquilo que eles têm certeza, não adianta mentir.

E o coronel demonstrava não ter nenhuma dúvida do seu comparecimento. E o pressionava:

- Essa lista foi conseguida na casa da Sra. Izebe. Você reconhece sua letra, como pode negar que compareceu à reunião?

- Aí eu falei com ele – contou Paulo César. – O senhor podia me explicar onde fica essa casa? E ele verificou lá nas folhas e me deu o endereço.

E Paulo César disse que descobriu, então, de que se tratava.

- Ah, coronel, não é Dona Izebe. É o ISEB. Instituto Superior de Estudos Brasileiros.(...)

- Vi no jornal que eles tinham publicado um estudo sobre a História da Pesquisa e Exploração dos Minerais no Brasil, e fui lá comprar o livro.

E tinha colocado o nome e o endereço numa lista para receber catálogos das obras que fossem publicando. E disse ao coronel o porquê do seu nome constar da lista. Haroldo e Suzana riram muito, e Suzana quis saber:

- E o coronel, o que ele falou?

- Nada. Ouviu a resposta e me perguntou por que eu tinha me interessado em comprar aquele livro.

E Paulo César havia respondido que era por curiosidade. Por interesse em ler sobre problemas brasileiros. E ele comentou com Haroldo que ficou em dúvida se o coronel havia mesmo confundido os nomes, ou se queria apenas pressioná-lo para descobrir outras coisas.

- E eu reparava naquele olho verde dele e não chegava a conclusão nenhuma. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 97-99).

Além das acusações relativas aos recortes de jornal afixadas no quadro de avisos, Paulo César também é questionado sobre uma palestra ministrada aos novos tenentes:

E na palestra ele justificava os rodízios nas funções, explicando que, à medida que fossem ocupando postos mais altos, a necessidade de uma visão mais geral dos problemas era cada vez mais importante. E dava exemplos.

- No âmbito aqui da Base – ele dizia – o comandante do esquadrão deve ser um oficial que conheça bem os problemas da aviação de caça.

Mas já o comandante da Base precisava ser um piloto com visão mais ampla. Precisava conhecer também as outras especialidades.

- E fui ampliando os exemplos e cheguei até a Presidência da República.

Ele havia dito que o Presidente devia logicamente ser uma pessoa de visão bem ampla. De visão essencialmente política. Quando o escolhido era um técnico, um especialista com visão e experiência apenas em uma área, sua tendência seria sempre a de encarar os problemas sob o ponto de vista de sua especialização. Um advogado olharia os problemas realçando os aspectos legais. O médico, não sendo mais político do que médico, olharia mais o lado da saúde. Um militar iria realçar o aspecto da segurança. Que todos os aspectos, todos os enfoques deviam sem dúvida ser considerados e levados em conta, mas de um modo homogêneo. Um não devia sobrepor-se aos outros.

- Eu até me surpreendi com aquela fita. Não me lembrava do que havia dito na palestra.

No final ele referia-se ao cuidado que todos aqueles que exerciam funções de comando deviam ter para não cair na camisa-de-força da especialização. E aquela norma de fazer com que os novos oficiais mudassem de função a cada seis meses era exatamente para que fossem aprendendo a ter uma visão cada vez mais política das coisas. E o Coronel Ladeira tinha dito a ele:

- O que você acha disto?

- Disto o quê, coronel?

- Desta sua pregação política.

- Mas isso não é pregação política. É um modo que achei para que entendessem essas mudanças de seis em seis meses.

- E você acha certo os exemplos que deu?

- Eu acho, coronel.

E o Coronel Ladeira havia ditado para o secretário:

- Perguntado se achava certo as colocações de cunho político que fez na palestra aos novos tenentes, respondeu que sim, que achava certo. Que não via nada de errado nas referidas colocações.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p.128-130).

Os trechos acima deixam evidente que Paulo César não era um alienado dos problemas políticos brasileiros. Cultivava seu intelecto através da leitura diária de jornais e de livros e, interessando-se pelas notícias, compartilhava-as com seus colegas anexando-as ao quadro de avisos, então sob sua responsabilidade. Fosse ele quieto e inerte, como exigido no período pós-64, limitar-se-ia a fixar apenas ordens de serviços e avisos direcionados aos militares. Interessava-se, está claro, pelos problemas brasileiros.

A preocupação com os problemas sócio-políticos brasileiros, que perpassa a obra de Oswaldo França Júnior, é prova de que, assim como seu personagem, não se deixou alienar na Aeronáutica. Já escrevia contos, muitos deles entregues a Rubem Braga pouco tempo depois de sua expulsão. Seu romance *O viúvo*, por sua vez, é publicado já em 1965. Além disso, o

conhecimento da crua realidade brasileira expresso em *Jorge, um brasileiro*, publicado em 1967, evidencia que o autor possuía extensa bagagem de conhecimento histórico e cultural, certamente adquirido não só através de experiências pessoais, mas de um interesse maior que o levava, há muito, a analisar e estudar a realidade e o comportamento do homem brasileiro. Com efeito, o período em que serviu nas Forças Armadas não exerceu sobre França Júnior qualquer efeito de alheamento da realidade de seu país. Era, de fato, um espírito que não sucumbia às exigências de quietude e inércia. Não vivia na redoma.

Ainda sobre o interrogatório de Paulo César, observa-se que, mesmo relatando um episódio aparentemente irônico, qual seja a confusão entre a sigla do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e suposto nome de uma senhora – Dona Izebe – que, em tese, recebia em sua casa opositores do regime, não restou excluída a credibilidade do coronel condutor do inquérito. Isso porque a dúvida ao final explicitada pelo personagem, a respeito do conhecimento ou não do coronel sobre a confusão estabelecida, deixa transparecer que o interrogado via no questionamento despropositado um estratagema articulado para que dele se extraíssem outras informações passíveis de incriminá-lo. Assim, apesar do ocorrido, Paulo César não desdenhava a inteligência de seu superior.

O reconhecimento da sabedoria do Coronel Ladeira vem ainda reforçada ao longo do relato sobre o fatídico voo do C-47, quando fica explícito o vasto conhecimento do coronel sobre o avião que pilota e os procedimentos a serem tomados em caso de pane, bem como ao final do texto quando se afirma que, apesar da queda do avião, constatou-se que ele realizara tudo o que era possível para evitar o desastre. Revela, ainda, o extremo equilíbrio do comandante que, mesmo diante da situação extrema, em momento algum altera seu tom de voz:

- Uma coisa que me deixou impressionado – comentou o Haroldo – foi o Ladeira não ter mudado o tom de sua voz em nenhum momento.

Contou que depois, quando passaram a gravação da conversa do C-47 com a torre, ele foi escutar e verificou que realmente em nenhum momento o Coronel Ladeira havia alterado o seu tom de voz.

- O Menelick não, em vários momentos não conseguiu esconder o nervosismo.

Mas o Coronel Ladeira manteve o mesmo tom até o final.

- Ele devia saber – disse Paulo César. – Quando o passo-bandeira não entrou ele deve ter percebido que ia ser muito difícil alcançar a Base.

- Ah, é claro – concordou Haroldo. – Ele sabia. Deve ter ficado surpreso é com o tempo que conseguiu permanecer voando.

E disse que, na análise que realizaram depois, chegaram à conclusão de que ele fez tudo o que era possível fazer. Não deixou de tomar nenhuma atitude, de realizar nenhum procedimento que pudesse ter aumentado o alcance do avião. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 156-157).

Esse mesmo equilíbrio já havia sido demonstrado pelo Coronel Ladeira quando Paulo César constatou, no interrogatório, que não era à casa de “dona Izebe” que ele havia ido e assinado uma lista de presença, mas sim ao ISEB, onde ele assinara uma lista para receber catálogos de obras. Isso indica que, assim como o coronel já sabia previamente que não chegaria à Base, também já sabia que não havia nenhuma senhora com esse nome. Não altera, portanto, seu comportamento.

Percebe-se, novamente, a ambiguidade da linguagem trabalhada de forma a questionar a coerência da realidade na medida em que rechaça a noção de que os militares ocupantes do poder no pós-64 só poderiam ser vistos a partir de um único elemento dos pares de oposição: bom ou mau, competente ou incompetente, capaz ou incapaz. Ao contrário, fica evidente que um elemento do par não exclui, necessariamente, o outro.

A conclusão do inquérito e o comunicado de expulsão de Paulo César sem dúvida se confundem com a exclusão de França Júnior da Aeronáutica.

A expulsão do personagem é assim narrada no romance *O passo-bandeira*:

(...) Paulo César contou como o brigadeiro dirigiu-se a ele. Comunicou o término do inquérito pelo Coronel Ladeira e a conclusão a que ele, Chefe Geral da Comissão de Investigações Sumárias, tinha chegado.

- Concluí que o senhor deve ser afastado da Força Aérea.

Iria encaminhar o seu parecer ao novo Presidente da República, que assinaria o ato de exclusão dentro de poucos dias.

- E que eu tomaria conhecimento oficial através do noticiário da Voz do Brasil – Paulo César explicou.

E disse que havia perguntado ao brigadeiro por que motivo ia ser excluído. Qual a coisa errada que havia feito. E comentou:

- Eles não falavam: Você vai ser expulso. Falavam: Você vai ser excluído.

O brigadeiro respondeu que não havia uma coisa específica, determinada.

- Ele disse: Não há motivo específico, capitão.

(...)

E disse que o brigadeiro lhe confessou que não precisavam de um fato concreto para excluir um oficial. No caso dele, por exemplo, precisavam apenas de alguma coisa que confirmasse suas tendências subversivas. E isto o inquérito, dirigido pelo Coronel Ladeira, havia encontrado de sobra.

- Ele disse que já sabiam que eu era um espírito irradiador de subversão. (...) E disse mais. Disse que todas as minhas atitudes iam sempre ao encontro dos interesses dos comunistas.

Paulo César explicou que ponderou ao brigadeiro não haver nada no inquérito que demonstrasse ligações suas com alguém que pudesse ser chamado de comunista.

- E sabe o que ele respondeu? Paulo César perguntou ao Haroldo. – Que o meu caso era do tipo geração espontânea. Eu não precisava ter contacto com os comunistas para fazer o jogo deles. Para pregar e gerar a subversão.

Que Paulo César era mais perigoso do que os outros porque, mesmo cessando as influências externas, não havia esperança de regenerar.

- A tendência do meu espírito era irreversível.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 113-114).

A já mencionada matéria publicada na *Folha de São Paulo* de 14 de setembro de 1982, redigida a partir de entrevista com Oswaldo França Júnior, assim relata como se deu a exclusão do escritor das Forças Armadas:

O brigadeiro, depois de ouvir o piloto de caça e instrutor de vôo, deu-lhe a notícia: ‘O senhor aguarda uns dias, mas se prepare, porque vai ser excluído da Força Aérea.’ O piloto de caça procurou os motivos e não os encontrou. ‘Por que, brigadeiro, por quê?’ O brigadeiro não se constrangeu: Por nada. Não o queremos mais na FAB. É só isso.’ Eram os últimos dias de abril, há 18 anos. (SANTAYANA, 1982).

Notória, portanto, a semelhança entre o episódio narrado no romance e aquele vivenciado pelo escritor.

A exclusão do personagem indubitavelmente reflete as tantas reformas de militares ocorridas no Brasil ao longo do ano de 1964, época em que, desconsiderando-se o mérito profissional, tomou-se como único critério de permanência ou promoções nas Forças Armadas o fato de estar o militar ideologicamente em harmonia com o novo regime imposto.

O absurdo dos critérios de promoção na Aeronáutica fica explicitado no seguinte diálogo travado entre Paulo César e Haroldo:

- Você está indo a coronel, não está?  
Ele disse que ainda estava longe. Que a partir de major os critérios políticos pesavam muito nas promoções, e pessoas como ele levavam bem mais tempo para subir.  
- Tenho aquele inquérito sobre ideologia nas costas – comentou. – A tenente-coronel mesmo fui promovido por antiguidade. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 93).

Fatos e colegas lembrados, a garrafa de vinho já finda, os amigos concluem que é hora da despedida. Paulo César pede a Haroldo que mande um abraço para a família e para todos que perguntarem por ele. “Quando o elevador iniciou a descida, Haroldo bateu na porta duas vezes com os nós dos dedos. Paulo César num ato reflexo repetiu o toque. Era um sinal que usavam nos esquadrões para desejar boa sorte.” (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 159).

O abraço para os conhecidos parece simbolizar a superação da vergonha causada pelo ato de exclusão das Forças Armadas. O ato reflexo, por outro lado, parece querer fazer crer que jamais conseguiria se afastar completamente dos princípios militares, que continua respeitando e quiçá admirando.

*O passo-bandeira* é o resumo desses sentimentos. Nesse romance, França Júnior, vinte anos após sua expulsão, parece ter se reconciliado com o passado e superado boa parte do

desconforto que lhe impedia de escrever sobre o período em que passou na Aeronáutica. Não havia mais vergonha. E, ao contrário do que se poderia supor, também não havia mais ressentimento. Tanto é que, num ato reflexo, não consegue deixar de realçar nessa obra a beleza da aviação militar, de defender a educação ministrada nos cursos de formação de oficiais e de valorizar o desempenho da atuação de militares, que mesmo tendo aparentemente se equivocado em alguma situação não corriqueira (como na condução dos inquéritos pós-64), possuíam imenso conhecimento e se dedicavam com afinco às atividades inerentes à sua área de atuação. Claro estava, portanto, a reconciliação pessoal e a superação dos traumas decorrentes do ato de desligamento.

Assim como aconteceu ao personagem Paulo César, a exclusão das Forças Armadas possibilitou que Oswaldo França Júnior “alçasse voos” bem mais altos que aqueles realizados nos treinamentos militares. O reconhecimento nacional do escritor, a filmagem televisiva do romance *Jorge, um brasileiro*, a tradução de romances seus para várias línguas, tudo isso decorreu de sua expulsão. Pode-se mesmo dizer que encontrou terreno fértil e matéria abundante para sua lavra. A essa altura, não era mais possível esperar que o escritor se lamentasse pelo que lhe aconteceu no ano de 1964 ou que guardasse mágoas incuráveis do período que serviu na Aeronáutica.

Ao enveredar-se pelos caminhos da arte, mais especificamente da literatura, França Júnior encontrou uma manifestação verdadeira que vem assim expressa pelo professor Audemaro Taranto Goulart: “a de que o homem sabe que sua efetiva possibilidade de vir a conhecer-se é continuar, incessantemente, buscando a si mesmo”. (GOULART, 2012, p. 4).

#### **4.2 Um retrato das revoltas estudantis**

O terceiro romance de Oswaldo França Júnior – *Um dia no Rio* – que à primeira vista parece girar em torno da vida pessoal e profissional do personagem protagonista – Márcio –, um negociante em viagem ao Rio de Janeiro, acaba por sustentar-se na narrativa detalhada das revoltas estudantis que tomaram conta das ruas cariocas no ano de 1968.

Os fatos presenciados pelo personagem no Rio de Janeiro traduzem um momento crucial da história recente brasileira, representado por um dos movimentos mais importantes de repúdio à ditadura militar no Brasil. Temas como a revolta estudantil, o apoio da população à reação dos jovens, a violência da repressão policial e a crise financeira são amplamente

explorados em *Um dia no Rio* e traçam um panorama da realidade política e econômica do país nos idos de 1968.

França Júnior, em entrevista concedida à revista *Bodoque*, afirma que escolheu esse tema porque na época julgou que aquela realidade daria uma boa visão do Brasil: “A desobediência civil que eu estava presenciando, uma desobediência espontânea, corajosa, pareceu-me um bom tema.” (FRANÇA JÚNIOR, 1979-b, p. 14).

Provavelmente uma leitura mais atenta da obra teria implicado na censura do romance, retrato da incapacidade do Governo e da violência e da inabilidade da polícia na condução das questões estudantis. Ao relatar, por mais de uma vez, os aplausos da população a qualquer derrota dos policiais imposta pelos estudantes, a narrativa deixa entrever que a sociedade não é conivente com o autoritarismo e a truculência do regime e que compactua com a reação corajosa desencadeada pelos jovens, então tornados depositários de todas as esperanças.

Contudo, a habilidade do autor em principiar o texto com acontecimentos banais e aparentemente despolitizados – quais sejam, o romance do personagem com uma aeromoça e o desenrolar de seus negócios profissionais –, aliado ao fato de as revoltas serem apresentadas como pano de fundo da narrativa e sob o olhar aparentemente imparcial do personagem, certamente viabilizou a publicação da obra no ano de 1969. Sobre a publicação do romance, a despeito do tema nele tratado, assim comenta Maria Angélica Guimarães Lopes:

Essa obra de alicerce e inspiração realista, contudo, apresenta inegável teor poético, podendo ser interpretada à luz de mitos seculares e modernos, que lhe emprestam cunho alegórico, ampliando-a e engrandecendo-a. Como se sabe, durante a repressão militar das décadas de 1960 e 1970, a fim de burlar a censura, vários escritores usaram disfarce alegórico. Para o crítico uruguaio Emir Rodríguez Monegal, França Júnior, Ignácio de Loyola Brandão e Ivan Angelo eram os romancistas mais significativos então. Monegal aponta ainda uma notável exceção: embora a publicação dos romances alegóricos *Zero*, de Brandão, e *A Festa*, de Ivan Angelo, tivessem sido negadas, o mesmo não se deu com *Um Dia no Rio*, de França Júnior, que foi editado em 1969, apesar de ser uma “narrativa realista, direta”. (LOPES, 2010, p. 11).

A narrativa, que principia com a viagem de avião de Márcio ao Rio de Janeiro, retrocede a um tempo passado no qual o personagem, também em razão de uma viagem – dessa vez a São Paulo – se envolve com uma comissária de voo. Após a analepse, segue o enredo com a chegada do personagem ao seu destino, onde ele objetiva resolver vários negócios.

Márcio tem um itinerário previamente estabelecido para cumprir. Vai primeiro ao escritório de seu irmão – Lúcio – depois se encontra com um administrador de firmas ligadas

ao transporte marítimo para propor-lhe a compra de motéis em Belo Horizonte. Para cumprir o cronograma previsto, dirige-se, em seguida à Avenida Rio Branco. Todavia não consegue alcançá-la de carro. Está interditada. Principia, então, o relato dos confrontos entre policiais e estudantes que fizeram parte da realidade brasileira durante todo o ano de 1968 e que tiveram como um dos principais cenários a cidade do Rio de Janeiro:

Márcio saiu do prédio, e apanhou um táxi. Falou com o motorista para seguir a Avenida Rio Branco até próximo à Cinelândia. Na Presidente Vargas o motorista virou à direita e Márcio reclamou. Ele disse:

- Olha lá, está interditada.

Márcio viu que uma camioneta do trânsito e duas motocicletas estavam atravessadas no meio da rua e alguns guardas apitando e fazendo sinais, iam mandando os carros seguirem pela Presidente Vargas.

- O que houve? – perguntou.

- Confusão com os estudantes – respondeu o motorista.

- Mas eu vim de lá não faz meia hora, e não havia nada.

- Não há nada, mesmo.

- Então, para que isto?

- Eles disseram que vão fazer uma passeata hoje, e o General falou que eles não fazem. Agora a Polícia está aí interditando tudo. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 27-28).

Ficção e realidade se misturam, prevalecendo, a partir de então, a ênfase narrativa nos acontecimentos histórico-políticos que tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro. O personagem ficcional é inserido no movimento desencadeado pelos estudantes de modo que, através do seu trajeto, pode o leitor visualizar, em detalhes, o desenrolar da revolta.

Lopes (2010, p. 42) observa que “há aí simultaneidade temporal e coincidência espacial, pois tanto as atividades do protagonista como o levante se dão no centro do Rio.”

Como o itinerário de Márcio se confunde com os locais de confronto entre os estudantes e os policiais, Márcio acaba por se revelar uma testemunha ocular dos fatos ocorridos no entorno da Avenida Rio Branco. Ao proceder desse modo, o narrador fornece ao leitor, por intermédio da visão do personagem, uma noção precisa dos conflitos desencadeados nas ruas do Rio de Janeiro. Assim é que o narrador afirma que da janela do edifício Márcio

viu soldados da Polícia passarem correndo pela rua em direção à Cinelândia. Estavam armados com cassetetes de um tamanho que Márcio nunca havia visto, o que o surpreendeu. Depois que o último soldado havia passado, surgiram alguns rapazes correndo.” (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 52).

Conversando com um amigo, ele olha para fora e percebe “que algumas casas comerciais estavam fechando as portas”. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 53). Era esse o receio

do negociante com quem se encontrara antes, que preferira sacar o dinheiro no banco e guardá-lo no cofre:

- Vai ficar com todo este dinheiro no bolso?  
 - Olhe como está por aí: tudo cheio de soldados. Depois esses estudantes começam a fazer confusão, os bancos fecham e como é que eu fico? Vou guardar no cofre. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 43).

Seu amigo o chama à janela para ver o que estava acontecendo. Os estudantes tinham entrado em ação:

Eles foram e César mostrou um grupo de rapazes e moças que passavam correndo próximo à esquina.  
 - Olha lá – disse quando alguns dos rapazes começaram a jogar pedras.  
 Não dava para ver em quem jogavam. Outros também começaram a jogar, e logo formaram um grupo muito grande que foi avançando e jogando pedras. Márcio pensou onde conseguiam tantas pedras. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 55).

Márcio continua a conversa sobre negócios, mas de tempos em tempos visualiza da janela do escritório novos episódios que lhe chamam a atenção:

Da esquina vieram muitos gritos. A turma de rapazes e moças havia começado a pular e a gritar. Todos muito satisfeitos, levantando os braços. Mas deixaram de pular e de gritar, e voltaram a correr, fugindo de alguma coisa que vinha pela rua. (...)  
 César tornou a chamá-los. Eles voltaram à janela. Uma nuvem de fumaça branca crescia, espalhando-se pela rua. Não se viam mais os rapazes e as moças. Até a esquina não se via ninguém. César falou que a nuvem era de gás lacrimogênio. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 56).

Ao encontrar-se com seu irmão em frente ao Edifício Avenida Central outro acontecimento revela a gravidade da situação e põe à mostra a truculência da polícia que, ao tentar conter a revolta estudantil, desconsidera e atinge todas as demais pessoas não envolvidas no movimento reacionário:

Um caminhão com soldados e uma camioneta da Polícia passaram com as sirenes ligadas e houve um início de vaia. Márcio estranhou que as pessoas não corressem logo do meio da Avenida, e a camioneta quase atropelou um rapaz. Uma senhora, encostada na parede de um prédio, tentava segurar uma menina que se debatia chorando, esfregando os olhos, não querendo que a senhora a fizesse respirar através do lenço. Lúcio comentou que daquele modo a Polícia estava querendo matar todo mundo. (...)  
 Depois, mais para cima, [o ascensorista] comentou que o gás estava forte lá embaixo. Que a Polícia estava querendo expulsar todo mundo da cidade para que ninguém visse a passeata dos estudantes.

- Ela sabe é bater nos estudantes – disse. – Mas prender os malandros que andam assaltando por todo o canto, ela não sabe.  
 Desceram no andar do restaurante e o ascensorista ainda falou que a Polícia fazia aquilo mas os estudantes não tinham medo. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 64-65).

O fato de as pessoas vaiarem e não favorecerem a passagem do veículo policial, bem como os comentários do ascensorista, revelam a insatisfação da população com o modo como vinha se realizando a repressão aos estudantes. Evidencia, ainda, que a polícia não se preocupava em distinguir os estudantes revoltosos das demais pessoas que simplesmente precisavam transitar pelos locais de confronto.

O personagem não emite qualquer opinião sobre os acontecimentos uma vez que, segundo o narrador, ele não sabe exatamente o que está acontecendo. Essa ignorância atribuída ao personagem parece não passar de uma estratégia utilizada pelo autor para expor, de forma explicativa, o desenvolvimento da revolta estudantil e o *modus operandi* utilizado pela polícia na tentativa de conter o avanço do movimento dos estudantes. Assim o fazendo o romancista consegue escapar dos rigores da censura e transmitir aos leitores uma visão realista e detalhada dos acontecimentos políticos da época. É o irmão de Márcio que, durante o almoço, explica a ele, didaticamente, o que estava acontecendo:

Ele explicou que os estudantes vinham anunciando há uma semana que fariam naquele dia, à tarde, vários comícios no Centro, e desfilariam pela Avenida Rio Branco, parando o trânsito. O Comandante da Polícia disse que eles não iriam fazer nenhum comício e nem desfilariam pela Avenida. E era isto que estava acontecendo: a Polícia na rua cercando os lugares mais visados, e os estudantes resolvidos a realizar os comícios e a fazer a passeata. Disse que do seu escritório podia se ver o prédio do Ministério da Educação cercado de soldados armados de metralhadoras. (...) Lúcio disse ainda que os estudantes já haviam realizado um comício próximo à Embaixada Americana. (...) E que os soldados os haviam dispersado com muita violência. Os estudantes tinham reagido e quebrado os vidros da Embaixada.  
 - Estão dizendo que duas estudantes morreram na confusão. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 66).

Vale lembrar aqui que várias estratégias narrativas podem ser utilizadas não só para manter a atenção do leitor-modelo de primeiro nível, como também para estimular os questionamentos do leitor-modelo de segundo nível.

Para Umberto Eco (1994, p. 15 e 33), o leitor-modelo é “uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar”. O de primeiro nível é aquele a quem basta “saber muito bem como a história termina”. No caso, este último almejava apenas saber se Márcio conseguiria ou não cumprir seu itinerário, a despeito dos empecilhos causados pela mobilização estudantil. O leitor-modelo de segundo nível, por sua vez, “se

pergunta que tipo de leitor a história deseja que ele se torne” e “quer descobrir precisamente como o autor-modelo faz para guiar o leitor.”

Pode o autor-modelo valer-se, por exemplo, de estratégias temporais, retardando, acelerando ou fragmentando a narrativa. Em *Um dia no Rio* a voz narrativa intercala episódios relacionados ao desenrolar da confusão estudantil no centro do Rio de Janeiro com episódios completamente estranhos a essa movimentação. Assim é que, logo após relatar toda uma série de acontecimentos envolvendo a polícia e os estudantes, volta-se a narrativa para os problemas pessoais relacionados ao irmão de Márcio que resistia ao pedido de separação feito pela mulher. São dezoito páginas dedicadas à conversa do personagem central com o irmão. Essa demora ou diminuição da velocidade em relatar o desenvolvimento da resistência estudantil na cidade do Rio de Janeiro pode bem ser vista como uma estratégia utilizada pelo autor para permitir ao leitor dar o que Umberto Eco chama de passeios inferenciais. A demora empreendida na narrativa possibilita ao leitor, a fim de prever o desenvolvimento da história, voltar-se “para sua própria experiência de vida ou seu conhecimento de outras histórias.” (ECO, 1994, p. 56). Considerando que o romance foi publicado no ano seguinte aos acontecimentos nele relatados, esse retardamento da narrativa acabava por possibilitar ao leitor daquela época uma reflexão maior sobre o movimento dos estudantes tendo em vista o que vira, ouvira ou lera sobre o tema. Desse modo, o leitor é induzido a assumir uma posição crítica em relação à postura adotada pelo governo na condução das questões estudantis. A literatura, mais uma vez, revela o esforço de França Júnior no trabalho de conscientização das massas.

Pode ainda o autor valer-se de estratégias relacionadas ao discurso. Assim é que, mesmo sem se posicionar explicitamente pró ou contra o regime, a narrativa acaba por conduzir o leitor à crença de que o movimento estudantil revelava os anseios da maioria da população. Isso porque realça o apoio da sociedade carioca aos estudantes, enfatizando seu empenho em impedir o avanço dos policiais contra os jovens por meio de objetos contra eles arremessados do alto dos prédios. Salienta, ainda, o excesso da truculência policial dirigida indistintamente contra as pessoas, inclusive crianças, não envolvidas com movimentos de oposição, gerando, dessa forma, um sentimento negativo em relação aos policiais. Do quadro apresentado pelo autor pode-se extrair uma luta em que a sociedade civil se opõe aos militares.

É o autor-modelo conduzindo o leitor a assumir uma posição crítica em relação ao movimento.

Os comícios e as barricadas estudantis acontecidas no Brasil em 1968 são minuciosamente relatadas no romance, uma vez que o personagem é colocado no centro do conflito, lado a lado com os estudantes entrincheirados:

Continuaram andando e ao chegarem perto da Rua Senador Dantas, as pessoas começaram a correr. Márcio e Lúcio encostaram-se numa parede. O pessoal estava correndo porque uma fila de soldados, com máscaras, vinha marchando rápido, um ao lado do outro, tomando toda a Avenida. Os soldados vinham apontando para a frente fuzis armados com baionetas. Atrás deles, dentro de um jipe sem capota, um soldado com um fuzil de cano curto jogava bombas de gás lacrimogênio. Elas eram de cor vermelha e passavam, indo cair longe, na frente. Caíam soltando fumaça branca e fazendo um barulho de algo que estava prestes a explodir. Uma bateu em cima, na parede onde os dois estavam encostados, e caiu perto deles. Os dois saíram correndo e escutando o barulho das bombas que o soldado não parava de jogar. Não entraram em nenhum prédio porque todos se achavam com as portas fechadas. Continuaram correndo até alcançarem o ponto onde estava sendo feito o serviço da Light. Ali o pessoal não conseguia passar todo de uma vez. Um rapaz vestindo camisa amarela gritava de cima de um dos geradores e ninguém o ouvia. Lúcio foi passando para o outro lado, forçando, empurrando os que o atrapalhavam e Márcio o seguiu. O rapaz que estava em cima do gerador gritava para reagirem. Desde que iam apanhar, que pelo menos apanhassem brigando. Falava para que se escondessem atrás das tábuas e reagissem. Afinal conseguiu se fazer ouvir e muitos rapazes e moças pularam para dentro do cercado, e começaram a apanhar tijolos e placas de asfalto. Márcio chegou do outro lado e parou perto de Lúcio que olhava para a frente. De lá vinham mais soldados. Um velho perto deles disse que estavam querendo matar todo mundo, mesmo quem não tinha nada a ver com os estudantes. Estava tremendo. Do alto dos prédios veio uma grande vaia. Quando os soldados chegaram perto, o rapaz de cima do gerador gritou:

- É agora!

E todos jogaram tijolos e pedras e placas de asfalto para cima dos soldados. Um dos tijolos bateu na mão de um e ele largou o fuzil e se encolheu segurando a mão machucada. (...) Os soldados começaram a recuar dos dois lados e palmas e vivas vieram das janelas dos edifícios. (...)

Várias bombas começaram a cair por perto, algumas dentro do cercado. (...) Dois rapazes correram e foram para trás de uma árvore. De lá ficaram jogando bolas de gude com as atiradeiras de borracha no jipe, de onde vinham as bombas. (...) O soldado que estava atirando as bombas com o fuzil de cano curto recebeu uma das bolas de gude no ombro e rodou para o lado. E logo o pára-brisa do jipe também foi atingido. (...) O soldado que estava de motorista deu uma arrancada para a frente, fez a curva e fugiu pela Avenida. Do alto dos edifícios gritaram e bateram palmas.” (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 84-86).

O personagem presencia, ainda, o apoio da população carioca ao movimento, mas se irrita com os estudantes ao se ver numa situação em que não pode seguir normalmente seu caminho uma vez que a polícia não distingue as pessoas alheias à confusão daquelas que nela estavam envolvidas:

A fumaça das bombas foi deixando o ar pesado e Márcio começou a chorar e a tossir. (...) Soube, então, que os soldados estavam atacando pelos dois lados. (...) Dentro do cercado todos se movimentavam. (...) Das janelas dos prédios veio uma

vaia que parecia que todo o Rio estava lá, gritando. Os gritos deram ânimo aos estudantes. Foi como se não estivessem sozinhos ali na rua.

O gás ficou muito forte e Márcio achou que dentro em pouco não conseguiria mais respirar. (...)

Márcio ficou sentado com a pasta entre as pernas, ouvindo o barulho que os estudantes faziam. Soube, então, que o pessoal do alto dos edifícios estava jogando coisas nos soldados.

Depois gritaram que os soldados estavam voltando por baixo das marquises, e a voz do rapaz que dava as ordens disse que iam ter que sair dali. E avisou para que na hora corresse todos de uma vez. Márcio resolveu correr junto com eles. (...) E os estudantes saíram correndo e ele se levantou e correu também. Pensou que nem podia acreditar nele, numa situação daquela. E xingou os estudantes. Foi correndo e achando que seu coração ia estourar dentro do peito e ele ia cair morto. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 88-89).

A irritação do personagem em relação ao movimento estudantil pode bem ser vista como mais um recurso utilizado pelo autor para afirmar a imparcialidade do texto em relação aos acontecimentos histórico-políticos do período e viabilizar a publicação da obra. Vale frisar que durante toda a narrativa o protagonista preocupa-se exclusivamente em cumprir seu itinerário de forma a realizar seus interesses, que são basicamente materiais, e que se chocam com os interesses políticos e sociais defendidos pelos estudantes.

A criação de um protagonista que não se interessa pela causa estudantil e que se irrita com as atitudes dos jovens revolucionários, mas que é posto no espaço central do desenrolar dos conflitos, explicita o que a professora Letícia Malard chamou de duplo caráter da função da literatura, característica da narrativa política da década de 1970:

Assim, a função da literatura tinha aí duplo caráter: o de fotografar o real, visando a informar o que se passava no país censurado, conhecimento privilegiado a uns poucos, e o de ficcionalizar o real, pondo na boca de personagens críticas ou autocríticas que pudessem coincidir com o pensamento de uma facção poderosa nos meios da censura. Alguns desses passaram por aculturados políticos, cooptados, traidores, etc., quando, na verdade, o que perseguiam era uma estratégia para o exercício do livre direito de manifestação literária. (MALARD, 2006, p. 29).

Não obstante, o auxílio prestado aos estudantes pelos moradores e trabalhadores dos prédios centrais do Rio de Janeiro é assinalado por várias vezes no texto evidenciando aquilo que o autor-modelo espera de seu leitor: o conhecimento amplo de um movimento respaldado pela sociedade civil e duramente combatido pelos militares. Eis como isso se dá:

Apareceram soldados a cavalo que encheram a Avenida. Estavam com espadas na mão, e um deles ficou jogando o cavalo contra uma turma que se escondia, comprimindo-se ao redor de uma árvore. Mas recebeu uma pedrada no ombro e saiu correndo com a espada abaixada. Uma caixa preta, parecendo uma pequena bateria, caiu do alto do Edifício e atingiu um outro soldado. (...) Márcio viu que os soldados estavam sendo afastados, forçados para o meio da Avenida, onde ficavam se

esbarrando debaixo de uma chuva de coisas que vinha do alto. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 98).

Um radiopatrulhas passaram e jogaram bombas. Uma caiu junto de onde Márcio estava, e todos se espalharam. Outras radiopatrulhas apareceram e a chuva de coisas lá de cima aumentou. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 100).

Havia soldados formando um cordão de isolamento junto de um prédio e muitas pessoas estavam gritando e jogando coisas sobre eles. Uma turma tinha cercado um caminhão da Coca-Cola, apanhado os caixotes e jogavam as garrafas nos soldados. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 108).

A arbitrariedade e a violência da polícia para com os estudantes presos também é observada pelo personagem:

Uma fila de pessoas presas esperava a chegada de um carro para levá-las. A maioria era de rapazes e moças. Estavam quietos, calados e sem tirar as mãos da cabeça. Investigadores tomavam conta de um lado e de outro. Um deles, com um cassete de madeira na mão, falava para os presos:

- Vocês vão aprender.

Ficava andando ao lado da fila, e dizia:

- Vocês não são valentes?

E batia com a ponta do cassete na barriga e nas costas de alguns.

- E agora, onde está a valentia? – perguntava.

Nenhum dos presos se mexia. Um deles, ao receber a pontada nas costas, fez uma careta. O investigador chegou junto ao primeiro da fila, um rapaz louro e com o cabelo comprido, e bateu na sua cintura.

- Você é homem? – perguntou.

O rapaz não se moveu e o investigador bateu com mais força e perguntou novamente:

- Você é homem ou não é?

O rapaz entortou o corpo e abaixou uma das mãos. O investigador gritou no seu ouvido perguntando se ele queria reagir. E o segurou pelos cabelos e bateu com sua testa na parede. Depois virou sua cabeça para trás e tornou a gritar, querendo saber se ele tinha achado ruim. O rapaz desequilibrou-se e o investigador soltou seu cabelo e bateu mais uma vez com a ponta do cassete na sua cintura.” (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 110).

Por fim, observa-se que a crise financeira que assolava o país no fim da década de sessenta é assunto recorrente entre Márcio e os amigos com quem faz negócios:

Como vai Minas? – perguntou.

Márcio disse que ia mal. Ele quis saber por que ia mal. Márcio falou que era porque não havia dinheiro. César disse que, então, estava como em todo o lugar. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p.53).

Ele esperava a resposta de Márcio sobre a pergunta que fizera de quantas pessoas Márcio conhecia que estivessem melhorando de vida. (...) Márcio tentava encontrar uma razão que o levasse a não ficar preocupado com Lúcio, e não se lembrou de ninguém que estivesse melhorando de vida.

- Não falei? Não tem. Do nosso meio, igual à gente, não existe. Ou está estacionado, ou afundando – disse Joel. (FRANÇA JÚNIOR, 1981, p. 62-63).

Pode-se dizer, então, que o autor-modelo, valendo-se de uma suposta imparcialidade, acaba por salpicar o texto com inúmeros e significativos episódios que buscam encontrar no leitor-modelo que ele espera formar um destinatário crítico e participativo da vida política e econômica brasileira.

Constata-se, pois, que o romance *Um dia no Rio*, muito mais do que um romance ficcional, é um romance histórico que reproduz com propriedade não só a crise econômico-financeira por que passava o país, mas, principalmente, um dos maiores movimentos de repúdio à ditadura militar, o movimento estudantil, que pautou a história do Brasil no ano de 1968.

### **4.3 Arbitrariedades e torturas policiais**

Como dito, a tomada do governo pelos militares, em 1964, deu início a uma perseguição contra todos aqueles que, em tese, conspiravam contra o novo regime. Atitudes até então consideradas normais passaram a ser analisadas sob uma ótica política, de modo a tornar-se crença comum que não só os reais opositores do governo, como também todos aqueles com supostas tendências oposicionistas, deveriam ser castigados e punidos. Não havia critérios objetivos bem definidos para se considerar alguém favorável ou contrário ao regime militar, imperando, no mais das vezes, o subjetivismo. E, justamente por não existirem critérios, é que houve espaço para perseguições, não só aos “dissidentes”, mas a todos aqueles que, de alguma forma, não parecessem simpáticos aos olhos dos militares.

Inimigos pessoais, possíveis concorrentes, desfavorecidos, e quem mais não agradasse às autoridades, poderia, a qualquer momento, ver-se submetido a interrogatório, inquérito, prisão, sessões de tortura, podendo mesmo chegar ao exílio.

Diante desse quadro, a preocupação em não ser considerado opositor do regime era extrema. França Júnior traduz esse receio no romance *O passo-bandeira*, no episódio em que os personagens Paulo César e Haroldo se recordam de um amigo que teve sua profissão de economista confundida com a atividade comunista causando-lhe enorme embaraço. Haroldo conta que Barreto havia vendido uma casa para um Major e que, no dia em que pousou em Natal, pediu que o levasse ao cartório para efetivar os procedimentos necessários à transferência de propriedade. Ali se desenrolou o seguinte episódio:

O Major Luís Antônio havia ido ao cartório e solicitado ao escrivão que deixasse tudo pronto, faltando apenas as assinaturas. Mas quando Haroldo e Barreto chegaram a escritura não estava pronta. Ainda faltavam alguns dados. Tinha muita gente para ser atendida e o escrivão mandou seu auxiliar anotar o que faltava.

- E o rapaz ficou, lá da sua mesa, perguntando em voz alta, e o Barreto do lado de fora do balcão respondendo.

O rapaz perguntou o nome completo e o Barreto disse. Depois confirmou a naturalidade, o estado civil, e quando quis saber qual era a profissão, o Barreto respondeu:

- Economista.

- Ele em vez de responder simplesmente militar, ou oficial-aviador, disse economista

- Haroldo comentou.

E o rapaz levantou a cabeça do livro e falou:

- Mas comunista é profissão?

(...)

- E foi aquele silêncio. Já pensou, naquela época o cara falar assim em voz alta, dentro de um cartório, que alguém era comunista? E logo o Barreto?

E disse que o Barreto tinha perdido a cor.

(...)

- Ele gaguejou, gaguejou e falou para o rapaz: Você está maluco? Está surdo? Eu disse: economista. Economista - Haroldo contou. (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 149-150).

Fica evidenciado nesse trecho a delicada questão da linguagem, que, tendo em vista o excesso de significantes de um lado e a escassez de significados de outro, pode produzir, em determinados contextos, efeitos muitos especiais ou diferentes.

O professor Audemaro Taranto Goulart (2003) defende que, apesar da crítica dirigida a Saussure, Derrida não deixa de reconhecer a grande contribuição que o linguista oferece ao explicitar a noção de significado diferencial, ou seja, a noção de que um signo só faz sentido, só pode ser compreendido, quando colocado numa situação em que ele difere de um outro. Assim é que destaca o princípio da indeterminação na linguagem segundo o qual o significado de um signo é indeterminado, ou seja, ele não fica na dependência nem da intenção nem da presença de um falante, sendo inteiramente relacional e contextual, ou seja, depende do contexto em que foi produzido e interpretado, assim como dos demais significados com os quais está relacionado. O significado de um signo é, pois, invariavelmente, o significado daquele signo-em-um-contexto. E o significado de “comunista” no contexto da época narrada no romance de França Júnior estava inevitavelmente associado à revolucionário e opositor do governo. Era, portanto, não só embaraçoso, como também perigoso, ver-se um militar associado às atividades esquerdistas.

Ainda no mesmo romance, Oswaldo França Júnior descreve, minuciosamente, como ocorreram os inquéritos que resultaram na expulsão de alguns militares da Força Aérea Brasileira. Nos trechos transcritos no item 4.1 do presente trabalho, resta evidenciada a inconsistência dos argumentos utilizados pelo coronel-inquisidor - Ladeira - para justificar

um possível envolvimento do capitão-interrogado – Paulo César – com movimentos de reforma política. O que se vê, na verdade, é uma intenção prévia e certa de excluir alguns militares, entre eles o capitão interrogado. Justificativas, se não as houvesse, seriam inventadas.

Contudo, o despropósito da situação não se limitou aos inquéritos envolvendo militares. A revista *O Cruzeiro*, por exemplo, noticiou, em 06 de julho de 1965, que “a pintora Djanira foi chamada a explicar o motivo pelo qual uma paisagem de Parati tinha um suposto chinês atrás de uma palmeira.” (GASPARI, 2002-a, p. 220).

As arbitrariedades existentes nas Forças Armadas estenderam-se para toda a polícia, que, também responsável pela sustentação do governo militar, viu seu poder cada vez mais ampliado, especialmente após 1969, quando iniciada a Operação Bandeirante, desencadeada com o objetivo de desenvolver sistemas mais eficazes de repressão aos movimentos de esquerda.

A tortura, que em princípio era instrumento para conseguir dos interrogados confissões de envolvimento com ações voltadas para reformas políticas, passou a ser prática comum nas delegacias e cadeias. Presos e detidos, políticos ou não, viam-se sempre na iminência de a ela serem submetidos.

Os ambientes tortuosos onde se realizavam os interrogatórios, por si, já eram suficientes para intimidar. O personagem central do romance *O passo-bandeira* experimenta esse sentimento desconfortável ao ser interrogado no procedimento que precedeu a sua expulsão:

O coronel avisou para que não saísse do prédio e indicou uma sala para que ele ficasse aguardando a entrevista com o brigadeiro, chefe geral dos inquéritos na área.  
 (...) Ficou sozinho, esperando, até que o mandaram para a ante-sala do brigadeiro.  
 - Na ante-sala também fiquei sozinho. Eu e dois soldados de metralhadoras que guardavam a porta do gabinete.  
 (...) - E lá dentro havia uma mesa preta, de madeira, e nela estavam sentados o brigadeiro e dois coronéis que eu não conhecia.  
 O brigadeiro no meio e os coronéis, um de cada lado. Havia também um sargento e três soldados armados de metralhadoras. Os soldados junto às janelas e o sargento junto à porta. O brigadeiro o mandou sentar-se e ele ficou um pouco assustado.  
 (FRANÇA JÚNIOR, 1984, p. 111-112).

Em *Jorge – Um brasileiro*, o escritor, com a sutileza que lhe era peculiar, descreve o ambiente intimidador de uma delegacia do interior de Minas Gerais. Os fios soltos sugerem a prática de uma das formas de tortura mais comuns da época: os choques elétricos. Assim é

que, após um acidente de ônibus, ao ser aconselhado pelo delegado de polícia a tomar um banho na delegacia local, o personagem relata:

(...) Depois que saíram, o sargento mandou o soldado me mostrar onde era o banheiro. (...)

O banheiro era um quarto apertado e escuro. Era forrado de cimento e ficava no fim do corredor. A luz que havia, era uma lâmpada muito fraca, dependurada no teto lá perto da sala. As paredes do quarto não iam até em cima, e era por ali que a luz entrava.

(...)

Abri a torneira e a água era muito pouca. O chuveiro era elétrico, mas não estava ligado e os fios se achavam dependurados. Fiquei com medo de me encostar neles e levar choque. Tive que fechar a porta para a água não espirrar toda para o corredor. O quarto era apertado, estava fazendo frio e lá dentro era escuro. Eu não via nada e não achei o lugar para colocar o sabonete. (...) E no escuro, ali dentro do quartinho, me deu a impressão de que o buraco para onde a água escorria estava cheio de baratas. (...) O chuveiro tinha o jeito de não ser quase usado, e pensei que aquilo devia estar que era só baratas. (...) E eu não podia me encostar nas paredes. E era um quarto muito apertado e escuro.

Olhe, aquele banho foi ruim. Não sei como podem mandar fazer um quarto de banho pequeno daquele jeito, com a porta abrindo para dentro, e escuro. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 49-50).

O que chama a atenção é que, logo após esse banho/tortura, o personagem se depara com o sargento ouvindo e cantando a música “Sentimental demais”. A crítica é veemente: pode haver sensibilidade naquele que tortura?

Abri a porta e não vi o soldado, mas só o sargento que estava sentado, escutando um rádio que estava em cima da mesa. Ele se achava sentado de costas para mim, e no rádio tinha um sujeito cantando, dizendo que era sentimental demais. O sargento estava acompanhando a música, cantando baixo e eu fiquei parado na porta, vendo o sargento fardado e dentro da sala da delegacia, cantando baixinho, dizendo que era sentimental demais. Não fiz barulho e fiquei parado até a música terminar. Depois bati a porta e o sargento se virou e não perguntou, nem falou nada. Nem quando agradei e disse que já ia embora. Só falou para me responder onde ficava a estação da estrada de ferro.” (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 50-51).

Se em *Jorge – Um brasileiro*, o escritor apenas sugere a existência de torturas, as agressões policiais que perpassaram toda a história do período ditatorial brasileiro são totalmente expostas em *Aqui e em outros lugares*, romance publicado em 1980. A cena abaixo narrada bem retrata o que vinha ocorrendo nas delegacias brasileiras:

Mas um deles [um trabalhador do Serviço de Água e Esgoto], em vez de se dirigir para casa, entrou num bar e pediu um aperitivo. (...) E ficou encostado no balcão bebendo e comendo tira-gosto. E olhando um grupo jogar porrinha. Convidaram-no para jogar e ele não quis. (...) E estava assim, bebendo e comendo tira-gosto, quando saiu uma briga. Quebraram mesas e cadeiras e na confusão ele recebeu uma cadeirada nos joelhos. Sentou no chão e não conseguiu levantar-se. Depois todos

correram e ele ficou sentado com as pernas doendo, e olhando para o dono do bar caído de bruços e com a cabeça machucada.

Quando a radiopatrulha chegou, o dono do bar continuava caído e o homem que trabalhava no Serviço de Água e Esgoto continuava sentado e com as pernas doendo.  
(...)

Os soldados empurraram o homem para a radiopatrulha e o levaram para a delegacia.  
(...) Ele entrou na sala andando com dificuldade e o delegado fez-lhe várias perguntas. Ele respondeu dizendo que trabalhava na Prefeitura, no Serviço de Água e Esgoto, era casado e não conhecia nenhuma das pessoas que estavam no bar.

- Não conhecia ninguém?

- Não, senhor – ele disse.

(...)

- Vai passar a noite trancado – disse. – Vamos ver se amanhã sua lembrança estará melhor.

O homem foi levado para uma cela no fundo da delegacia. Uma cela pequena no fim do corredor. Passou a noite sentado num canto, sentindo frio, com as pernas doendo  
(...).

De manhã o delegado voltou a chamá-lo e ele repetiu o que havia dito na véspera.  
(...)

O delegado conferia as respostas e voltava a insistir para que desse os nomes de quem estava no bar na hora da briga.

- Eu não sei, doutor.

(...)

O delegado mandou que o levassem de volta para a cela. O homem disse que precisava sair.

- Preciso trabalhar e passar em casa, doutor.

- E ontem à noite, você precisava passar em casa? – o delegado perguntou. – Ou era dia de beber e quebrar a cabeça dos outros?

- Mas eu não quebrei a cabeça de ninguém – ele disse.

- Se não foi você, quem foi, então?

- Eu não sei, doutor.

- Ah, não sabe?

- Não, senhor.

- Podem levar – o delegado disse aos guardas. E falou para o homem: – Vamos ver quanto tempo você leva para lembrar os nomes das pessoas.

E os guardas levaram o homem de volta para a cela. (FRANÇA JÚNIOR, 1986-a, p. 41-43).

À prisão arbitrária do trabalhador e à tortura psicológica a ele imposta, segue o policial com uma violência ainda maior dirigida a um grupo de jovens:

O delegado olhava para ela ao seu lado, sentada na ponta da cadeira, e olhava para os dois em pé, à sua frente. E continuou fazendo perguntas.

Onde vocês compraram as mercadorias?

A moça deu uma resposta meio sorrindo e ele rodou o braço e bateu com a mão aberta no seu rosto. A moça desequilibrou-se um pouco e o delegado repetiu a pergunta. Ela respondeu o mesmo que dissera antes e o delegado rodou novamente a mão. Mas a moça defendeu-se e quis levantar. O delegado não permitiu. Prendeu-a na cadeira, puxando-a pelo braço. E bateu com força na sua barriga. Ela curvou-se para a frente e ele bateu outras vezes. Bateu na barriga com a mão fechada e na frente do rosto com a mão aberta. Batia com a mão direita, enquanto com a esquerda mantinha-a na cadeira. Depois ele parou de bater e de segurá-la. Ela inclinou-se e caiu com sangue escorrendo pelo nariz. O delegado mandou que se erguesse e sentasse novamente. Ela não atendeu e ele gritou, ameaçando-a. A moça foi erguendo-se, chorando, e ele mandou que parasse de chorar. Os dois outros à sua

frente tinham se assustado muito. O rapaz estava pálido e a moça, com ânsia de vômito.” (FRANÇA JÚNIOR, 1986-a, p.48).

A cena guarda íntima relação com o que costumava ocorrer na época da ditadura, quando os jovens – em regra associados ao movimento estudantil que combatia o regime –, uma vez detidos, eram submetidos a humilhações, agressões e tortura. Não se pode desconsiderar, ainda, que o comportamento do personagem fictício criado por França Júnior em muito se aproxima do adotado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso pela crueldade durante os interrogatórios que conduzia. Reflete, também, aquilo que o Tenente Ailton, ao ministrar o curso de técnicas de tortura, afirmou que vinha ocorrendo nas delegacias brasileiras.

#### **4.4 Revolução cubana: realidade ou utopia?**

Convidado para compor a banca julgadora do prêmio *Casa de las Américas*, em Cuba, Oswaldo França Júnior viaja a ilha de Fidel Castro em 1986. É a partir dessa viagem, do contato com o povo, das observações e impressões da sociedade cubana, que surge o romance *Recordações de Amar em Cuba*.

Como assinala Haydée Ribeiro Coelho:

A contextualização do diálogo entre os mineiros e Cuba decorre de vários aspectos. A repressão política, a partir de 1964, se por um lado, expulsou os brasileiros de sua própria terra, por outro, reforçou, no exílio, a consciência de problemas comuns vivenciados na América Latina.

A revolução cubana, seus ideais, seus heróis percorreram espaços reais e tomaram conta da ficção. Cuba, livre da dominação americana, passou a ser um espaço de realização da utopia possível de vários latino-americanos e brasileiros.

Essa mudança histórica propiciou a retomada, nos textos teóricos, da discussão sobre o papel do intelectual, da cultura, da literatura e da política. A leitura do mundo, realizada a partir de Cuba, concretizou-se pela práxis crítica e literária. Nesse sentido, nos anos 70 e 80, outras capitais, além de Paris, foram tomadas como referências para o latino-americano. Havana, da revolução política, da organização política (“Organização Latino-Americana de Solidariedade”), dos sonhos de vários latino-americanos cassados e exilados torna-se também importante para a produção crítica, literária e histórica. (COELHO, 2000, p. 113-114).

No romance, Oswaldo França Júnior deixa transparecer quão bem sucedida foi a experiência revolucionária em Cuba. A superioridade do regime cubano é revelada em cada capítulo, muitas vezes a partir da comparação estabelecida com o que se via no Brasil.

A ilha, desconhecida pela maioria dos brasileiros, é revelada como um lugar aprazível, onde preponderam a justiça, a igualdade e o respeito às pessoas. Em entrevista ao Suplemento

Literário n.º 1039 de 06/09/86, o romancista chega mesmo a afirmar que encontrou em Cuba mais liberdade que no Brasil: “Liberdade de discutir, questionar, e influenciar ou influir, o que é a mesma coisa, em todas as coisas que são do seu interesse. As decisões são muito mais coletivas. Não há chefia, não tem padrão” (FRANÇA JÚNIOR, 1986-c)

Relatando um episódio no qual garotos cubanos são chamados pela polícia local para explicar o motivo de não estarem na escola naquele momento, França Júnior retoma o tema da arbitrariedade policial brasileira e acaba por justificar o motivo pelo qual lhe parecia haver mais liberdade em Cuba do que no Brasil:

- Não têm medo quando a polícia chega e chama vocês?  
 - Medo? Por quê?  
 - Podem prender vocês.  
 - Os guardas nos prender? Não podem. E por que iam fazer isto?  
 Eu disse que não era difícil no Brasil a polícia prender alguém sem explicar qual o motivo.  
 - E, às vezes, ela bate, machuca uma pessoa.  
 Responderam que ali não, ali os guardas não faziam aquilo. (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p. 36-37).

Também não lhe passa despercebida a igualdade existente na sociedade cubana:

O que me chamou bastante a atenção em Cuba foi a falta de medo das pessoas diante das outras. Não vi ninguém demonstrar medo ou insegurança diante de quem quer que fosse. Os jovens eram sempre desinibidos. Eram atenciosos mas sempre desinibidos. (...)  
 E não só entre as crianças e os jovens, mas entre todas as pessoas percebia-se uma real igualdade no relacionamento, independentemente das funções ou dos cargos.” (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p. 38).

Ao apresentar uma sociedade consciente, desinibida, saudável e, sobretudo, justa e feliz, *Recordações de Amar em Cuba* acaba por dismantlar ideias equivocadas, então difundidas no Brasil, sobre o governo e a sociedade cubana. Trata-se de verdadeira desconstrução das ideias propagadas no Brasil acerca da sociedade e do regime cubano.

O suposto triunfo da revolução cubana, verificado à época pelo romancista, não deixa de remeter às expectativas dos intelectuais daquele tempo, sintetizadas pelo filósofo Jean-Paul Sartre que assim vocalizava o vigor do fenômeno: “É preciso que os cubanos triunfem, ou perderemos tudo, até mesmo a esperança.” (GASPARI, 2002-a, p. 177).

Mais uma vez, Oswaldo França Júnior apela para o poder da literatura como veículo de conscientização das massas. Ao descrever o envolvimento de toda a sociedade cubana com a revolução e os benefícios que dela vinham extraindo as classes mais desfavorecidas, o autor

deixa claro que uma revolução só se sustenta com o apoio de uma sociedade que nela vê refletidos os proveitos auferidos após privações iniciais. Evidencia, ainda, que o uso da força policial é absolutamente desnecessário para a manutenção do poder revolucionário, pois ela se afigura, antes, como aliada do povo.

A comparação entre Brasil e Cuba, com a constatação de que, em Cuba, a esmagadora maioria da população tinha acesso à saúde e à educação, enquanto no Brasil crianças passavam o dia a pedir esmolas nos sinais de trânsito, coloca em xeque o regime político do nosso país, que se impusera com o nítido propósito de combater o comunismo. Esse comunismo, tão temido no Brasil, é apresentado, a partir da experiência vivenciada pelo romancista em Cuba, infinitamente melhor que a brutal e desumana ditadura que tomava conta do Brasil há duas décadas, sustentando-se essencialmente pelo uso da força policial e não atendendo sequer às demandas mais básicas da população.

A grande ironia é que, em meados da década de oitenta, o Brasil caminhava para o fim da ditadura e para a retomada do regime democrático. Cuba, por sua vez, enrijecia o regime, concentrando cada vez mais o poder nas mãos do líder revolucionário Fidel Castro. A sociedade ideal mostrada no romance de França Júnior, sustentada com os aportes generosos de recursos provenientes da antiga U.R.S.S., desvela a face de um regime ditatorial pessoal e extremista no qual ainda se pratica o fuzilamento de dissidentes políticos.

Vale salientar que, ao optar pela exaltação do regime socialista, em evidente oposição ao regime capitalista, França Júnior acaba por esbarrar no que Derrida entende por um tipo de relação de poder autoritária que nada mais faz senão esconder a realidade.

Essa hierarquização, como predomínio de um elemento – o socialismo – em oposição a outro – o capitalismo –, é questionada por Derrida em sua teoria da desconstrução, que põe em xeque, entre outros princípios, o do logocentrismo, como observou o professor Audemaro Taranto Goulart, em suas *Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida* (2003).

Segundo o professor, o logocentrismo marca-se por um grupo de conceitos estabelecidos em categorias opostas no qual um termo estaria em posição de superioridade em relação a outro. Haveria, portanto, uma hierarquização, com predominância do primeiro elemento, em oposições como: espírito/matéria, Deus/diabo, mente/corpo, verdade/mentira. Derrida questiona essa hierarquização, entendendo-a como um tipo de relação de poder autoritária, uma vez que apresenta uma única possibilidade de explicação da realidade e de explicitação da verdade, em termos absolutos. Em suma, Derrida põe abaixo a ideia do dominante.

Ainda segundo o professor, o que a desconstrução visa é o questionamento da estrutura interna dos textos, com a finalidade de pôr a descoberto aquilo que os sintomas dos enunciados acobertam. Essa estrutura que encobre outros significados tem um nome a que Derrida se refere constantemente: a metafísica ocidental. Esta carrega valores tidos como universais, impondo verdades que, segundo Derrida, nada mais são que construções arbitrárias de preconceitos e de pressuposições.

Derrida ataca o cerne da metafísica ao mostrar que o princípio da indeterminação impede a possibilidade de qualquer verdade absoluta. Ele questiona a regra básica da lógica segundo a qual só seria possível determinar a identidade através de dois elementos apenas: a afirmação e a negação. Derrida propõe, desse modo, que se trabalhe no sentido de abandonar a referência a um *centro*, a um *sujeito*, a uma *referência* privilegiada, a uma origem ou anarquia absoluta. A propósito, analisando a teoria derridiana afirma Habermas nO *Discurso Filosófico da Modernidade* que:

O trabalho rebelde de desconstrução visa à destruição das hierarquias habituais de conceitos básicos, à derrubada de contextos de fundação e de relações conceituais de dominação, como entre a fala e a escritura, entre o inteligível e o sensível, a natureza e a cultura, o interno e o externo, o espírito e a matéria, o homem e a mulher. A lógica e a retórica constituem um desses pares conceituais. Derrida tem especial interesse em inverter a primazia da lógica sobre a retórica, canonizada desde Aristóteles.(HABERMAS, 2000, p. 264).

Isto posto, é possível perceber, principalmente através da leitura dos textos da blogueira Yoani Sanchez e dos acontecimentos históricos desencadeados a partir da queda da União Soviética, que *Recordações de Amar em Cuba* encerra valores e preconceitos do autor que comprometem o elemento hierarquicamente valorizado na obra ao pretender impor como verdade absoluta que o socialismo, em detrimento do capitalismo, seria o regime que melhor atenderia aos anseios da população.

Se até a década de oitenta Cuba ainda era exaltada pelos escritores e intelectuais simpáticos ao movimento de 1959, que derrubou o governo capitalista ali instalado, o que se vê hoje são intelectuais cubanos denunciando todas as mazelas que há muito atingem a ilha em razão da ditadura que ali se instalou.

Enquanto França Júnior, à época em que escreveu seu romance, impressionou-se com os sistemas de educação e saúde cubanos, a blogueira Yoani Sánchez, que, a partir dos relatos da vida cotidiana na ilha caribenha no blog *Generación Y* foi eleita pela revista americana

*Time* uma das mulheres mais influentes do mundo, denuncia agora a precariedade dos sistemas na sua obra *De Cuba com carinho*, publicada no Brasil em 2009.

No artigo *Hospitais: você leva tudo?* a escritora noticia a falta de materiais para limpeza das instituições de saúde e até mesmo para a realização de cirurgias:

(...) Entro pela porta do hospital oncológico e a mochila que avulta sobre o meu ombro não deixa que o guarda veja o meu rosto. Pouco importa, pois as famílias dos pacientes têm mesmo que levar tudo e o homem já está acostumado com isso. (...) Começo a desempacotar o que trouxe. Tiro o saquinho de detergente e o aromatizante com os quais vou limpar o banheiro cujo “aroma” inunda todo o ambiente. Com o balde vamos poder dar banho na paciente e descarregar a privada, pois a válvula de água não funciona. (...) Consegui algumas agulhas adequadas para o soro, pois a que ela tem no braço é muito grossa e dói. Também comprei um pouco de gaze e de algodão no mercado negro. O mais difícil – que me custou dias e incríveis negociações – foi a linha de sutura para a cirurgia que vão fazer amanhã. Trouxe, além disso, uma caixa de seringas descartáveis, pois a senhora gritou alto quando viu a enfermeira com uma de vidro. (SÁNCHEZ, 2009, p. 159-160).

A mesma situação caótica toma conta das escolas cubanas, como expõe a escritora no artigo *Lista de pedidos*:

O bolso da minha amiga Yuslemi ainda não se recuperou da última reunião na escola primária do seu filho. Uma parte do encontro com a professora foi dedicada às necessidades da sala de aula e especialmente à discussão da cifra que as famílias vão entregar para comprar o tão necessário ventilador. O tema da limpeza ocupou em torno de vinte minutos e os pais anotaram os vários produtos – como detergente, pano de chão e uma vassoura – que devem trazer nos próximos dias. (...) Quando parecia que o encontro estava terminando, chegou a hora de outro tipo de pedido. Perguntaram se algum pai podia consertar as cadeiras que foram se quebrando, e um senhor levantou a mão para assumir a tarefa. Outro garantiu que levaria um cadeado para a porta e uma mãe se comprometeu a imprimir as provas de matemática que seriam aplicadas no final de janeiro. A escola não tem copiadora nem impressora e, portanto, a reprodução das avaliações depende de algum pai que trabalhe em um centro estatal onde existam esses recursos. Tudo isso foi combinado em uma atmosfera de normalidade e a professora – ao terminar de ler a lista de pedidos – declarou que a reunião tinha sido um sucesso. (SÁNCHEZ, 2009, p. 127-128).

A partir dos dados fornecidos pela escritora cubana, certamente hoje não mais seria viável estabelecer-se a crítica ao sistema de saúde brasileiro que França Júnior entabulou em *Recordações de amar em Cuba* no trecho que segue transcrito:

Perguntei acerca de duas coisas relativas aos hospitais dali que alguns jurados tinham comentado e que me deixavam surpreso. A primeira era que as crianças mais novas quando internadas ficavam acompanhadas por suas mães. (...) A segunda tratava-se de reuniões feitas de tantos em tantos dias pelos pacientes para analisarem o atendimento que estavam recebendo. Julgavam não só as condições gerais de limpeza, higiene, alimentação, como possíveis faltas de atenção de médicos e

enfermeiras. (...) Quanto às reuniões dos pacientes, eu quis saber se os médicos aceitavam normalmente as críticas.

- Todos assistem às reuniões, e quando alguém julga que deve explicar alguma coisa explica.

(...)

Não respondi mas fiquei pensando em alguns hospitais do INAMPS no Brasil e imaginando-os sujeitos às críticas dos doentes. Sendo julgados quanto às condições de higiene, limpeza, alimentação e quanto ao atendimento dos médicos e enfermeiras. (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p. 98-99).

A liberdade que França Júnior diz ter presenciado em Cuba e que ele chegou mesmo a constatar que era maior do que a que se via no Brasil parece ter sido pouco a pouco aniquilada pela ditadura pessoal imposta por Fidel Castro. A própria blogueira Yoani Sánchez foi, por várias vezes, impedida de sair de seu país para participar de eventos, palestras e debates a convite de governos estrangeiros. Além disso, ao contrário do relatado no romance franciano, os nativos cubanos são hoje impedidos de frequentar hotéis das redes internacionais, estabelecimentos esses destinados exclusivamente a estrangeiros.

A revolução, que inicialmente se apresentou aos olhos dos intelectuais como a possibilidade de realização de um ideal aparentemente utópico, ao contrário de afirmar-se como um modelo a ser seguido pelas demais nações, acabou por confirmar o que Marx já previra em casos de prematuração de movimentos proletários: o fracasso inevitável ou a descaracterização da revolução por meio de atos terroristas. É o que explica Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política*, ao explicar sobre a concepção comunista de Marx:

para ele a revolução proletária pode realizar a transformação comunista da sociedade somente quando a evolução capitalista tiver atingido seu cume; qualquer tentativa de apressar arbitrariamente os tempos da revolução levaria somente ao insucesso ou à adoção de medidas terroristas, que descaracterizariam a própria revolução. (BOBBIO, 2009, p. 209).

*Recordações de amar em Cuba*, contudo, foi escrito em uma época na qual ainda predominava a simpatia dos intelectuais pelo regime cubano. Essa exaltação ao regime castrista é bem explicada por Demétrio Magnoli:

O regime castrista sempre contou com a lealdade, senão com o entusiasmo, da maior parte dos intelectuais, dentro e fora de Cuba. A Revolução Cubana era, aos olhos deles, o raio de esperança depois da decepção imensa com a URSS. A Cuba dos Castros representava a fagulha do futuro, uma luz desafiadora às portas dos EUA, a visão de uma nova história tantas vezes profetizada. A narrativa canônica da trajetória cubana, que tolda os fracassos de uma ditadura brutal, foi produzida por intelectuais a partir de uma mistura de fé ideológica e ignorância histórica. (MAGNOLI, 2009, p. 198).

#### 4.5 Capitalismo *versus* Socialismo

A contraposição do regime socialista ao capitalista, com exaltação do primeiro, pode ser percebida não só no romance *Recordações de Amar em Cuba*. A crítica ao capitalismo também resta evidenciada nos romances *Jorge, um brasileiro* e *Os dois irmãos*.

Vale esclarecer que se adota, no presente trabalho, o conceito mais amplo de socialismo, tratando-se de uma “denominação genérica de um conjunto de teorias socioeconômicas, ideologias e práticas políticas que postulam a abolição das desigualdades entre as classes sociais”. (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2002, p. 311). Com isso, incluem-se nesse conceito suas múltiplas variantes, destacando-se entre elas o comunismo.

Há que se ter em vista, ainda, que toda a obra de França Júnior foi escrita em período anterior ao desmantelamento da União Soviética, representante máximo do modelo socialista, e grande financiador do regime cubano.

Vivia-se, então, o período conhecido como “guerra fria”, em que o mundo se dividia em dois blocos político-militares antagônicos liderados de um lado pelos Estados Unidos – defensores do capitalismo – e, de outro, pela União Soviética, sustentáculo dos ideais socialistas.

Ignoravam-se, então, as causas que imporiam o fim do socialismo real implementado por essa última, quais sejam, a incapacidade do país de acompanhar a revolução tecnológica contemporânea, a ausência de práticas democráticas e a frustração das expectativas de progresso material da população. (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2002, p. 314)

Cuba, ao que se pode perceber, há tempos compartilha os mesmos males que culminaram com a extinção da União Soviética. Isso talvez explique a abertura gradativa do regime que vem sendo implementada pelo atual presidente Raúl Castro.

No contexto da guerra fria, em que ambas as potências eram detentoras de arsenais nucleares capazes de destruírem toda a humanidade, evitava-se ao máximo qualquer acirramento que pudesse culminar com o desencadeamento de uma guerra atômica em nível mundial. Conquanto evitassem o confronto bélico, recorriam as potências dominantes a ações psicológicas, com mobilização de recursos de publicidade destinados a conquistar a opinião pública mundial.

Em um país como o Brasil, no qual eram evidentes os investimentos americanos focados na difusão de seus interesses político-culturais, a literatura anti-capitalista aparece como uma reação à ação psicológica implementada pelo governo norte-americano. Não é

demais lembrar que os Estados Unidos incentivaram e apoiaram o golpe militar de 1964 sob o argumento de impedir o avanço comunista que se delineara a partir da posse de João Goulart na presidência do Brasil.

Considerando que Oswaldo França Júnior defendeu a posse de Jango em 1961 e que foi expulso das Forças Armadas em 1964, não é de se estranhar que suas obras explorem temas contrários aos que se veiculavam nas propagandas, noticiários e filmes americanos aqui difundidos. Pode-se inferir, então, que a exaltação do regime cubano e a ênfase dada às injustiças provocadas pelas desigualdades sociais aparecem na obra franciana como forma de reação ao regime norte-americano.

#### **4.6 A conscientização da desigualdade entre empregador e empregado**

Em *Jorge, um brasileiro* a desilusão com o capitalismo se expressa através da reflexão e frustração do herói-protagonista em relação ao patrão.

A inocência, representada pelo empenho absurdo de Jorge em atender às ordens do senhor Mário, vai, a partir das experiências vivenciadas pelo personagem e das decepções por ele experimentadas em relação ao comportamento do patrão, sendo sucessivamente espicada até que se revela inevitável o rompimento da relação entre os dois.

Assim como o ingênuo personagem balzaquiano – Lucien – que sai de sua pequena província Angoulême para buscar consagração literária em Paris e perde todas as suas ilusões relativas ao mundo literário e ao seu futuro profissional, o personagem franciano também vê cair por terra todas as suas crenças em relação ao trabalho no qual há muito se empenha. Mas sua desilusão parece ainda maior, pois, ao contrário de Lucien, Jorge jamais se deixa corromper ou sucumbir a pequenas ambições quando se propõe a desempenhar uma tarefa.

O personagem-narrador relata suas desilusões a um interlocutor desconhecido e silencioso a partir do episódio em que o patrão – senhor Mário – lhe incumbe de buscar oito carretas carregadas num prazo exíguo e em época desfavorável. Sem ultrapassar uma semana Jorge deve levar de Caratinga para Belo Horizonte oito carretas carregadas de milho. Devido ao excesso de chuvas, as estradas estavam extremamente deterioradas, o que impedia o acesso dos caminhões à capital mineira.

O patrão capitalista, ávido pelos lucros que a viagem poderia lhe render, desconsidera os obstáculos causados pelo temporal e incumbe Jorge de sair de Belo Horizonte para buscar os caminhões carregados, então parados em Caratinga. Contudo, não assume explicitamente

que seu principal interesse é o retorno financeiro decorrente da efetivação da entrega da mercadoria. Justifica a necessidade de realização da viagem pelo fato de ter empenhado sua palavra no sentido de que o carregamento dos cereais estaria em Belo Horizonte na data prevista para a inauguração da Refinação.

A aproximação entre o capitalismo e a figura do patrão de Jorge foi apontada por Maria Angélica Guimarães Lopes do seguinte modo:

Honesto, trabalhador e corajoso, o protagonista é um bandeirante moderno a desbravar sertões perigosos. Enganado e maltratado pelo sr. Mário, Jorge é o retrato de sua pátria, explorada e roubada, igualmente por patrões desonestos. E quem seriam tais patrões? Militares despóticos? As multinacionais? Ou outros brasileiros que venderam e vendem seu País através de negociatas que lhes rendem polpidos lucros depositados em bancos estrangeiros? Em leitura alegórica, o patrão de Jorge representa qualquer uma dessas entidades. É certamente o capitalista, em sua acepção odiosa, marxista e barthesiana, que delega trabalhos e problemas a subordinados, como Jorge, enquanto embolsa lucros exagerados. (LOPES, 2010, p. 33-34).

Jorge se acostumara a receber do patrão não só tarefas desagradáveis, como demitir funcionários, mas também tarefas que a outros pareciam impossíveis. O patrão chegava mesmo a fazer negócios arriscados contando que Jorge se empenharia em acertar as coisas. Assim aconteceu quando trocou sua oficina de Volkswagen por cinco caminhões concretiros, todos enguiçados. Instado a reconhecer que havia apanhado um monte de ferro-velho e a contar a coisa como prejuízo, o patrão comenta que sabia que Jorge colocaria os caminhões funcionando. E de fato o empenho do empregado foi tamanho que os cinco veículos voltaram ao funcionamento normal, rendendo ao patrão enormes lucros.

Jorge era tão preocupado e dedicado ao trabalho que o colocava sempre em primeiro lugar na sua lista de prioridades, preterindo, para o bom funcionamento dos negócios do senhor Mário, até mesmo seus próprios interesses pessoais. Acreditava no trabalho. Confiava no patrão.

A viagem narrada, contudo, mostra-se diferente dos demais serviços realizados por ele anteriormente. Durante o trajeto, Jorge parece refletir mais e melhor sobre sua vida e sobre suas condições de trabalho. Ele passa a não mais depositar no empregador a mesma confiança de antes e, ao fim da empreitada, confirma o que então vinha refletindo: que não era valorizado, que seu esforço não lhe trouxe qualquer benefício e que o patrão capitalista preocupava-se exclusivamente consigo e com seus lucros.

Em meio a todas as dificuldades da tarefa, que ele não se furta em fazer o possível e o impossível para realizar com o fim de cumprir a palavra dada pelo patrão, o personagem acaba por rememorar episódios que descredenciam o empregador perante o olhar do empregado e põem à mostra a exploração decorrente da relação de trabalho.

Na viagem de trem com destino à Caratinga, após o acidente que impossibilitou o ônibus de seguir viagem, Jorge, ouvindo dois outros passageiros conversarem sobre coisas relacionadas à casa e à família, constata que não tem nada, que sua vida tinha sido, até então, só trabalho:

E eu pensando comigo que eu nunca tinha tido uma casa minha mesmo para morar. E que se fosse contar, ia ver que, depois de começar a trabalhar para o senhor Mário, tinha morado mais tempo em barraca e cabina de caminhão, do que em casa, ou barracão, ou garagem, ou escritório. E que nunca também tive lugar certo para morar muito tempo. Sempre foi aquilo de mudar de um lugar para o outro. De ir trabalhar num lugar e depois ir para o outro, e depois outro. (...) Fiquei pensando que, se eu trabalhasse muito tempo num lugar só, e se tivesse uma casa, e chegasse e estivesse chovendo, eu iria tirar o sapato antes de entrar e, lá dentro, poderia estar a Sandra. E na hora que eu entrasse, ela poderia estar costurando, ou lendo uma revista, ou fazendo qualquer coisa, e isso seria bom. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 54).

Ele pensa nas carretas paradas e na tranquilidade do patrão que, muito provavelmente, estava a desfrutar a vida com os amigos e com a amante, na certeza de que o empregado traria a carga na data prevista para a inauguração. Lembra-se que o senhor Mário fingia saber das coisas, mas que, na verdade, era ele – Jorge – quem as tinha que descobrir sozinho para executar a contento o serviço que lhe fora delegado. Eis a imagem que se apresenta do patrão:

E fiquei também pensando que naquela hora o Luís devia estar dentro do caminhão lá em Caratinga, esperando. E o senhor Mário com o amigo dele e a loura, descansando e sabendo que o milho iria chegar para a inauguração, e que no dia estaria bebendo uísque e fazendo votos para o êxito da Refinação. Estaria com aquele sorriso de quem sabe sempre o que está falando. Eu conhecia esse modo dele ficar rindo e parecendo conhecer uma coisa sem conhecer. E sabia até com os olhos fechados. E me lembrava de como ele virava-se para mim e explicava as coisas que eu tinha que fazer. E como eu ficava satisfeito de poder resolver tudo. Foram muitas as vezes que isso tinha acontecido. Mas a cada vez ele ia ficando com a cara de quem conhecia mais as coisas e me explicando menos como fazer. Deixando para eu descobrir sozinho. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 56).

E ele se recorda de um serviço que o Senhor Mário se comprometeu a fazer na construção de um hotel na ilha do Bananal. E que o patrão, sem nunca ter visto o lugar, afirma para o engenheiro de Brasília, responsável pela contratação, que conhece o local só para pegar o serviço. Firmado o contrato, ele explica a Jorge que não haveria problemas na

execução, que dois aviões faziam o trajeto de lá até Brasília diariamente e que qualquer problema era só avisar que ele resolveria logo. Mas Jorge percebe logo que não era tão simples assim. No lugar não havia comida disponível e tampouco gasolina para abastecer os caminhões. A estrada de acesso era extremamente precária. Além disso, o atraso dos pagamentos dos motoristas era constante e às vezes ficavam sem dinheiro sequer para repor as peças estragadas dos caminhões. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 56-57).

Assim caracterizando o patrão, fica evidenciada a intenção do romance em associá-lo à figura do empregador capitalista, que, sempre ávido por lucros, não se importa com as condições de trabalho dos empregados, exigindo, contudo, sempre mais dedicação e maior produtividade.

O personagem deixa ainda transparecer que, como todo capitalista, não interessa ao empregador qualquer ascensão do trabalhador. A ele só convinha a dependência econômica de Jorge. Era uma forma de mantê-lo sob suas ordens e ter sempre à sua disposição a força de trabalho do empregado. Assim é que ele se esquivava de emprestar a Jorge a quantia necessária para a realização de um negócio que lhe parecera favorável:

Quando o Fefeu me procurou para devolver a correia, fiquei conhecendo o irmão dele, e ficamos amigos. Foi ele que um dia, em Belo Horizonte, me contou dos pneus que o Departamento de Transportes de Brasília ia vender. E eu fiz as contas e o negócio era tão bom que até senti uma coisa apertando dentro de mim. Falei com o senhor Mário para ele me emprestar um dinheiro, porque, você sabe, na hora em que você precisa, você tem que ir onde você trabalha. Mas o senhor Mário na hora estava com pressa e não me escutou direito. Só bateu no meu ombro e falou que era para eu não esquentar a cabeça, não. E no mesmo dia, à noite, o carro dele furou o pneu e ele telefonou dizendo que não tinham macaco nem chave de rodas. Foi naquela noite que eu falei com você que vi a loura dormindo de boca aberta. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p.63).

Ao encontrar-se com um antigo amigo, com quem já havia trabalhado, Jorge percebe que este, trabalhando por sua própria conta – já que agora era proprietário de uma oficina mecânica –, obtivera retorno financeiro muito superior ao dele, que continuava vinculado ao senhor Mário. E não era só isso, o amigo tinha uma situação pessoal invejável, coisa que Jorge, caso continuasse a trabalhar da forma como vinha fazendo, dificilmente conseguiria conquistar. O reencontro com o amigo faz com que o personagem mais uma vez coloque em dúvida sua opção em insistir naquela relação de emprego em que apenas uma das partes sai ganhando. Depois de ter conhecido a oficina e a família do amigo, Jorge, tentando descansar um pouco, faz a seguinte reflexão:

Não dormi, mas fiquei pensando e achei aquilo até engraçado, porque o Altair tinha sido meu empregado na estrada, ou pelo menos, eu é que o tinha contratado, e quem o pagava, e também fui eu que o despedi quando o serviço terminou. Ele era meu amigo e não tinha nada naquela época e depois aquela casa e tudo ali era dele. E ele fazia as coisas que queria, e a mulher olhava para ele, e eles eram casados e era uma coisa que eu fiquei pensando ali naquele silêncio, dentro da sala que era dele. E nós havíamos trabalhado juntos, e ele parecia que continuava a mesma coisa, e eu também não devia ter mudado muito no meu modo de ser. E o serviço que eu fazia naquela época lá da estrada, eu ainda era capaz de fazer do mesmo modo ou até melhor. A única coisa que eu sabia que estava diferente era aquilo de ficar pensando tanto. Antes eu não pensava. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 93).

Além desses episódios que fazem Jorge refletir sobre sua condição de vida e de trabalho, o protagonista presencia, ainda, outras situações em que lhe é possível perceber que os interesses econômicos não raro preponderam sobre os demais, inclusive sobrepondo-se à ordem legal vigente no país. É o que acontece logo na primeira parte de seu percurso, quando o ônibus que ele tomara com destino à Caratinga choca-se com um caminhão-tanque.

Evidentemente errado, o motorista do ônibus, sob o falso argumento de que o caminhão estava vazando gasolina, cuida de providenciar a remoção do veículo do lugar da colisão de modo a afastar sua responsabilidade. Como o motorista do caminhão insistia na perícia, dois rapazes que passavam numa camioneta pelo local, impedidos de seguir seu trajeto, acabaram por ter que buscar o delegado para solucionar a questão. Por estar machucado, Jorge segue com eles até a cidade de Ipatinga, a mais próxima do ocorrido.

Ao encontrarem o delegado, Jorge relata tudo o que tinha presenciado no episódio do acidente. Não omite a culpa do motorista da empresa de ônibus e a simulação por ele entabulada. Apesar disso, fica insinuado no romance que o delegado não parecia disposto a imputar qualquer culpa ao responsável pela linha de transporte coletivo. Ele comenta com o seu assistente que, com mais aquela batida, a empresa acabaria perdendo a concessão da linha de transporte, pois naquela semana já era o quinto acidente. Demonstra, ainda, preocupação relativa aos sócios da empresa e aos empregados com carteira assinada, o que se revela completamente despropositado ao se apurar as causas do acidente e a responsabilização dos culpados:

O delegado que estava olhando lá para o lado da cerca perguntou, sem virar a cabeça, por que então não haviam, os dois motoristas, chegado a um acordo lá mesmo na estrada. Comecei a falar e fui dizendo aquilo que eu tinha visto, e não escondi nada. E ele escutando, e até o negócio do ônibus ter dado marcha à ré eu disse. E também que o motorista do caminhão só dizia que desejava a perícia. O delegado me perguntou se eu achava que ele, o motorista do caminhão, estivesse tonto. Não entendi e ele tornou a falar, e aí eu entendi e disse que não, que não me parecia bêbado. (...) Enquanto a gente ia para a delegacia, o delegado tornou a me

perguntar como havia sido tudo, e tornei a responder. E desta vez ele não perguntou aquele negócio de achar que o motorista estivesse tonto. E tudo eu repeti como havia dito antes, perto da cerca do pasto, e como havia visto lá na estrada. Então o delegado falou com o Romeu, que era o que ainda estava com a corda na mão, que com aquela ele iria fazer a linha perder a concessão. E continuou a falar e eu fiquei sabendo que naquela semana a linha já havia batido cinco vezes. Compreendi, então, por que haviam feito aquela confusão toda. E o delegado continuou a falar, e disse coisas de “Departamento”, e de “carteiras assinadas” e de “sócios”, e o médico me convencendo que o joelho ia ficar bom. E com um cheiro de bebida daqueles. Não fiquei entendendo muito bem como era o problema da empresa. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 44-47).

Pode-se extrair da preocupação externada pelo delegado que este está mais interessado em preservar a ordem econômico-social estabelecida do que em apurar a verdade dos fatos. Por isso, em princípio, parecia-lhe mais conveniente constatar a embriaguez do motorista do caminhão do que responsabilizar a sociedade empresarial.

Vale observar que o autor deixa ao leitor a incumbência de extrair suas próprias conclusões em relação ao comportamento do delegado uma vez que tudo é colocado de forma implícita e fragmentada. Além disso, o narrador-personagem não emite qualquer opinião a respeito do assunto, já que, supostamente, não havia entendido muito bem o problema da empresa.

Pode-se perceber aqui não só a voz daquele que Umberto Eco chama de “autor-modelo”, como também a invocação de um “leitor-modelo”.

Para o crítico italiano

o autor-modelo é uma voz que nos fala afetosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como leitor-modelo. (ECO, 1994, p. 21)

No episódio antes exposto esse autor-modelo se vale da estratégia de mostrar e esconder ao mesmo tempo. Se, por um lado, ele expõe o episódio da simulação empregada pelo motorista da empresa de transporte intermunicipal e a preocupação do delegado em constatar, não a responsabilidade do empregado, mas a embriaguez do motorista do caminhão, por outro lado, a voz narrativa, dissimuladamente, afasta quaisquer constatações que eventualmente poderiam ser extraídas a partir das observações do personagem Jorge. Supostamente o personagem central não sabe muito bem o que está acontecendo. Ao assim fazer, pode-se afirmar que esse autor-modelo conta com a colaboração de um leitor de tipo ideal, que atua como colaborador da história que se narra e que se pergunta que tipo de leitor a

história deseja que ele se torne, ou seja, conta-se com a colaboração de um leitor-modelo. Isso porque, ao afirmar que Jorge não tinha entendido muito bem os problemas da empresa, a voz narrativa deixa exclusivamente ao leitor-modelo a tarefa de desenterrar as insinuações que dizem respeito ao não dito.

A ideia de predomínio dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos individuais já havia sido exposta em *O viúvo*. Também nesse romance fica ressaltada a proteção, ou a não investigação da responsabilidade da empresa de transporte coletivo envolvida no acidente que deformou o rosto dos filhinhos do narrador-personagem. A notícia de jornal deixa claro que os interesses das empresas de transporte (capitalistas) sempre prevalecem sobre os das suas vítimas:

Numa banca de revista vi um jornal preso por dois prendedores de roupas e que trazia um artigo sobre o desastre com o ônibus. O artigo dizia que estava provado, e que ninguém mais duvidava, que a culpa das mortes e dos feridos era exclusivamente da falta de cuidado do motorista de ônibus. O do carro não tivera culpa nenhuma. E o artigo dizia também que talvez os ocupantes do carro tenham morrido sem saber por quê. E afirmava que aquilo seria esquecido, e que as empresas continuariam a empregar os mesmos motoristas e eles a agirem do mesmo modo. (FRANÇA JÚNIOR, 1975, p. 122).

Jorge se recorda, ainda, de policiais que, aliados aos empresários contratantes de mão-de-obra nordestina, prestavam-se à coação de trabalhadores, aliciados para prestar serviços em regime de semi-escravidão, de modo a desencorajá-los a abandonar seus empregos. O próprio Jorge, em trabalho numa pedreira, se vale desses policiais para subverter a relação de emprego estabelecida com os trabalhadores contratados pelo seu patrão:

Na primeira vez que fui com o Celso arranjar os cearenses que tinham chegado no caminhão de um motorista conhecido dele, ele foi tratar do preço e me falou para ir escolher os que eu achasse mais fortes. Eles estavam em fila e todos querendo ser escolhidos. (...) E [Celso] reuniu o pessoal que ele tinha escolhido, e ele e o motorista falaram com os homens que o preço da passagem era três meses de trabalho, e que não podíamos pagar nem um tostão a mais. Alguns reclamaram, dizendo que três meses era muito, que o motorista havia prometido a eles que a passagem era só trinta dias. O motorista, então, falou que ele não sabia que iam comer tanto na viagem. (...) Falou também que ali em Brasília muitos caminhões estavam chegando, e ninguém andava precisando de trabalhadores. (...) E falou até que os homens concordaram com os três meses.

Mais tarde arranjamos dois soldados que ficaram nossos amigos, e que a gente dava presentes para eles, e eles falavam para os cearenses que eles tinham que cumprir o trato. Que ali não era o Ceará. E que trato era trato. Que o homem que não cumprisse iria para a cadeia. E que ali tinha homem demais, e um a mais ou a menos não iria fazer diferença. Os paus-de-arara acabavam sempre concordando, e a gente os levava nos caminhões e eles trabalhavam, e não deixávamos que saíssem da pedreira para não ficarem espertos e começarem a fugir. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 144-145).

Evidente, pois, a exploração da força de trabalho dos hipossuficientes, acentuada com cores fortes no regime capitalista. Como só interessa aos empregadores o retorno financeiro decorrente da mão-de-obra produtiva, Jorge acaba por ser considerado desnecessário às atividades desenvolvidas pelo patrão. Isso porque, apesar de todos os esforços por ele empreendidos para cumprir a palavra dada pelo senhor Mário, ele só consegue chegar com as carretas em Belo Horizonte uma semana após a data acertada para a entrega da mercadoria. Uma ponte quebrada, que resulta na absoluta impossibilidade da travessia, retarda a viagem e impede o cumprimento do prazo. É o suficiente para que o patrão se esqueça de todos os serviços anteriormente executados pelo empregado com extrema diligência e presteza. A ideia de “prejuízo” vislumbrada pelo capitalista apaga as qualidades e os bons préstimos do diligente empregado.

As recomendações dadas aos outros funcionários no sentido de não mais autorizarem Jorge a dormir na garagem dos caminhões concreteiros – onde, até a data anterior à viagem, ele dormia – e de exigirem dele todas as notas relativas às despesas de viagem – o que, até então, nunca lhe havia sido exigido – deixam evidente para Jorge que se romperam os laços de confiança até então existentes entre ele e o empregador. E isso se deu não por sua culpa, não por desídia sua na prestação do serviço. Fizera o possível e o impossível para chegar na data apazada. Mas não tinha como transpor o rio, não tinha como construir outra ponte. Mas o patrão não se deu sequer ao trabalho de ouvi-lo. A ordem de não dormir mais na empresa e de apresentar as notas vieram de subalternos.

Jorge sela, então, o rompimento do vínculo de confiança entre os dois: beija a mulher do patrão e abandona o emprego. Do seu trabalho leva apenas coisas que cabiam em duas bolsas. Tinha a pretensão de não mais se lembrar dessa viagem e desses acontecimentos posteriores. Constata, todavia, ser impossível deixar de rememorar o que já viveu:

E fui na garagem dos concreteiros, e peguei minhas coisas que eram poucas, e coloquei tudo dentro das minhas duas bolsas, e saí dali. E digo para você que não gosto mais nem de me lembrar dessas coisas, e só me lembro mesmo, quando alguém chega e a gente fica batendo papo. Porque, você sabe, a gente não consegue ficar conversando muito tempo sem no fim falar do que a gente já fez, ou do que a gente já foi. (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 193).

Enfim, como bem sintetizado pela professora Melânia Silva Aguiar, a viagem relatada no romance é uma viagem de conscientização do personagem em relação à desigualdade que se estabelece, num regime capitalista, entre empregados e empregadores:

Se inferirmos que o romance Jorge, um brasileiro representa, um tanto rasamente, a velha contenda do bem contra o mal, não estaremos certamente próximos do sentido maior do romance, que aponta, antes, para a necessidade de tomarmos mais profunda consciência de nosso estar no mundo e do peso de nossos atos e escolhas. Sobre esta necessidade Oswald se manifesta, falando da viagem de Jorge, “como uma viagem conscientizante, social e existencial, dentro de uma viagem física. Ou seja, Jorge se conscientiza social e existencialmente de que não há igualdade de condições entre empregador e empregado, entre patrão e assalariado. (AGUIAR, 2009, p. 25).

Não se pode deixar de observar que essa conscientização vivida pelo personagem parece ter sido experimentada também pelo romancista. Ainda que não se possa falar no âmbito das Forças Armadas, em relação de emprego no sentido capitalista, França Júnior também viu quão frágil era a situação dos militares hierarquicamente inferiores. Assim como Jorge foi injustiçado pelo patrão, o escritor parece ter sido injustiçado por aqueles que, amparados pela força capitalista – inclusive dos Estados Unidos, alcançaram o poder no Brasil.

Como seu personagem, o romancista também resiste em lembrar os episódios que culminaram com a perda de um emprego que lhe dava dignidade e lhe trazia muita satisfação. E, finalmente, como o seu personagem, acaba por confirmar a impossibilidade de “ficar conversando muito tempo, sem no fim falar do que a gente já fez, ou do que a gente já foi.” (FRANÇA JÚNIOR, 1988, p. 193). Assim é que, depois de nove romances escritos, França Júnior traz a lume em *O passo-bandeira* parte da história de sua vida que não gostava de lembrar e que por tanto tempo se esquivou de contar.

#### **4.7 O selvagem e o civilizado**

A contraposição entre o capitalismo e o socialismo ainda pode ser percebida no alegórico romance *Os dois irmãos*.

Os personagens inominados, aos quais o narrador se reporta através do “homem” e do “seu irmão”, simbolizam o antagonismo de dois ideais: o primeiro fulcrado no lucro, no materialismo, e o segundo ancorado na solidariedade humana e no misticismo.

O “homem”, que após a morte do pai decide aproximar-se mais do seu irmão, passa a segui-lo na constante tentativa de fazê-lo mudar de vida. Isso porque o irmão insiste em seguir sinais que supostamente lhe indicariam o lugar onde seriam encontradas pedras preciosas.

O contato fraterno põe em contraste a personalidade e os interesses de cada um deles. O “homem”, extremamente racional, pretende que o irmão siga seus passos profissionais de modo que possa prover o seu sustento e o de sua família. O “irmão”, por sua vez, prefere seguir sinais místicos na busca da realização profissional. Mas, ainda que tenha que adiá-la ou mesmo abandoná-la, opta sempre por socorrer aqueles que necessitam de sua ajuda. Assim, ignora as orientações do irmão, desprezando qualquer atividade que só lhe traga lucro. Esse comportamento do “irmão”, que põe em plano secundário as necessidades materiais, é veementemente rejeitado pelo “homem”:

E quando encontrou o irmão ele estava sentado próximo aos outros que trabalhavam cortando sempre-vivas.

- Quando soube que você estava aqui, pensei que também estivesse apanhando flores.

- Não estou – disse o irmão.

- O que está fazendo, então?

- Foi para dentro desta terra que entrou o veio de ouro que segui desde o leito do rio.

- É só isto que você está fazendo? Pensando no ouro? Os outros não estão pensando, estão apanhando flores e tendo lucros.

O irmão não lhe deu resposta. Continuou como estava: sentado, pensando. O homem saiu de perto e começou a andar. E viu que entre todos ali, apenas dois não se preocupavam com o quanto iam lucrar. Seu irmão e o louco a quem chamavam de “Rei das Sempre-Vivas”. Ele olhou o louco com seu feixe de flores amarrado na cabeça, andando de um lado para outro, e olhou para o seu irmão sentado, quieto, pensando no veio de ouro dentro da serra. E se aproximou do irmão e falou:

- Só vocês dois não estão apanhando flores. Só vocês não estão preocupados com quanto dinheiro podem conseguir.

O irmão não respondeu e o homem continuou:

- Ninguém está procurando riqueza, mas todos estão garantindo algum dinheiro. E só vocês dois não estão tendo lucro. (FRANÇA JÚNIOR, 1979-b, p. 23-24).

O “homem” é incapaz de compreender esse comportamento do irmão, desvinculado de qualquer preocupação em acumular bens e riqueza. Ele não consegue alcançar as reais pretensões do irmão caçula. O materialismo e o individualismo, próprios do regime capitalista, impregnaram-lhe de tal forma, que lhe impedem de solidarizar-se ou sensibilizar-se com o sofrimento alheio. Suas preocupações restringem-se à família e a si próprio.

O irmão caçula, que supostamente está em busca de grandes tesouros representados por jazidas ainda intocadas de pedras preciosas, ao contrário, parece mesmo realizar-se pessoalmente na ajuda aos pobres, dementes, feridos, enfim, àqueles que, de alguma forma, demandam uma atenção que raramente é oferecida por pessoas, que, como o seu irmão, só se preocupam consigo mesmo e com sua família.

A riqueza que o irmão parece buscar é a mesma idealizada pelo regime socialista: o bem comum e a igualdade entre as pessoas. Para ele, o trabalho só faz sentido se estiver ligado

à ideia de solidariedade. Não lhe importa auferir qualquer lucro individual se não puder cooperar com o próximo. Seu objetivo maior é ajudar quem se coloca em seu caminho em situação que demande auxílio. Ele não questiona, não condena e não se preocupa em modificar as pessoas ou convencê-las a fazer o que não querem. Ajuda simplesmente.

Esse “irmão”, despojado da avidez pelos bens materiais, encarna bem a figura do selvagem, na relação antropológica feita por Lévi-Strauss, quando contrapõe o civilizado e o selvagem, retirando a ênfase que a cultura ocidental joga sobre o primeiro. Pode-se mesmo afirmar que se opera no romance o descentramento proposto por Derrida, uma vez que a narrativa põe em xeque a superioridade do pensamento civilizado sobre o pensamento primitivo.

O professor Audemaro Taranto Goulart, em sua *Introdução ao Estudo do Estruturalismo*, é bastante esclarecedor ao apresentar a ideia de descentramento e como ela perpassa os mais variados campos da história e da cultura.

Afirma o professor que “foi em nome de uma pretensa objetividade científica que a etnologia tradicional procurou classificar o pensamento primitivo num estágio anterior ao do homem civilizado.” (GOULART, 1976, p. 13).

Tendo em Lévi-Bruhl seu principal representante, sustentava a etnologia tradicional a inferioridade do desenvolvimento da mentalidade primitiva ao fundamento de que esta “seria mágica, tendo do mundo uma visão compactada, pouco detalhada e esclarecedora, enquanto que a mentalidade do homem civilizado caracterizar-se-ia pelo uso coerente da análise, descobrindo nos fatos todas as relações de causa e efeito.” (GOULART, 1976, p. 12).

Anular essa suposta diferença entre o pensamento primitivo (ou selvagem) e o pensamento civilizado foi uma das grandes preocupações de Lévi-Strauss, como explicitou Goulart.

Para o antropólogo francês, o pensamento primitivo sempre buscou a lógica. Prova disso revela-se na construção dos mitos, como forma de explicar tudo que lhe é estranho ou desconhecido. Outra demonstração do espírito técnico do homem primitivo pode ser vislumbrada na utilização do fogo para cozinhar. Ao fazê-lo, “ele realizou a passagem da natureza para a cultura. (...) O mesmo poderia ser dito a respeito da agricultura que se deve à logicidade do espírito dos selvagens.” (GOULART, 1976, p. 13)

Não bastasse, sustentava o antropólogo a coexistência, no homem, do pensamento selvagem e do científico, sendo que, no homem civilizado, a representação mais característica do pensamento selvagem estaria manifesta na arte.

O romance de França Júnior também se debruçou na tarefa de anular uma suposta superioridade do pensamento civilizado em relação ao pensamento selvagem. A mentalidade mágica que em princípio parece dominar o irmão caçula, que se ocupa em seguir sinais místicos e dar ouvidos aos loucos, ao contrário do que defendia Lévi-Bruhl, não se apresenta como uma visão compactada do mundo. Ao contrário, esse irmão parece buscar “dentro de sua lógica uma visão do mundo que satisfaça o espírito.” (GOULART, 1976, p. 13). Ele busca sua realização não em um objeto, mas na figura do outro. E o pensamento do irmão mais velho, que pode ser associado ao pensamento civilizado, sustenta-se em uma lógica absolutista, esta sim compactada, onde o elemento predominante é a realização financeira.

Ao contrapor os dois irmãos o romancista atendeu à proposta de Derrida no sentido de ser necessário o abandono de um centro ou referência privilegiada. Ao apresentar um irmão centrado nas questões financeiras e outro centrado na ajuda ao próximo, o romance acaba por questionar o pensamento civilizado e, conseqüentemente, o saber adquirido. Resta evidenciado na obra que, enquanto o primeiro tem como foco o encontro entre sujeito e objeto (o dinheiro), o segundo busca o encontro entre dois sujeitos, ou seja, a intersubjetividade. Opera-se, pois, no texto um verdadeiro descentramento, vez que resta mitigada a superioridade do pensamento civilizado. O professor Audemaro Taranto Goulart bem sintetiza essa ideia:

Portanto, negar o primado do pensamento científico sobre o pensamento selvagem (...) é questionar o saber adquirido, operando-se um descentramento. Por essa via, descentrando-se o subjetivismo instalado no homem europeu adulto e civilizado, prepara-se o terreno para a investigação. (...) Essa idéia de descentramento abre a possibilidade de se pensar o outro pelo fato mesmo de que se produz ‘a suspensão das categorias operantes no pensamento constituído: estão em discussão tanto a psicologia intelectualista do ‘adulto europeu’ quanto os próprios quadros da lógica tradicional’. O objetivo é pois buscar uma experiência estranha à nossa. (...) no momento em que questionamos o saber do homem civilizado em relação ao selvagem, estamos questionando não apenas as funções do sujeito humano em relação a ele, selvagem, mas em relação a nós mesmos. (GOULART, 1976, p. 15).

Assim como Jesus Cristo ou como Buda, o irmão chega mesmo a abdicar do convívio com sua família para dedicar-se à caridade. O “homem” não se conforma com esse tipo de atitude. Suas ambições materiais não lhe permitem compreender como pode seu irmão furtar-se aos seus deveres de pai e de marido para dedicar-se a seguir sinais místicos e a ajudar pessoas que ele sequer conhece. A contradição entre a ambição do “homem” e o espírito caridoso do irmão fica evidenciada no trecho a seguir transcrito, que revela que, enquanto o segundo se esmera em socorrer um ferido, o outro, que o acompanha, apenas procura

convencê-lo a abdicar da tarefa e dedicar-se a algo que lhe seja rentável. O “homem”, centrado em si e em seus propósitos materialistas, não se coloca, em momento algum, na posição de também ajudar a transportar o ferido. Tudo que vai além de si e de sua família lhe é completamente indiferente:

O homem chegou à casa do irmão e perguntou:

- Onde ele está, Maria?

- Ele foi ajudar a levar um homem à cidade – ela respondeu.

- Que homem?

- Um homem ferido que passaram por aqui levando.

(...)

O homem seguiu o caminho que passava pela Mata da Saia, e quando encontrou o irmão ele estava junto com os outros, carregando uma rede. Dentro da rede ia um ferido. Eles seguiam andando depressa e na hora de descansar paravam na sombra de uma árvore e colocavam a rede no chão. (...) O homem cumprimentou o irmão e perguntou:

- Quem vocês estão levando?

- Um ferido que precisa ir ao médico.

(...)

- A mulher diz que ele deu um pulo enquanto dormia e bateu com a cabeça no chão.

(...)

- Ela diz que, às vezes ele sonha que o estão perseguindo. E nestas vezes se levanta e sai correndo, ainda dormindo.

(...)

O homem ficou olhando o ferido dentro da rede. (...) Dois apoiaram nos ombros o pau em que a rede estava amarrada e saíram andando depressa. Os outros seguiam em volta, revezando. O homem foi ao lado do grupo, e quando o irmão largava o pau que suportava a rede ele se aproximava e falava com ele. O irmão não respondia e o homem pensou em fazer perguntas que o obrigassem a falar.

- Ele também podia ter sonhado que estavam queimando sua casa, não? – disse uma hora.

(...)

- É verdade – respondeu o irmão. E disse: - Mas agora está ferido e temos que levá-lo.

(...) E outra vez ajudaram a carregar o ferido, revezando-se no pau onde a rede ia amarrada. (...)

- O homem parou e chamou o irmão.

- Vamos embora – disse.

- Como? – perguntou o irmão.

- Vamos embora. Largue isto e vamos embora. Vamos nós dois trabalhar no que eu trabalho.

O irmão continuou olhando-o por um instante e depois voltou a se juntar ao grupo que seguia com o passo apressado e com o ruído de vozes se distanciando. O homem ficou olhando os que carregavam a rede, encurvados pelo esforço que faziam, e vendo as latas da casa dos feridos respingando água na poeira da estrada. (FRANÇA JÚNIOR, 1979-b, p. 67-70).

A índole do irmão, por sua vez, o impede de preocupar-se exclusivamente consigo e com sua família e o impele a ajudar pessoas desconhecidas ou aquelas que ninguém socorre. Ele dá atenção aos loucos, não porque crê nas histórias que eles contam, como supõe o

homem, mas porque precisam ser ouvidos. É o que se pode inferir a partir da leitura do seguinte trecho:

Disse que o irmão dava atenção a todos os doidos que encontrava. Não ouvia só as histórias do velho de mãos frias.

- Ele ouviu qualquer doido que encontra.

E perguntava à mulher:

- O que eles podem dizer a ele que seja de interesse?

E quando no meio da noite o homem ouvia o som da corneta do Rei das Sempre-Vivas, falava para a mulher:

- Está ouvindo? É o Rei das Sempre-Vivas. Com ele meu irmão conversa. Com ele e com todos os loucos que encontra.

E falava do irmão no Alto do Cruzeiro esperando a Maria Matilde desistir de esperar pelo noivo. Esperar por um noivo que não existia. (...) E quando ela, por fim, já quase noite, resolveu descer, só o irmão estava com ela. E ele havia dito ao irmão:

- Ela ouviu você, por que não disse que não existia nenhum noivo? Por que não explicou isso?

- Por que devia explicar? – perguntou o irmão.

- Para que ela não passasse todas aquelas horas esperando à toa.

- Ela não estava achando ruim esperar.

- Também para que não ficasse lá em cima com aquele véu e aquela grinalda, e com todos rindo e mexendo com ela.

- Mas ela queria acreditar na história e não se incomodava com as brincadeiras que estavam fazendo.

(...)

- Todos os doidos são seus amigos. Conversa com eles como se eles soubessem sempre o que estão dizendo.

E contava sobre o Claudiano, que ouvia vozes dentro da cabeça e seguia o que elas mandavam.

- Com este também meu irmão conversa.

As vozes haviam mandado Claudiano destruir as paredes de sua casa porque dentro existia um cofre cheio de ouro. (...)

- E meu irmão, que conversa com ele, nunca procurou convencê-lo de nada – dizia o homem.” (FRANÇA JÚNIOR, 1979-b, p. 84-85).

O comedimento, a responsabilidade, a preocupação com o trabalho e com o sustento, apresentados por um dos irmãos, não fazem dele uma pessoa eticamente melhor. É o outro, desprovido de interesses financeiros, que vê o próximo como semelhante, socorrendo-o e apoiando-o nos momentos de dificuldade.

A narrativa conduz, pois, à ideia de que o capitalismo – representado através da figura do “homem” – jamais será capaz de atender aos hipossuficientes. O materialismo e o individualismo que lhe são característicos impedem que seus seguidores reconheçam as necessidades daqueles que, por algum motivo, são incapazes de produzir renda e riquezas.

O romance franciano se apresenta, assim, como um veículo desconstrutor da difundida ideia de superioridade do capitalismo e do pensamento civilizado preconizada pela metafísica ocidental e reproduzida pela sociedade brasileira.

#### 4.8 A oposição vence a ditadura

O fim do período militar e a renovação da esperança com a eleição de um presidente civil, em 1985, vêm expostas no romance *Recordações de Amar em Cuba*.

A satisfação dos brasileiros com a possível retomada da democracia fica evidenciada com o clima de festa visto pela pintora argentina com quem Oswaldo França teria se encontrado em Cuba:

Comentou que havia presenciado, logo que chegou, uma passeata e uma concentração contra vãos espiões que os americanos andavam fazendo sobre a ilha. E achou interessante como era parecido com o movimento pelas eleições diretas no Brasil, que a televisão argentina tinha transmitido.  
- Parecia uma festa. Muitas faixas, bandeiras, pessoas dançando com filhos nos ombros.” (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p. 191-192).

Oswaldo França Júnior nunca omitiu seu apoio a Tancredo Neves. Desde a campanha para o Governo do Estado de Minas Gerais, em 1982, o político já contava com o apoio dos escritores, intelectuais e professores. A razão parecia advir da preocupação demonstrada pelo político em sempre ouvir a opinião dessas pessoas em todos os assuntos ligados à cultura e à educação. Para o romancista, aí estava boa parte do caminho para a democracia.

O romance, que alterna ficção e realidade, traduz um dos mais importantes momentos políticos da história nacional que culmina com a eleição de um civil para a presidência da República após mais de vinte anos de governo militar. É o que se constata a partir do relato da trajetória política de Tancredo Neves que acabara de ser eleito Presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral, pondo fim ao governo dos militares. Ao relatar seu diálogo com Fidel Castro – até então convencido de que, para Tancredo, os interesses do Brasil eram interesses imperialistas em relação à América Latina – França Júnior acaba por fazer uma defesa veemente do Presidente eleito:

– Acontece, meu escritor, que os políticos nesta nossa América Latina mudam suas declarações conforme estejam na situação de candidatos ou na de governantes já eleitos. E você sabe disto.  
Concordei que realmente mudavam, mas um homem como Tancredo Neves não poderia fazer declarações tão diferentes assim.  
– Não correspondem ao seu perfil psicológico. E comecei a falar sobre Tancredo Neves, mostrando por que não acreditava que tivesse feito aquelas declarações.  
– Entenderam e traduziram suas palavras de modo prejudicado.  
E o descrevi. Um homem de setenta e quatro anos que já havia exercido os mais altos cargos políticos, inclusive de primeiro-ministro. Um homem que em toda a sua vida apoiou e pregou as soluções voltadas sempre para a realidade social e política

brasileira. Falei de sua origem no interior de Minas, com uma tradição de valorizar mais o ser do que o ter.

(...) Falei de sua atuação como Ministro da Justiça e seu posicionamento no suicídio de Getúlio Vargas. Como, em sessenta e um, evitou a guerra civil, indo ao encontro de João Goulart no Uruguai e conseguindo que aceitasse o parlamentarismo. Sua eleição para senador, para o governo do estado. Seu realismo na campanha para a presidência, aceitando o colégio eleitoral quando percebeu a impossibilidade das eleições diretas. E que havia aceitado concorrer à presidência, dentro das regras impostas pela própria ditadura como quem parte para uma cruzada. Havia aceito numa tentativa de deter o esfacelamento do tecido social a que o autoritarismo estava levando o Brasil. Falei também de sua disposição de reagir às reais ameaças de golpe tramadas por setores mais radicais do sistema ao perceberem que ele ia eleger-se. Referi-me às incontáveis declarações que fez sobre política e dívida externa, sobre autodeterminação e contra intervenções em assuntos internos de outros países. O seu apoio sempre incondicional ao grupo de Contadora e a uma maior integração latino-americana.

– E confirmando isto, Comandante, olha a atitude que teve agora. Foi o governante brasileiro que, ao ser eleito e antes de tomar posse, deu maior ênfase à América Latina. Tinha passado pelo México, Peru, Argentina e Uruguai. Não havia, portanto, nenhum indício de que levasse escondida, levasse camuflada uma visão imperialista em relação aos demais países latino-americanos. (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p. 172-174).

Essa defesa revela a esperança de quem há duas décadas vivia e sofria as arbitrariedades de um regime ditatorial.

A desolação que tomou conta do país quando, poucos dias antes da posse, Tancredo Neves veio a falecer, revela-se no relato dos últimos momentos do presidente eleito que encerram o romance de França Júnior:

Sua posse, que estava marcada para daí a quinze dias, não ocorreu. Teve de submeter-se a uma cirurgia no Hospital de Base de Brasília. Depois o submeteram a uma segunda cirurgia, transferiram-no para São Paulo onde, após cinco outras intervenções, veio a falecer.” (FRANÇA JÚNIOR, 1986-b, p.269).

## 5 CONCLUSÃO

Extrai-se do conjunto da obra de Oswaldo França Júnior que o inicial engajamento militar, a exclusão da Força Aérea Brasileira logo após o golpe de 1964 e a experiência civil num regime político militar apresentaram reflexos significativos não só em sua vida pessoal, como também em sua produção literária.

Ao tratar de temas como tortura, arbitrariedades cometidas por agentes governamentais, movimentos estudantis, regime cubano, trajetória política do primeiro presidente civil após 1964, o escritor retoma um importante período da história política brasileira – o regime militar. Ao fazê-lo, apresenta um panorama do que se via no Brasil entre 1964 e 1985: os militares reprimindo e amedrontando, a sociedade civil e os estudantes reagindo, os exilados conhecendo experiências revolucionárias bem sucedidas e a democracia paulatinamente reencontrando seu lugar na sociedade brasileira.

Se é verdade que França Júnior privilegiou em suas obras aspectos humanos e sociais, seguramente se pode dizer que não ignorou os políticos. Sua literatura, ainda que não intencionalmente dirigida à política, trouxe latentes os problemas dela advindos.

Expulso das Forças Armadas, o ex-piloto restou liberto para fazer das suas palavras poderosas armas a favor da democracia. Assim é que, em uma obra de valor inestimável, conseguiu trazer a público a crua realidade dos anos de ditadura militar brasileira, num momento histórico em que o governo se esforçava para calar as vozes opositoras ao regime.

A obra franciana revela, pois, uma verdadeira luta de conscientização das massas empreendida com o propósito de desconstruir ideias e pensamentos difundidos no Brasil no período militar e que iam de encontro com aquilo que o escritor acreditava ser melhor para o homem e para a sociedade: a liberdade e a igualdade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Melânia Silva. O prosaico e o alegórico na ficção de Oswaldo França Júnior. **Suplemento Literário**, Belo Horizonte, n. 1325, p. 24-25, outubro 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmem C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 2009, v. 1.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 11/11/1964, p. 10169. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 out. 1978. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc11-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm). Acesso em 15 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 ago. 1979. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em 15 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46). Acesso em 02 de março de 2013.

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – **CNPQ**, 2013. Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P422903>. Acesso em 28 fev. 2013.

COELHO, Haydée Ribeiro. Cuba e os escritores mineiros: uma interlocução latino-americana. In: SANTOS, Luiz Alberto Brandão; PEREIRA, Maria Antonieta (org.). **Trocas culturais na América Latina**. Belo Horizonte: Pós-lit/FALE/UFMG; Nelam/FALE/UFMG, 2000, p. 113-122

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ECO, Humberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **O viúvo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1975.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Jorge, um brasileiro**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Um dia no Rio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **O homem de macacão**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **A volta para Marilda**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Os dois irmãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1979-a.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **As lembranças de Eliana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Aqui e em outros lugares**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986-a.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **À procura dos motivos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987-a.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **O passo-bandeira: uma história de aviadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **As laranjas iguais: contos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Recordações de amar em Cuba**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986-b.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **No fundo das águas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987-b.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **De ouro e de Amazônia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. O trabalho com um fim específico. **Bodoque – Revista Cultural**. Belo Horizonte, n. 1, nov. 1979-b, p. 13-14.

FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. Os amores desarmados de Cuba nas recordações de Oswaldo França Júnior. Entrevista à equipe do SLMG. **Suplemento literário de Minas Gerais**, n. 1039, p. 10, set. 1986-c.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002-a.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002-b.

GOULART, Audemaro Taranto. **Introdução ao estudo do estruturalismo**. Belo Horizonte: Cadernos UCMG, 1976.

GOULART, Audemaro Taranto. **Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida**. Belo Horizonte: PUC Minas, Programa de pós-graduação em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa, 2003.

GOULART, Audemaro Taranto. **Tópicos de Literatura Portuguesa: O concurso dos sujeitos no nascimento e no desenvolvimento da literatura portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, Programa de pós-graduação em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade: doze lições**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog**. 6ª ed. São Paulo: Global, 2005.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto biográfico: de Rousseau à Internet**. Tradução: Jovita Maria G. Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, Maria Angélica Guimarães. **Voo certo. A novelística de Oswaldo França Júnior**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. O tempo e o espaço da Cuba de Yoani. In: SÁNCHEZ, Yoani. **De Cuba, com carinho**. Tradução Benivaldo Araújo e Carlos Donato Petrolini Jr. São Paulo: Contexto, 2009, p. 175-204.

MALARD, Letícia. **Literatura e dissidência política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.). **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, p.110-134

MORAES, Mário Sérgio de. Memória e cidadania: as mortes de V. Herzog, Manoel F. Filho e José F. de Almeida. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.). **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, p. 47-65

MORAES NETO, Geneton. **Dossiê Brasil. As histórias por trás da História recente do país**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. 6ª ed. São Paulo: Balsa Planeta Internacional, 2002, v. 13.

OLINTO, Antônio. Prefácio. In: FRANÇA JÚNIOR, Oswaldo. **Jorge, um brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Sidney, Olavo e Jeremias. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.) **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, p. 25-46.

PILAGALLO, Oscar. **A história do Brasil no século 20 (1960-1980)**. São Paulo: Publifolha, 2004.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica**. Tradução de Ana Pareschi Capovilla. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SÁNCHEZ, Yoani. **De Cuba, com carinho**. Tradução Benivaldo Araújo e Carlos Donato Petrolini Jr. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTAYANA, Mauro. Um escritor em pleno vôo poético. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 1982. Ilustrada. p. 8.

SILVA, Deonísio da. **Homenagem sombria – Torturador é nome de rua**. *Jornal de Debates*, edição 747, 12 fev. 2008. Disponível em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/torturador\\_e\\_nome\\_de\\_Rua](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/torturador_e_nome_de_Rua). Acesso em 03 mar. 2013.

SOUZA, Raquel R. Isabel Allende: identidade e palavra autobiográfica. In: DUARTE, Constância Lima; RAVETTI, Graciela; ALEXANDRE, Marcos Antônio. **Gênero e representação em literaturas de línguas românicas**. Coleção Mulher & Literatura Vol. V. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas/UFMG, 2002.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Org.) **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, p. 25-46.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1989. – (Os pensadores).